

Mário Crescêncio de Jesus Pereira

Aspectos Semânticos e Pragmáticos de
aqui, aí, ali, cá e lá
em Português Europeu

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2009

Mário Crescêncio de Jesus Pereira

Aspectos Semânticos e Pragmáticos de
aqui, aí, ali, cá e lá
em Português Europeu

**Dissertação de Mestrado em Linguística
apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade do Porto, sob orientação
da Profª Doutora Fátima Oliveira**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2009

Prefácio

O estudo que aqui apresento prende-se com o desejo de explorar o comportamento semântico e pragmático dos díticos habitualmente designados advérbios de lugar. Trata-se de uma preocupação que vem de há alguns anos e que se alicerça não só no uso que faço da língua enquanto falante nativo do Português, mas também em razões de natureza profissional relacionadas com o ensino da língua materna ao longo de vários anos. Como causas próximas, saliento os contactos que tive com estas questões no ano curricular deste curso e que ajudaram a desencadear o interesse por este tipo de análise linguística.

Constituindo uma área de observação complexa e por vezes de difícil interpretação, a abordagem destes aspectos acaba por ser também um desafio a levar a cabo na expectativa de resultados que melhorem a compreensão dos mecanismos que envolvem o funcionamento destas palavras no âmbito do Português Europeu. Tomando como ponto de partida diversas perspectivas de análise que a literatura engloba, adopto algumas propostas e abordo outras tantas dimensões que me parecem interessantes e que merecem uma atenção particular.

Este trabalho, como qualquer outra actividade de investigação, requer motivação, preocupação e empenhamento por parte de quem o concebeu. Porém, não é o produto do esforço de uma só pessoa; outros elementos colaboraram mais ou menos directamente na elaboração desta dissertação, aos quais não posso deixar de registar aqui os meus agradecimentos:

- à Professora Doutora Fátima Oliveira, por ter aceitado a incómoda tarefa de orientação desta tese, pelas sugestões e observações pertinentes que foi fazendo ao longo do desenvolvimento da mesma, por todos os conselhos amigos que me deu e pela disponibilidade que sempre mostrou para me ajudar;

- ao Professor Doutor António Franco, meu antigo professor e amigo, por me ter disponibilizado alguma bibliografia, e sobretudo pelas suas palavras de encorajamento;

- ao Centro de Linguística da Universidade do Porto, por todo o apoio concedido, e à Dr^a Deolinda Gomes e Dr^a Marta Afonso, pela amabilidade com que sempre me receberam, pelo apoio prestado e pela eficácia demonstrada no cumprimento da sua actividade;

- à E.B. 2,3 de Cinfães, meu local de trabalho, onde destaco a Direcção, os Serviços, especialmente a Biblioteca, os meus Colegas, particularmente a Palmira e a Sandra, bem como todos aqueles que de uma maneira ou de outra me ajudaram;

- à minha família e amigos, pelo apoio que me deram;

- ao Mário Jorge, pela excelente ajuda que me deu na parte informática;

- à minha mulher, pela paciência que teve e pelo acompanhamento que me proporcionou.

Índice

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO I – ASPECTOS GERAIS E TEÓRICOS SOBRE O COMPORTAMENTO DÍCTICO	
 1. Introdução	4
 2. O sentido etimológico da palavra <i>deixis</i>	5
 3. Breve história da evolução da <i>deixis</i>	6
 4. Uma noção de <i>deixis</i>	18
 5. O <i>Eu</i>, o <i>Aqui</i> e o <i>Agora</i>: três coordenadas da informação dística	20
5.1. A <i>deixis</i> de pessoa	21
5.2. A <i>deixis</i> espacial e temporal	22
5.3. Dísticos transparentes e opacos	24
 6. Tipos de usos das expressões dísticas	25
 7. A referência anafórica	27
7.1. <i>Anáfora</i> vs. <i>Deixis</i> – alguns aspectos distintivos	30
 8. Conclusão	32

CAPITULO II – VALORES SEMÂNTICOS DE *AQUI, AÍ, ALI (ACOLÁ), CÁ E LÁ*

1. Introdução	33
2. A expressão do lugar	35
2.1. A função dítica dos advérbios demonstrativos de lugar em português europeu	35
2.1.1. Empregos díticos de <i>aqui, aí, ali (acolá)</i> e <i>lá</i>	37
2.1.2. Aspectos semânticos distintivos entre <i>cá</i> e <i>lá</i>	46
2.1.3. O comportamento semântico de <i>cá</i> e <i>aqui</i> : marcas distintivas	49
2.2. Empregos anafórico e catafórico de alguns advérbios demonstrativos de lugar em português europeu	53
3. A expressão do tempo	59
3.1. Empregos díticos com significação temporal	60
3.2. Empregos anafóricos com valor temporal	62
4. Conclusão	65

CAPITULO III – OUTROS VALORES ASSUMIDOS POR *AQUI, AÍ, ALI, CÁ E LÁ*

1. Introdução	68
2. Enquadramento teórico	69
3. Valores funcionais de <i>cá</i> e <i>lá</i>	75
3.1. Alguns pressupostos teóricos	76
3.2. Descrição de valores modais	77

3.2.1. Valores de <i>cá</i>	79
3.2.1.1. Ocorrências em frases do tipo imperativo	79
3.2.1.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo	82
3.2.1.3. Ocorrências em frases do tipo declarativo	83
3.2.1.4. Formas fixas	86
3.2.2. Valores de <i>lá</i>	87
3.2.2.1. Ocorrências em frases do tipo imperativo	87
3.2.2.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo	89
3.2.2.3. Ocorrências em frases do tipo declarativo	91
3.2.2.4. Ocorrências em frases do tipo interrogativo	93
3.2.2.5. Formas fixas	94
4. Valores funcionais de <i>aqui</i>, <i>aí</i> e <i>ali</i>	95
4.1. Valores de <i>aqui</i>	95
4.1.1. Ocorrência em frases do tipo imperativo	95
4.1.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo	95
4.1.3. Ocorrências em frases do tipo declarativo	96
4.1.4. Formas fixas	96
4.2. Valores de <i>aí</i>	97
4.2.1. Ocorrências em frases do tipo imperativo	97
4.2.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo	98
4.2.3. Ocorrências em frases do tipo declarativo	99
4.2.4. Ocorrências em frases do tipo interrogativo	100
4.2.5. Formas fixas	100
4.3. Valores de <i>ali</i>	101
4.3.1. Ocorrência em frases do tipo imperativo	101
4.3.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo	102

4.3.3. Ocorrências em frases do tipo declarativo	103
4.3.4. Ocorrências em frases do tipo interrogativo	103
4.3.5. Formas fixas	104
5. Modalidade vs. Localização	105
6. Conclusão	106
CAPITULO IV – CONCLUSÃO	108
Referências bibliográficas	112
Resumo	116
Résumé	117

Introdução

O facto de seleccionarmos os advérbios de lugar *aqui*, *aí*, *ali*, *cá* e *lá* como objecto de análise do nosso trabalho tem três razões essenciais subjacentes que convém esclarecer de imediato. Desde logo, porque lidamos com estas palavras no nosso dia-a-dia no uso que fazemos da língua como falantes, dando-nos conta que as utilizamos recorrentemente com as finalidades mais diversas. Em segundo lugar, pelo facto de termos de explicitar frequentemente o seu comportamento na actividade docente que desempenhamos na área da Língua Portuguesa, surgindo por vezes dificuldades na sua interpretação e classificação face ao modo como aparecem contextualizadas. Finalmente, porque, em trabalhos de investigação anteriores houve necessidade de abordarmos algumas delas, tendo aí ocorrido algumas dúvidas e ambiguidades que julgamos necessário esclarecer. Assim, é com base nesta ordem de razões que decidimos fazer uma reflexão sobre estes advérbios, de modo a aprofundarmos alguns conhecimentos que nos levem a compreender o seu real comportamento na actividade comunicativa e as distintas funções que aí desempenham.

Sabemos que empreender um estudo neste domínio não é tarefa fácil, dada a complexidade que envolve o emprego destas palavras e a pluralidade de perspectivas que podem ser colocadas no desenvolvimento da sua descrição. Daí termos como preocupação inicial a elaboração de um plano de abordagem que permita facilitar o acompanhamento e a compreensão do seu funcionamento, partindo de um enquadramento teórico geral para um enquadramento contextual específico de cada caso, em que o primeiro funciona como forma de perceber o segundo, e o segundo como meio de justificar o primeiro. Queremos com isto dizer que, em nossa opinião, se justifica empreender o levantamento de alguma investigação que sobre esta matéria se tem feito e que forneça explicações pertinentes e convincentes para, de seguida, adoptarmos uma metodologia descritiva que vise uma observação atenta e cuidada do funcionamento destes fenómenos linguísticos. Para o efeito, seguiremos as propostas teóricas de alguns autores portugueses e estrangeiros que ao assunto têm dedicado a sua atenção e basear-nos-emos num “corpus” de análise de onde retiraremos a maior parte dos exemplos observados, bem como na nossa competência e experiência linguística como falante nativo do português.

Face à reflexão que desde há algum tempo vimos fazendo sobre o

comportamento destes advérbios, é nosso propósito fundarmos este estudo em dois pilares essenciais: as componentes semântica e pragmática. Incluímos na primeira a interpretação dos advérbios de lugar como localizadores espaciais e a sua utilização com valor temporal; vinculamos à segunda a descrição de valores modais, enquanto marcadores discursivos. Com base nesta distribuição, equacionaremos três grandes objectivos / problemas: a distinção que se deve estabelecer entre os localizadores espaciais, especialmente entre *cá* e *aqui* e *cá* e *lá*; o valor temporal que os advérbios de lugar podem adoptar; os valores modais que numa perspectiva pragmática estas estruturas assumem. Constituímos estes três aspectos como outros tantos problemas, uma vez que eles não são contemplados nas gramáticas, dicionários e manuais, em geral. Numa linha tradicional, estes suportes de informação linguística consideram basicamente estas palavras como advérbios de lugar e, reconhecendo que há ocorrências que não se inscrevem nesta categoria, em última análise como partículas de realce ou enfáticas, sem grande valor para o funcionamento da frase. Daí a nossa preocupação em esclarecermos estes pontos de vista com os quais, obviamente, não concordamos.

Finalmente, passamos a apresentar o nosso plano de trabalho. Assim, dedicaremos o capítulo I ao estudo da deixis e da anáfora, uma vez que estes advérbios assumem, do ponto de vista semântico, uma função dítica ou mostrativa. Faremos uma breve referência à evolução da deixis e ao seu funcionamento com base em autores diversos de forma a podermos mais facilmente entender o comportamento destas palavras e lembraremos a importância das três coordenadas de informação dítica (o *eu*, o *aqui* e o *agora*) na análise linguística dos localizadores espaciais. Por outro lado, daremos conta dos tipos de uso das expressões díticas, salientando o funcionamento da deixis exofórica e da deixis endofórica. Por fim, consideraremos as relações anafóricas e catafóricas como formas de mostração textual e indicaremos alguns aspectos que permitem distinguir a anáfora da deixis.

No capítulo II procederemos à descrição dos valores semânticos de *aqui*, *aí*, *ali* (*acolá*), *cá* e *lá* a partir de ocorrências contextualizadas. Lembramos que incluímos aqui o dístico *acolá*, em virtude da proximidade semântica que mantém com *ali*. Esse localizador não se encontra no título do trabalho pelo facto de o abordarmos apenas como dístico espacial. Começaremos pela abordagem dos empregos díticos destes advérbios demonstrativos de lugar enquanto localizadores espaciais, procurando distinguir os traços semânticos que os identificam e analisaremos os aspectos distintivos dos grupos *cá* / *lá* e *cá* / *aqui*; posteriormente, faremos alusão aos empregos anafórico e

catafórico, bem como aos empregos díticos e anafóricos das ditas formas linguísticas com significação temporal.

No capítulo III encetaremos o estudo dos valores modais desempenhados por estas estruturas linguísticas no quadro de uma abordagem pragmática, expondo inicialmente algumas considerações teóricas que permitam esclarecer o aparecimento desses valores. Por fim, apresentaremos algumas ocorrências devidamente contextualizadas e faremos a sua descrição de acordo com as circunstâncias da sua utilização.

E, finalmente, um capítulo em que apresentamos as conclusões gerais do trabalho desenvolvido.

Quanto ao conjunto de exemplos seleccionados, eles foram retirados em grande parte da “*Linguateca – Cetempúblico*”. Outros, porém, foram recolhidos no discurso oral, sendo ainda alguns criados por nós.

Capítulo I

ASPECTOS GERAIS E TEÓRICOS SOBRE O COMPORTAMENTO DÍCTICO

“O estudo topológico da *déixis*, ou seja, da localização do objecto do discurso em relação a coordenadas instituídas pelo próprio acto de falar ou comunicar, tem ainda muito que se lhe diga.”

Lopes, Óscar (1971): *Gramática Simbólica do Português (um esboço)* (2ª edição), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.151.

1. Introdução

Ao abordarmos determinados elementos linguísticos que se enquadram nas estruturas topológicas do português, torna-se imperativo fazer uma análise reflexiva em torno de algumas noções que permitem ajudar a explicar o seu comportamento semântico, concretamente as noções de *deixis* e de *anáfora*. Muitos são os autores que se têm debruçado, nestes últimos anos, sobre a análise linguística que consagra estes dois conceitos e vasta é a literatura que tem procurado definir os aspectos semânticos e referenciais por eles veiculados. Assim sendo, parece-nos pertinente aflorar alguns aspectos relevantes que se polarizam em torno da relação que a função díctica estabelece com o funcionamento da linguagem verbal e que podem levar a clarificar a semântica da *deixis* em português.

Um pouco à semelhança de Fonseca (1992 e 1996), vamos procurar realçar alguns aspectos que se prendem com as origens do termo *deixis* e esboçar uma breve panorâmica histórica da evolução do tratamento da expressão díctica¹, salientando

¹ Embora alguns autores utilizem o termo “deíctico”, adoptaremos aqui a designação “díctico” por razões de natureza etimológica (raiz dik-), opção que também é considerada e fundamentada por Fonseca (1992:33): “Como variantes de “deíctico” usam-se também “díctico” e “deictico”. Rebelo Gonçalves

alguns nomes da história da linguística que teorizaram nesta área e que, dessa forma, trouxeram novas ideias ao modo de interpretação da *deixis*, contribuindo, assim, para um melhor entendimento do fenómeno dítico. Posteriormente, e na sequência das propostas avançadas, tentaremos reflectir sobre a noção de *deixis*, sobre os tipos de informação e os modos de referência dítica, bem como sobre alguns mecanismos que permitem distinguir o funcionamento da *deixis* relativamente ao da *anáfora*.

2. O sentido etimológico da palavra *deixis*

Começaremos por referir a origem grega da palavra *deixis* que, segundo Fonseca (1992:81) constitui um nome deverbal de δεῖκνυμι, verbo que significa em português “mostrar”. Deste modo, tomaremos o termo *deixis* por *mostração*, o que se aproxima da interpretação de Lyons (1977: 573), que o admite com a significação de “assinalar” ou “indicar”. Recorde-se que Fonseca (1996: 437) acrescenta ainda o seguinte: “Pelo seu sentido etimológico, o termo *deixis* está relacionado com o gesto de *apontar* (...)”. A raiz grega δεικ – faz parte de outras palavras quer gregas, quer latinas, e, entre estas, encontramos o verbo latino *dicere*, que significa “mostrar”, “fazer conhecer através da palavra”, “dizer”. Assim, Fonseca (1992: 81) conclui que o termo latino com a significação de *deixis* é “*demonstratio*”, termo esse que está na base da palavra “*demonstrativo*” em português. Esta opinião é partilhada por Lyons (1977: 573): “Tal como o empregavam os gramáticos gregos, o adjectivo *dítico* (“*deiktikós*”) tinha o sentido de “*demonstrativo*”, e foi justamente “*demonstrativus*” o termo que escolheram os gramáticos romanos para traduzir o “*deiktikós*” que aparecia na obra dos estóicos, de Dionísio Trácio y Apolónio Díscolo, onde se inscreviam os fundamentos da gramática tradicional no mundo ocidental. Merece a pena notar-se que ao que agora chamamos pronomes demonstrativos se denominavam artigos díticos na antiga tradição grega”². Entendemos, assim, que, nas definições tradicionais, os díticos são formas linguísticas que “mostram” determinadas entidades (pessoas ou objectos), que “apontam” para elas, não se limitando ao seu sentido conceptual. Daí que, muitas vezes, haja recurso ao gesto na formulação de enunciados contendo expressões díticas. Como sublinham Gary-Prieur e Léonard (1998: 13, nota), a propósito do enunciado «Prenez ce livre», «le sens du nom contribue naturellement à l’identification, mais il n’y suffit pas, comme on peut

(1996) regista no vocabulário da Língua Portuguesa apenas a forma “dítico”, anotando explicitamente: “Inexacta a forma “deítico” (decalque do francês déictique).”

² Tradução nossa.

s'en convaincre en pensant à une situation où il y aurait plusieurs livres.» Segundo as mesmas linguistas, o recurso ao gesto guia o destinatário do enunciado: «il s'agit pour lui l'attention, en le montrant du doigt, d'un mouvement de tête ou d'un regard. Quel qu'il soit, l'accompagnement gestuel est indispensable à l'identification du référent, ce qui montre bien que le démonstratif ne suffit pas à opérer cette identification.» No entanto, a conexão entre os díticos e o gesto não é uniforme, como lembra Eguren (1999): “(...)algunos, los llamados “deícticos opacos” (p. ej. el demostrativo *este*), sí requieren en algunas ocasiones información gestual para identificar con precisión a su referente, mientras que otros, los “deícticos” transparentes”(p. ej. el pronombre personal *yo*), indican por sí mismos cuál es el referent que ha de tomarse en consideración en una situación de enunciación concreta.” Verificamos, então, que o sentido etimológico da palavra *deixis* remete para a “mostração verbal”, para a função verbal de apontar, de designar, de chamar a atenção para um determinado objecto identificado, tendo sido esta a noção que perdurou na gramática tradicional e que correspondia à designação de *demonstrativo*.³

3. Breve história da evolução da *deixis*

No início do século XX, K. Brugmann, referido por Fonseca (1992: 83), “(...) re-descobre o termo *deixis* (mostração) num aprofundado estudo sobre os demonstrativos no indo-europeu (1906). Ao fazê-lo, explicitou algo que sempre ficara implícito, a saber, que a “mostração” pressupõe um “lugar” a partir do qual “se mostra” e que constitui, assim, um marco de referência.” Desta forma, o filólogo alemão vem acrescentar aos elementos anteriormente pressupostos (enunciador e destinatário – alguém “mostra” algo a alguém) um elemento novo: a *deixis* implica a noção de *espaço*.

Estas reflexões serviram de base, a partir dos anos 30, ao linguista alemão Karl Bühler que as vai alargar e completar: “Com Karl Bühler, o primeiro teorizador da linguagem a atribuir ao fenómeno da *deixis* uma importância central no funcionamento da linguagem verbal, começa a processar-se um significativo alargamento teórico deste

³ “Na tradição gramatical – e apesar de a *deixis* ser um conceito antigo – a importância do fenómeno deíctico passou quase despercebida. As categorias já mencionadas como deícticas pelos gramáticos gregos – os pronomes pessoais e os pronomes demonstrativos – continuam a ser definidas, na tradição gramatical subsequente, pelo recurso, explícito ou implícito, a um critério deíctico.” (cf. Fonseca, 1992:108).

conceito” (Fonseca, 1996: 438). Bühler defende na sua teoria um “sistema de campos”⁴, distinguindo o “campo mostrativo” e o “campo simbólico” dos signos linguísticos: “(...) todo lo que es lingüísticamente déictico coincide en que no recibe en cada caso su impleción y precisión significativa en el campo simbólico, sino en el campo mostrativo del lenguaje; y sólo en él pude recibirla.”(Bühler (1965) 1979-1985). Basicamente, pretende-se aqui distinguir duas propriedades complementares da significação linguística: o *nomear* e o *mostrar*. Ou seja, além da função representativa ou conceptual dos signos, podemos conceber uma função mostrativa, de apontar, complementar da primeira, sendo, assim, a linguagem verbal composta de signos com funções distintas.

O “campo mostrativo” define-se com base em três coordenadas essenciais: o *eu*, o *aqui* e o *agora*: “yo afirmo que hay que poner en el lugar O três demonstrativos, sí este esquema há de representar el campo mostrativo del lenguaje humano, a saber: los demostrativos *aquí*, *ahora* y *yo*.”(Bühler, op. cit.: 121). Esta trilogia, composta pelo sujeito falante e pela dimensão espaço-temporal que o situa no acto de fala, constitui o “centro” (“origo”, segundo Bühler) do dito campo mostrativo. Trata-se de uma “mostração egocêntrica” (expressão de Bühler) que elege o *eu* como um marco de referência (a instância de enunciação, marco a partir do qual se realiza a mostração) sempre que designa verbalmente e simultaneamente localiza o objecto no interior do campo mostrativo numa determinada situação. Dele faz parte o “campo mostrativo situacional” que Bühler (op. cit.: 167) descreve da seguinte forma: “El *campo mostrativo* del lenguaje en la comunicación verbal directa es el sistema aqui-ahora-yo de la orientación subjetiva; emisor y receptor viven despiertos siempre en esta orientación y entienden desde ella los gestos e indicaciones de la *demonstratio ad oculos*”. Além desta forma de mostração, Bühler (op. cit.: 139) considera ainda “La deixis en fantasma y el uso anafórico de los demostrativos. El segundo y tercer modo de mostrar.” Face a este quadro, e no que respeita à significação déictica, H. Carvalho (1984: 661-662) conclui: “Naquilo que designámos por significação dêictica ou mostrativa (deixis, mostração) (...) distingue Karl Bühler três modalidades: a *mostração “ad oculos”*, que também poderemos chamar *material* ou *instrumental* ou *física*, a *mostração anafórica* e a *mostração em fantasma*, modalidades que ele engloba numa só categoria, deixis egocêntrica (...).” Por sua vez, Fonseca (1996: 438) distingue,

⁴ Designação de Bühler em “Sprachtheorie”(1965) 1979-1985: 95) que explica a produtividade da linguagem verbal.

nestas três modalidades, três campos mostrativos: “campo mostrativo situacional”, “campo mostrativo textual” e “campo mostrativo imaginário”.

A “deixis egocêntrica” ou “mostração egocêntrica” proposta por Bühler vem ampliar o conceito de deixis, introduzindo a *deixis como referência*. Abre-se aqui uma nova perspectiva: a mostração verbal está centrada no sujeito de enunciação, alargando-se a *deixis* à noção de “sui-referencialidade” da enunciação.⁵ Lembramos, a este propósito, que H. Carvalho (1984) evidencia, também ele, a necessidade de um ponto de referência, coincidente com a própria pessoa do sujeito que fala, no momento da mostração, ao dizer “Eu”, e que possibilita ao interlocutor a inequívoca localização do objecto referenciado: “A mostração que assim procede pode, pois, chamar-se *egocêntrica*.” (cf. H. Carvalho, 1984: 665).

Das três modalidades apresentadas por Bühler, componentes da “deixis egocêntrica”, H. Carvalho elege uma – a deixis “ad óculos” como sendo a principal:“(…) das três modalidades de que se reveste a mostração egocêntrica, é a deixis “ad oculos” que detém a prioridade: *mostrar* exige, com efeito, na sua fase inicial e primária, a presença física do objecto mostrado no contexto extra-verbal, no campo da percepção sensível dos interlocutores. As outras duas são, pois, dessa derivadas, sendo o texto, na mostração anafórica, tomado ele mesmo como um campo da percepção, dentro do qual se localizam os objectos.” (H. Carvalho, op. cit.: 665). Há, neste tipo de *deixis*, uma referência explícita aos olhos (“oculos”), que se centra na visão, mas também na audição: “*demonstratio ad oculos y ad aures*” (Bühler, op. cit.: 124).

Conforme observa Carvalho, as outras modalidades de *deixis* definidas por Bühler – a *anáfora* e a *deixis “am Phantasma”* – constituem duas formas de mostração linguística derivadas da *deixis “ad oculos”*. No que respeita à *anáfora*, trata-se de transpor os mecanismos próprios do funcionamento da *deixis “ad oculos”* para o campo textual, como veremos mais adiante. Estamos, pois, perante “una mostración de algo que no ha de buscarse y encontrarse en lugares del espacio perceptivo, sino en lugares del conjunto del discurso. (...) Una mostración de lugares en la estructura del discurso, y las lenguas indoeuropeas utilizan para esta mostración en buena parte das mismas

⁵ Expressão utilizada por Fonseca (1996) com base na leitura de H. Carvalho (1973). Esta posição é corroborada por Eguren, ao realçar que nem todas as expressões referenciais são dísticas, mas apenas as que estão “orientadas egocentricamente”. No entanto adverte que uma orientação egocêntrica não é condição suficiente para que possa falar-se de deixis: “Ambas propiedades – referencialidad y egocentricidad – han de combinarse, en suma, para poder considerar una unidad o nuna expresión como “deíctica.” (cf. Eguren, 1999: 932-933)

palabras que para la *demonstratio ad oculos*.” (Bühler, op. cit.: 139). Admite-se, assim, segundo a concepção de Bühler, não um espaço perceptivo ou físico, mas um espaço que se perspectiva na estrutura do discurso. O mesmo autor reforça esta ideia ao afirmar uma ordem espacial no desenvolvimento do discurso, ordem essa que se estipula relativamente a um ponto ou “lugar” de referência: “Sencilla (...) es así al menos la descripción de la situación: un orden allí en el espacio y sitios en él; un orden aquí en la fluência del discurso y lugares en él, o partes del discurso, a las que se señala para referirse a lo mentado (...)” (Bühler, op. cit.: 139). Esta ordem espacial pode configurar-se no discurso (oral ou escrito) de modo retrospectivo (anafórico) ou então prospectivo (catafórico)⁶. A mostraçãõ “ad oculos” dá aqui lugar a um outro modo de funcionamento da mostraçãõ: a construção mostrativa textual, onde a fluência do discurso proporciona um processo de “reproducción” e de “preconstrucción”. “Si suponemos, pues, conocidas tales operaciones en el âmbito de la llamada memoria inmediata o, mejor dicho, en lo inmediatamente retenido, está dada la base psicológica de la mostración anafórica.” (Bühler, op. cit.: 140).

A *memória imediata* permite que emissor e receptor compartilhem de forma implícita os dados contextuais que se inscrevem no âmbito da mostraçãõ linguística, aquando do acto de enunciaçãõ. Béguelin (1998: 97) irá chamar-lhe “*memória discursiva*”, em virtude de se tratar de «l’ensemble évolutif des connaissances officiellement partagées par les interlocuteurs. (Elle) est alimentée à la fois par les énonciations, par les percepts associés à la situation d’énonciation, ainsi que par les inférences qui en découlent ; y sont probablement reversées, au cas par cas, certaines connaissances à caractère culturel et encyclopédique, appartenant à un «fonds scolaire» estimé commun.». Como se verifica, esta interpretação aproxima-se da de Bühler, que vê na mostraçãõ textual um acto em que “(...) emisor y receptor *tienen presente la fluência del discurso como un todo*, cuyas partes se pueden retener y anticipar. Emisor e receptor tienen presente esse todo de suerte que sea posible un recorrido, comparable al recorrido de la mirada por un objeto presente ópticamente”. (Bühler, op. cit.: 140). Esta concepção tem implícita a noção de proximidade do emissor e do receptor relativamente aos dados contextuais, bem como a existência de uma

⁶ “(...)cuando hay que distinguir, decimos nosotros referencia retrógrada y referencia previa (o retrospección y prospección). (Bühler (1965) 1979-1985: 140)

ordem espacial no desenvolvimento do discurso. Tal noção parece antecipar a ideia de vizinhança topológica ou espacial sustentada por Lopes (1971, 1977, 1985).

Além dos aspectos teorizados relativamente à *anáfora*, o autor de “Sprachtheorie” dedica-lhe ainda um capítulo da sua obra (cap. 26) onde trata esta questão linguística sob o ponto de vista das articulações do discurso. E nesta medida a *anáfora* implica uma “técnica construtiva” em que “(...) el contexto mismo se eleva a campo mostrativo.” (Bühler, op. cit.: 404). Trata-se da mostração anafórica encarada numa perspectiva sintáctica ao nível da construção textual: “la Anáfora es un recurso propio del lenguaje para sustraer en cierta medida tal convergência al azar, y enlazar una cosa determinada com outra cosa determinada, más que lo que realiza ya el orden sintáctico en el campo simbólico de la frase suelta.” (Bühler, op. cit.: 409).⁷

Quanto à “deixis am Phantasma” – a terceira modalidade de deixis referenciada por Bühler –, ela remete-nos para o “(...) campo de los *recuerdos* maduros y de la fantasía constructiva.” (Bühler, op. cit.: 141). Este modo de mostração contempla, como indica Fonseca (1992: 91), “a possibilidade de apontar, usando os deícticos, para seres, objectos ou acontecimentos situados num *campo mostrativo imaginário*, isto é, evocado pela memória ou (re) construído pela imaginação. É o tipo de mostração linguística em que se torna mais evidente o poder da linguagem de criar o seu próprio contexto referencial.” Trata-se de um modelo de deixis que remete para o domínio do ausente ou da fantasia, universo fictício criado pelo narrador e dirigido ao leitor ou ao ouvinte, que o identifica através dos olhos e ouvidos “interiores” ou “espirituales” no reino do ausente, no “espacio de la fantasía”, no “reino del “allí y allí” del recuerdo”.⁸ Conforme lembra Fonseca, este é o resultado “ (...) da *transposição fictiva* do “eu” enunciador, que se “desloca” apoiando-se nos dados da *memória* (utilizados para a *reprodução* ou para a *construção* de um quadro situacional).” (Fonseca, 1992: 91-92). Surge, assim, um campo mostrativo, que utiliza recursos idênticos à “deixis ad oculos”, e que é gerado

⁷ Bühler estabelece uma distinção entre “mostração real” e “mostração sintáctica”: “Pues el fundamento psicológico de la mostración sintáctica es distinto del de la real, y los horizontes de lo mostrable (señalable) allí y aquí se cortan ciertamente, pero en modo alguno son idénticos.(...) La anáfora es mostración reflexiva y como tal tiene que distinguirse de la mostración real usual, exactamente lo mismo y con tanta precisión como se distinguen, por ejemplo, el suicidio del homicidio corriente.” (Bühler, op. cit.: 406-407)

⁸ A este propósito, Bühler (op. cit.: 144) esclarece que “(...) lo que ocurre es que el hablante y el oyente de una relación intuitiva de cosas ausentes poseen los dones y recursos que permiten al *actor* en la escena hacer presente lo ausente, y al espectador de la comedia interpretar lo presente en la escena como una mimesis de lo ausente.”

através de uma “imagem mental” (à semelhança do modo como a concebiam os Estóicos) pelo narrador dos acontecimentos ou da situação.⁹

As nossas preocupações com a análise das propostas de Bühler nesta exposição prendem-se essencialmente com o facto de se tratar de um autor cuja teorização, pelo seu desenvolvimento e pela pertinência dos conceitos e das reflexões em causa, lança as bases de futuras abordagens da expressão dística, revestindo-se de primordial importância na Linguística moderna. Verificamos, na realidade, o facto de linguistas diversos, sejam eles portugueses ou estrangeiros, interpretarem e reabilitarem muitas das noções teorizadas por Bühler. Como já vimos, Fonseca é um desses autores, assumindo que “A abordagem que Bühler faz da deixis constitui, pela sua profundidade e carácter globalizante, uma ampla reflexão sobre o funcionamento da linguagem que virá a ter grande influência: muito do que encontramos na Linguística posterior, nomeadamente no âmbito da teoria da enunciação e da pragmática, representa, em grande parte, um repensar das propostas de Bühler.” (Fonseca, 1992: 93).

Não é nossa intenção fazer aqui um levantamento exaustivo dos autores que mais terão concorrido para a evolução do conceito de *deixis*, contudo realçaremos, com base na literatura consultada (especialmente as orientações fornecidas por Fonseca (1992)) o contributo de outros estudiosos que à *deixis* dedicaram particular atenção. Assim, destacaremos Peirce pelas reflexões efectuadas no campo da significação dística, salientando a distinção entre as designações “*index/symbol*” e “*type/token*”, reservando-se o termo “*index*” para a identificação dos demonstrativos e que, consequentemente, vai ser aplicada aos dísticos, em geral. Estas designações foram, em certa medida, retomadas quer por A. Burks (“*indexical symbols*”), quer por H. Reichenbach (“*token-reflexive words*”), consoante refere Fonseca (op. cit.: 98).

P. Strawson, por sua vez, ao abordar a linguagem verbal fá-lo particularmente sob o ponto de vista da sua funcionalidade ou do seu uso, abrindo, assim, caminho ao domínio da pragmática. Este tipo de reflexão, que também engloba a problemática da *deixis* (relação que os dísticos estabelecem com o contexto de uso), vai ser tema de preocupação de outros autores, entre eles L. Wittgenstein (1953), que reconhece a importância crescente da linguagem centrada no uso, ou seja, no carácter pragmático da interacção linguística. Conforme lembra ainda Fonseca (op. cit.: 106), “Sem ter partido

⁹ Fonseca (1992: 92-93), ao analisar esta perspectiva teórica, afirma o seguinte: “ (...) é o modo de mostração que o falante utiliza na *narração* e na *ficção*, pelo que me proponho designar também esta forma de deixis como *deixis fictiva* ou *deixis narrativa*.”

explicitamente de uma consideração das expressões deícticas (refere-se várias vezes, no entanto, aos demonstrativos e a palavras como *eu* ou *aqui* que considera imprescindíveis no uso corrente da linguagem), Wittgenstein propõe, no entanto, uma concepção deíctica da totalidade do fenómeno que é a linguagem.” Elege, assim, o “mostrar” como um recurso significativo essencial na natureza da linguagem, uma vez que, segundo a sua perspectiva teórica, na significação linguística o uso das palavras é complementar ou está mesmo acima da sua função representativa.¹⁰

A questão da *deixis* e a sua importância na análise linguística parecem ter sido, de certo modo, esquecidas pela corrente estruturalista, o mesmo se verificando mais tarde com a Linguística generativista, já que em ambos os casos o uso real da linguagem (que integra a expressão dítica) terá sido remetido para segundo plano.¹¹ Contudo, no seio do estruturalismo, há autores que continuam a reconhecer a importância do sujeito e da situação de enunciação na descrição linguística. Charles Bally é um deles, e vem enfatizar o valor inequívoco da *parole*, bem como a sua primazia relativamente à *langue*. Trata-se obviamente de uma abordagem enunciativa da linguagem, onde a *deixis* ocupa um lugar de destaque.¹²

A par de Bally, Henri Frei, também citado por Fonseca (1992), e pertencente ainda à escola estruturalista, vem aflorar o relevo dos díticos numa língua, admitindo que os mesmos formam uma espécie de sub-sistema que engloba, além dos pronomes e adjectivos demonstrativos, os advérbios de lugar, os advérbios de modo do tipo *assim*, etc. Outros autores ligados à corrente estruturalista evidenciaram, à margem desta teoria, o interesse pelo fenómeno dítico, nomeadamente B. Pottier, M. Bakhtine e E. Coseriu, tendo contribuído para uma valorização cada vez maior da enunciação linguística. Noções como *enunciação*, *contexto*, *situação* ou *referência* começam a

¹⁰ Veja-se a citação de Fonseca (1992: 107): “ (...) de acordo com a famosa definição proposta por Wittgenstein: “(...) the meaning of a word is its use in the language.”

Não vamos aqui desenvolver estes aspectos, em virtude de eles constituírem fonte de reflexão no terceiro capítulo deste trabalho.

¹¹ Recorde-se, a este respeito, a distinção que, por exemplo, no estruturalismo se estabelece entre *langue* e *parole*, privilegiando-se a primeira como objecto de estudo linguístico sincrónico.

¹² «La parole est un déictique général.» (Bally (1932) 1965, citado por Fonseca (1992: 113)). O mesmo autor acrescenta : «(...)un signe est déictique (dans le sens large) quand il situe une chose ou un fait par rapport au sujet parlant.»

É, deste modo, mencionado o estatuto do sujeito de enunciação como entidade referencial do discurso, bem como o implícito papel da situação e do contexto.

Ducrot (1972: 80) defende que “(...) é preciso atenuar a oposição saussuriana entre uma linguística da língua, a qual determina a relação, interior ao signo, do som e do sentido, e uma linguística da fala, a qual estuda o uso que os falantes fazem dos signos.”

ganhar cada vez mais amplitude e a conquistar um lugar efectivo no âmbito da Linguística, mormente no domínio da semântica e da pragmática.¹³ Lembremos, a este propósito, o que Pottier (1992) nos apresenta no capítulo XI de “Sémantique générale” e subordinado ao tema “Les Visées Énonciatives: La Détermination”: “ Sous cette étiquette, il y a lieu de placer l’organisation du monde par rapport au JE énonciateur: c’est la déixis, et le degré de détermination qualitative et quantitative qu’il faut accorder aux entités et aux comportements. (...) La déixis implique tout d’abord la **personne**, et les trois champs sémantiques possibles de référénciation: espace, temps, notion.”

Mas, os casos que mais se destacaram como “marginais” à Linguística estruturalista foram R. Jakobson e E. Benveniste, autores que se distinguiram ao nível da reflexão sobre o funcionamento da *deixis* e que marcaram, de certa forma, o início de uma nova fase, caracterizada pelo interesse crescente e pela relevância cada vez mais notória que a expressão dítica assume no espaço dos estudos linguísticos. Como lembra Fonseca (1992: 121), “ambos chamaram a atenção não só para o funcionamento peculiar dos déicticos mas sobretudo para as consequências teóricas que daí advêm no que diz respeito à possibilidade de conceberem um modelo imanente do funcionamento do sistema linguístico.” Recorde-se, pois, que Jakobson defende que a significação de determinadas unidades linguísticas só pode ser definida se essas mesmas unidades se integrarem no processo de enunciação. Por seu turno, Benveniste vê também nos díticos recursos linguísticos que apontam para um processo enunciativo. Ao fazer referência a termos como *aquí, agora, hoje, ontem,...*, sublinha de forma peremptória: “De nada serve definir estes termos e os demonstrativos em geral pela *deixis*, como estamos a fazer, senão acrescentarmos que a *deixis* é contemporânea da instância de discurso que tem o indicador de pessoa. (...) No entanto, é um facto simultaneamente original e fundamental o de estas formas “pronominais” não remeterem para a “realidade” nem para posições “objectivas” no espaço ou no tempo, mas para a enunciação, sempre única, que as contém, e reflectirem assim a sua própria utilização.” (Benveniste ((1966) 1976: 51-52). Como observa Oliveira (1988: 19), Benveniste concebe os díticos como “formas vazias de sentido”, preenchidos unicamente no momento da própria enunciação.” Esta concepção leva Lopes (1977) a considerar que

¹³ Reportando-se a Coseriu, Fonseca (1992: 118) conclui: “Claramente influenciado por Bühler, Coseriu capta as virtualidades enunciativo-pragmáticas da teoria de Bühler. Insiste na inseparabilidade entre o enunciado verbal e o acto de enunciação. As circunstâncias da enunciação estão implicitamente contidas no discurso.”

Benveniste encara as expressões díticas “(...) como constituindo a estrutura da própria subjectividade da linguagem como forma de comportamento humano.” O autor da “Teoria da Enunciação” ilustra, desta forma, a dimensão pragmática que as expressões díticas envolvem ao fazer referência ao uso, isto é, ao considerar, para além da *langue*, a *parole*.¹⁴

No âmbito da abordagem do fenómeno dítico, é também frequente a referência a Charles Fillmore e a John Lyons, autores que se identificam com o desenvolvimento da Linguística, em geral, e da Linguística anglo-americana, em particular. No domínio da *deixis*, pode dizer-se que estes linguistas se salientaram pela amplitude das suas reflexões e pelo consequente contributo que elas conferiram à Linguística moderna. Ligado à semântica generativo - transformacional, Fillmore demarca-se desta corrente linguística, na medida em que a atenção que dispensa à *deixis* não se enquadra na tendência “imanentista” seguida pela teoria generativa relativamente à significação. Com efeito, para Fillmore, o tratamento da expressão dítica só é possível se enquadrada no contexto enunciativo e não de forma descontextualizada. É o que parece querer dizer na seguinte passagem: “(...) lexical items and grammatical forms which can be interpreted only when the sentences in which they occur are understood as being anchored in some social context, that context defined in such a way as to identify the participants in the communication act, their location in space, and the time during which the communication act is performed. Aspects of language which require this sort of contextualization are what I have been calling deictic.” (Fillmore, 1975: 38). Verifica-se ainda que, além da importância concedida à contextualização, Fillmore destaca as coordenadas espaço-temporais inerentes ao processo comunicativo, bem como o contexto social, isto é, o contexto que engloba a interacção dos intervenientes no acto comunicativo. Daí que se possa falar de uma *deixis* social como forma de alargamento da dimensão pessoal (o *eu*) já observada por outros autores.

Ao referir-se à *deixis* como uma questão linguística de essencial importância na construção da significação, Lyons define-a do seguinte modo: “Por *deixis* se entende la localización e identificación de personas, objetos, eventos, procesos y actividades de las que se habla, o a las que se alude, en relación con el contexto espaciotemporal creado

¹⁴ A linguagem como sistema de signos e a linguagem como exercício na instância do discurso: “um enunciado pessoal finito constitui-se, pois, num duplo plano: actualiza a função denominativa da linguagem pelas referências de objecto que esta estabelece como signos lexicais distintos, e organiza estas referências de objecto com a ajuda de indicadores auto-referenciais que correspondem a cada uma das classes formais que o idioma reconhece.” Benveniste ((1966) 1976: 53-54)

y sostenido por la enunciación y por la típica participación en ella de un solo hablante y al menos un destinatario.” (Lyons (1977) 1980: 574). Esta definição encerra, ainda que de forma implícita, alguns aspectos pertinentes que marcam a posição de Lyons quanto ao modo como encara o comportamento semântico das expressões díticas. Assim, parece incluir a *deixis* numa noção mais englobante – a ostensão – e evidencia a importância do contexto espaço-temporal no processo da enunciação, bem como a interacção que se desenvolve no acto comunicativo, o que contribui para a valorização do campo enunciativo.¹⁵ A este propósito esclarece: “Gran parte de la estructura de las lenguas sólo puede explicarse con el supuesto de que se ha desarrollado para la comunicación en la interacción cara a cara. Esto está bien claro por lo que atañe a la *deixis*.” Esta interacção leva a que Lyons se refira a uma “modalidade subjectiva”, que implica a participação do falante.¹⁶ Nesse sentido, poderá concluir-se que no processo discursivo os díticos funcionam, de uma maneira geral, como recursos linguísticos que envolvem um determinado grau de subjectividade. Por fim, aludindo à diferenciação entre *deixis* e *anáfora* (modalidades que considera com funções distintas ainda que aparentadas), Lyons ressalta ainda a importância de uma *deixis textual*: “El vínculo entre la función deíctica y la anafórica de los pronombres se considera en el marco de lo que puede llamarse *deixis textual*.” (Lyons (1977) 1980: 602).

Esta perspectiva textual da *deixis* é também partilhada por Harald Weinrich, que não admite uma teoria da *deixis* que não passe por uma construção textual. E nesse sentido, o investigador alemão, que parece ter em consideração as propostas de Bühler¹⁷, defende que a função dos díticos não é propriamente a mostração ou a indicação (“apontar”) deste ou daquele elemento do contexto; eles são fundamentalmente usados como instruções que o falante incorpora no texto de modo a activar a memória do seu interlocutor. A citação que Fonseca (1992: 130) faz deste autor comprova justamente esta ideia: «La fonction des démonstratifs est d’inviter

¹⁵ Note-se que Lyons estabelece uma tipologia enunciativa que contempla marcas linguísticas e paralinguísticas (cf. Lyons (1977) 1980: 574)

¹⁶ Em “Semantics” (1977), Lyons observa que a subjectividade da estrutura semântica nas línguas naturais é introduzida pela *deixis de pessoa*, facto, aliás, que Benveniste parece ter já reconhecido.

¹⁷ As palavras de Weinrich ilustram isso mesmo: “Embora atribuindo uma importância fundamental à *deixis* situacional, Bühler não deixa de reconhecer a existência de outras formas de *deixis*, nomeadamente a *deixis* textual, a que chama *anáfora* (recorrendo a um termo introduzido na Antiguidade pelo gramático grego Apolónio Díscolo, que pode ser considerado, na sua ordem cronológica como o primeiro dos precursores de Bühler). Não vou, no entanto, usar aqui o termo *anáfora* já que a *deixis* tal como aparece nos textos (orais ou escritos) não conhece apenas a dimensão anafórica (retrospectiva em relação à direcção linear do texto) mas também o emprego catafórico (na direcção da progressão do texto). Prefiro assim substituir *anáfora* ou *deixis anafórica* pela noção genérica de *deixis textual*.” (Weinrich, 1993: 15)

l'auditeur à proceder à une réorganisation de sa mémoire: passer de la mémoire immédiate des objets à la mémoire linguistique.»¹⁸ Esta concepção sustenta, assim, um «jogo» de memória (uma partilha dos dados presentes na memória) entre os interlocutores do acto comunicativo que se constrói no texto. Logo, elege a função textual dos dísticos como necessária e fundamental para que se concretize uma efectiva comunicação. As expressões dísticas utilizadas pelo locutor funcionam no texto como indicadores ou instruções imprescindíveis que o interlocutor organiza na sua memória no intuito de aceder à busca de sentido. Weinrich admite, à semelhança de Bühler, uma *deixis* situacional, no entanto procura mostrar que “a *deixis* situacional – por exemplo o acto de apontar para um objecto usando um demonstrativo – pode ser considerada uma forma particular e um caso limite da *deixis* textual.” (H. Weinrich, 1993: 17).

Feitas estas breves referências, não podemos deixar de lembrar o contributo dado pela Linguística portuguesa no que concerne à compreensão do fenómeno dístico. Destacaremos, entre vários linguistas que se debruçaram sobre este domínio, Herculano de Carvalho e Óscar Lopes. Relativamente ao primeiro, convém, desde já, lembrar que foi H. de Carvalho o introdutor dos termos “*deíxis*” e “*deíctico*” na terminologia linguística portuguesa. Tendo em consideração as propostas de Bühler definidas em “*Sprachtheorie*”, H. de Carvalho elege a *mostração dística* como um modo de significação linguística: “Temos finalmente a *significação deíctica* ou *mostrativa* (a *deixis*, gr. δειξις, a qual consiste na *significação realizada por certas formas linguísticas que equivalem a um gesto ou, melhor ainda, o acompanham e esclarecem, apontando ou, mais geralmente, mostrando um objecto pertencente ao contexto real (extra-verbal), ou que já foi ou vai ser imediatamente mencionado no contexto verbal.*” (H. Carvalho, 1979: 209). Esta forma de significação dística é realizada por determinados recursos linguísticos e complementada pela linguagem gestual, tendo como referência um objecto pertencente ao contexto extra-verbal. Atribui esta função mostrativa, não apenas aos demonstrativos, mas ainda aos pronomes pessoais e possessivos, bem como aos advérbios de tempo e de lugar. No entanto, H. de Carvalho não fica pela concepção da *deixis* como *mostração*: alarga a sua importância e a sua relevância à relação que ela estabelece com a enunciação. Com efeito, o acto de fala constitui, segundo a sua perspectiva, a origem da *mostração*: “Originada no próprio acto

¹⁸ Citação baseada numa intervenção de H. Weinrich num Seminário realizado no Centro de Linguística da Universidade do Porto, em 26 de Fevereiro de 1995 e subordinado ao tema “*Critique de la théorie des déictiques*” ou “*Que veulent montrer des démonstratifs.*”

de fala, saindo do próprio conjunto de relações criadas pelo facto de um indivíduo entrar, pela palavra, em comunicação com outro (...), a mostração surge primariamente como a génese da categoria gramatical da pessoa(...).” (H. Carvalho, 1984: 666).

Quando a Óscar Lopes, apercebemo-nos do interesse que dedica ao desenvolvimento da *deixis* na abordagem que faz dos demonstrativos como “expressão de vizinhanças topológicas”¹⁹ ou de proximidade, conceitos submetidos a um tratamento que se aparenta com a linguagem matemática:²⁰ “ (...) os próprios actos de falar, ou comunicar, estabelecem, em línguas naturais como o Português, um determinado sistema fundamental de vizinhanças de que logo nos apercebemos ao meditar em palavras como “aqui”, “isto”, “agora”, etc.” (Lopes, 1971: 137).

Por outro lado, reitera-se nos textos de Óscar Lopes um problema teórico ainda mais complexo e que acaba, em sua opinião, por ajudar a definir o funcionamento da *deixis*: a combinação entre o *singular* e o *genérico*. No seu artigo “*Para um conceito dístico de presente e de presença*”(1985: 95), Óscar Lopes equaciona esta ideia, ao afirmar: “ Ora a solidariedade, na referência, entre o singular e o genérico é muito complexa.” Do mesmo modo, em “ Topologias da “*deixis*” em Português” (1977) havia dito: “(...) nada se pode compreender no comportamento humano sem dialéctica entre a percepção do genérico e a da singularidade do *hic et nunc* (...)”. Fonseca (1995) reflecte sobre esta dialéctica em “*Deixis e Poesia*”, com base na leitura de alguns textos de Óscar Lopes e partindo da seguinte citação de Lopes (1994): “ A maravilha da *deixis* (que surge sempre tardiamente nas pessoas e nas línguas) é a da descoberta de que é possível tocar (...) o próprio singular cambiante sob o seu universal.” Ora, é esta

¹⁹ O. Lopes explicita esta posição de forma concludente: “A observação superficial logo nos diz que os pronomes e advérbios demonstrativos constituem em português *filtros de vizinhanças* mais complicadamente sistematizados que os de língua francesa ou inglesa, por exemplo. (...) É essencial ter sempre em mente o seguinte, quanto ao uso que se vai fazer dos termos “eu” e “tu” como designativos de pontos da topologia, por assim dizer, usual da língua portuguesa, pontos a partir dos quais se determina, por vizinhanças, a localização dos objectos do discurso relativamente ao próprio acto *presente*, e por isso variável, e por isso múltiplo, de falar.” (Lopes, 1971: 141-142).

Referindo-se a diferentes contextos de *isto*, observa: “o único traço comum a estas situações é o de uma presença ou vizinhança espacial, ou espaço-temporal, cuja métrica e cuja interioridade ou exterioridade relativa a outras vizinhanças apenas se determina pela situação e pelo contexto da própria enunciação (Lopes, 1977: 129)

²⁰ Vejam-se as expressões: “conjuntos abertos”, “ponto de acumulação”, “espaço tridimensional e quadrimensional”, “recta vectorial” (Lopes, 1971).

Veja-se a referência à topologia: “A Topologia (como disciplina matemática) nasceu do estudo do contínuo e do descontínuo, e por isso a sua mais clara exemplificação recorre a grandezas contínuas, como os *números reais*. Ela está contudo implícita nas regras de uso espontâneo dos pronomes demonstrativos, como aliás no jeito de dar um nó.” (Lopes, 1971: 137)

“harmonização entre o *singular* e o *geral*, contraditoriamente conexos” que Óscar Lopes vai também encontrar na poesia.

4. Uma noção de *deixis*

As propostas que, no âmbito de um tratamento linguístico da *deixis* se foram multiplicando ao longo do século XX, particularmente nas últimas décadas deste século, onde se incluem, entre outros, os autores anteriormente referidos, trouxeram à Linguística, especialmente nos domínios da Semântica e da Pragmática, novos avanços. Os contributos fornecidos por filósofos e linguistas permitem que hoje tenhamos uma noção mais aprofundada e exacta do fenómeno dístico. Com efeito, as noções que actualmente definem o comportamento das expressões dísticas parecem emergir de determinados conceitos que esses autores incluíam na sua teorização. Lembremos, a este propósito, a referência que Luís Eguren faz aos dísticos, em certa medida na linha de Benveniste: “(...) se trata de “*términos abiertos*”, cuya referencia no está fijada de antemano ni se mantiene constante, sino que se establece, crucialmente, cada vez que cambian el hablante, el oyente o las coordenadas espacio-temporales de los actos de enunciación.” (Eguren, 1999: 931). Note-se que Eguren, à semelhança do que havia já acontecido com outros autores, nomeadamente Benveniste e Herculano de Carvalho (a *deixis* como “referenciação” e o papel do “Eu” enunciador), defende que os dísticos são expressões cuja referência apenas tem sentido no acto comunicativo. Daí que o mesmo autor defina a *deixis* como “ (...) un tipo de vínculo referencial entre ciertas unidades o expresiones lingüísticas y aquello que representan en el mundo o en el universo del discurso, por medio del cual se identifican “*individuos*” en relación con las variables básicas de todo acto comunicativo: el hablante, el interlocutor (o los interlocutores) y el momento y el lugar en que se emite un enunciado.” (Eguren, op. cit.: 932). Estas noções parecem aproximar-se, de certo modo, da posição de Fonseca (1992: 33): “Os dísticos, marcas formais da “subjectividade” da linguagem,²¹ constitutivos do “dispositivo formal da enunciação”, são objecto de descrições rigorosas em que a “instância enunciativa” é concebida como um centro a partir do qual se desenha uma rede referencial topológica”. Por conseguinte, os dísticos são concebidos como “(...) operadores linguísticos que têm como função referenciar o discurso em relação ao

²¹ Em consonância com o que sugere Benveniste (1966), a subjectividade está presente no acto de dizer “Eu”. Trata-se de uma referenciação egocêntrica no processo enunciativo, uma “*réalité de discours*”, um “Eu” que também envolve um “Tu” numa interacção comunicativa.

sujeito de enunciação e às suas coordenadas espaço-temporais.” (Fonseca, op. cit.: 58). Valoriza-se, desta maneira, o contexto de enunciação (“context of use”, segundo Kaplan) como forma essencial de fixação do referente. A mesma interpretação é ainda sustentada por Lyons ao concluir que a *deixis* implica um acto enunciativo e as inerentes coordenadas espaço-temporais: “Por deixis se entiende la localización e identificación de personas, objetos, eventos, procesos y actividades de las que se habla, o a las que se alude, en relación con el contexto espaciotemporal creado y sostenido por la enunciación y por la típica participación en ella de un solo hablante y al menos un destinatario.” (Lyons (1977) 1980: 574). Por sua vez, Kleiber (1986 d), citado por Oliveira (1988: 24), define os dísticos da seguinte forma: “Les déictiques sont des expressions qui renvoient à un référent dont l’identification est à opérer nécessairement au moyen de l’entourage spatio-temporel de leur occurrence. La spécificité du sens indexical est de « donner » le référent par le truchement de ce contexte.» Também aqui o referente e o contexto espaço-temporal aparecem como elementos inerentes ao funcionamento das expressões dísticas. Contudo, Oliveira (op. cit.: 24) adverte que não se pode daqui inferir que o referente deva estar obrigatoriamente presente no contexto espaço-temporal (pode ou não estar); no entanto, esteja presente ou não, a sua identificação passa pelas relações espaço-temporais. O mesmo acontece com Eguren (1999: 936) ao referir-se aos dísticos simbólicos: “(...) en sus usos simbólicos, los déicticos se interpretan con referencia, tan solo, a los parámetros espacio-temporales básicos del evento comunicativo.” Parece ser esta, aliás, a posição de Lopes (1977: 127) ao admitir “(...) uma semântica que tem de apresentar mundos possíveis como índices, e estruturas de modelos de objectos possíveis que se não limitam aos objectos do mundo real e actual no sentido positivista estrito deste termo.” Do mesmo modo, Fraser & Joly consideram ilegítimo reduzir a *deixis* à situação de presença física do “objecto designado e mostrável.” (cf. Fraser & Joly, 1979: 109). Este argumento vem, de certa forma, reabilitar a ideia já presente em “Sprachtheorie” de K. Bühler (1934), que distingue a “Demonstratio ad Oculos” da “Deixis am Phantasma”, teoria que defende o princípio de que as expressões dísticas num texto de ficção são interpretadas relativamente às coordenadas “eu”, “aqui” e “agora”, que se associam ao sujeito de enunciação referenciado no âmbito do texto. (cf. Mulder, 1998: 21). Referindo-se à complexidade das estruturas dísticas em si, Lopes (op. cit.: 127) vai ainda mais longe ao estender essa complexidade ao próprio acto de referência, onde todos os elementos (campos lexicais, contexto de enunciação, expressão dística, gestos) assumem a sua

importância: “Quando dizemos “Aquele palmeira ali”, o nome comum palmeira e as condições pragmáticas da enunciação são tão indispensáveis à referência como os dois lexemas díticos *aquela* e *ali* e ainda um qualquer gesto de apontar. Nenhum semiologista pode hoje ter dúvidas acerca da extrema complexidade de um acto de referência aparentemente tão simples como o da indigitação, da ostensão digital ou outra.” Também Fonseca (1992: 72), aludindo à “presença implícita” dos díticos, salienta: “Esta presença (compresença) não está condicionada pela coexistência física; engloba também tudo o que constitui a *memória* compartilhada pelos intervenientes num acto de enunciação.”

Estas e outras propostas análogas levam-nos a concluir que uma noção de deixis terá de passar por um conjunto de elementos inseparáveis que definem globalmente o acto referencial ou enunciativo, e que de uma forma interactiva e complementar conduzem à significação. Conforme lembra Fonseca (1992: 70), “Os deícticos são sinais linguísticos integrados em sistemas semióticos específicos, as línguas naturais. O seu funcionamento é inseparável do da totalidade do sistema em que se integram e em que estão profundamente incrustados (...). Sendo responsáveis pela *ancoragem enunciativa* que torna possível a actualização da significação, os deícticos formam, no interior do sistema linguístico, um sub-sistema coeso cuja existência atesta, por si só, que a função da totalidade dos signos linguísticos é a de serem usados em situações concretas de comunicação. A função dos deícticos é condicionante da significação dos restantes signos linguísticos.(...) A mostração linguística reveste-se, pois de uma complexidade muito maior do que a mostração gestual.”

5. O Eu, o Aqui e o Agora: três coordenadas da informação dítica

A breve panorâmica até aqui traçada, muito embora se baseie nas propostas delineadas por um reduzido número de autores, não pode, contudo, deixar de transmitir a “perplexidade” que representa o fenómeno dítico. Como já nos foi dado a observar, as expressões díticas não transportam com elas uma carga emocional ou conceptual que as identifique em termos de objecto material, isto é, são desprovidas de sentido lexical próprio, funcionando como operadores linguísticos que evocam a posição no espaço ou no tempo relativamente ao enunciador (ou locutor), seja de forma explícita ou implícita. Por outras palavras, o sentido destas expressões apenas se determina na efectiva actualização do enunciado pelo locutor (o “Eu”), num contexto de enunciação específico, condicionado pelo espaço (o “Aqui”) e pelo tempo (o “Agora”). Diríamos

com Récanati (1979: 153): “L’*énonciation* (...) est un événement qui a lieu, comme tout événement, à un certain moment et en un certain lieu; cet événement spatio-temporellement déterminé, c’est le dire, ou l’*énonciation*. ”

5.1. A *deixis* de pessoa

Partindo do pressuposto de que a descrição da *deixis* deverá ser entendida com base na configuração do falante, relativamente ao lugar e ao momento em que fala, poder-se-á concluir, com Fraser & Joly (1979: 105), que «La substance du signifié des déictiques n’est pas une matière à proprement parler, mais une *forme* en position de matière, en l’occurrence l’*indication* de la position de ce dont il est parlé par rapport à celui qui parle.» Nesta perspectiva, a pessoa do locutor – o sujeito de enunciação – assume uma dimensão essencial na descrição do funcionamento da *deixis*. É em relação ao “Eu” enunciador e às coordenadas espaço-temporais por ele criadas que os díticos inscrevem a sua real função significativa no desenvolvimento do discurso. Ele constitui um ponto de referência egocêntrico no acto da comunicação verbal, ou seja, um marco de auto-referencialidade face a um “Tu”, o que implica um processo subjectivo ou mesmo intersubjectivo, como sugere Fonseca (1992: 58): “Na medida em que institui a possibilidade de uma referenciação centrada no acto de enunciação, a subjectividade funciona como um factor de intersubjectividade, que é indispensável à efectivação da comunicação.” É esta subjectividade, que envolve de forma decisiva a participação do locutor e do interlocutor²² no processo comunicativo, que fundamenta a chamada *deixis de pessoa*. Estão normalmente associados a esta modalidade de *deixis* os pronomes pessoais, os demonstrativos, os possessivos e a flexão verbal, que referencia a pessoa. São diferentes formas de referenciar o sujeito falante (o “Eu”), dimensão central, dominante ou “*origo*” (na terminologia de Bühler) que gera ou condiciona uma dupla e necessária presença: o espaço e o tempo.

²² É talvez por isso que Lopes (1977: 127) acrescenta: “(...) tal estrutura da subjectividade falante só pode ser determinada como social, e até como condição de sociabilidade humana.” Repare-se, no entanto, que não parece ser exactamente com este sentido que Lyons (1968) e Fillmore (1971 e 1975), referidos por Vilela (1999: 409-410), definem a *deixis social*: “(...) a que diz respeito à relação social entre os participantes no discurso, como é a escolha, nas formas de tratamento, entre *Tu* – *Você* – *Vocemecê* – *Senhor* e o uso dos tratamentos honoríficos como *professor*, *sôr dôtor*, *doutor*, *v^a exc.^a*, *v^a senhoria*, *eminência*, etc.”

5.2 A *deixis* espacial e temporal

Espaço e *tempo* são, pois, duas coordenadas inseparáveis do “Eu” (e da presença do “Tu”) no acto de enunciação, constituindo-se esta trilogia como responsável pelo funcionamento da *deixis*. Disso mesmo nos dá conta H. de Carvalho (1984: 664-665): “Para que a *deixis* funcione – para que haja mostração verbal (...) – é imprescindível que exista um termo ou ponto de referência, evidente e não ambíguo para o receptor, relativamente ao qual o emissor localize o objecto que quer mencionar: esse termo ou baliza referencial é a pessoa do próprio sujeito que fala, no momento em que fala e em que, apontando ou chamando a atenção para si próprio, se designa como “Eu”. A referência à presença destas três representações no acto de enunciação é também reiterada por Fraser & Joly (1979: 111): “*Personne, espace et temps* qui jouent un rôle capital dans l’édification des systèmes de langue, constituant trois représentations indissociables, liées dans un double mouvement dialectique. La personne du locuteur, « moi », ne se laisse pas concevoir en dehors du lieu d’espace où elle se tient, « ici », source des repérages spatiaux (en dehors de ce lieu, ou par rapport, à lui, avec tous les glissements possibles), et en dehors du lieu de temps où elle se voit exister, « maintenant », fondamental auquel renvoie implicitement ou explicitement tout discours. » Estas reflexões ilustram, por um lado, a importância e a envolvimento do sujeito de enunciação como núcleo central no acto de mostração verbal do objecto ao seu interlocutor, e, por outro lado, a necessidade de um sistema de coordenadas espaço-temporais que possibilitem a referencialidade desse acto. E é justamente para este quadro que Fonseca (1996: 439) aponta ao asseverar: “(...) [Eu e Tu] instituem-se a si próprios como centro de um sistema de coordenadas espaço-temporais geradoras da possibilidade de referência.” Estão, assim lançadas as bases que permitem aceder à significação e fundamentar o funcionamento da *deixis*. O espaço remete-nos para a localização ou situação espacial do acto e do contexto de enunciação, obviamente aquele em que o locutor se situa, pensa e fala, e está, por isso, associado à representação do *Aqui*. Trata-se da *deixis espacial*, que pode ser identificada e veiculada através de demonstrativos, de alguns advérbios (os de lugar), de certas preposições de lugar (à frente, atrás, ...). Convém, entretanto, aqui observar com Lopes (1977: 127 e ss.) a complexidade que as estruturas díticas manifestam, neste caso as que funcionam como indicadores de lugar. Reportando-se ao sistema ternário *aqui/aí/ali*, adianta que “O único traço comum a estas situações é a de uma presença ou vizinhança espacial, ou

espácio-temporal, cuja métrica e cuja interioridade ou exterioridade relativa a outras vizinhanças apenas se determina pela situação e pelo contexto da própria enunciação. A fronteira espacial dessas vizinhanças não pode definir-se de um modo exacto, apresenta sempre um grau de maior ou menos aproximação.” Relativamente ao uso do “aqui”, Lopes (1985: 90) esclarece: “Para que quaisquer pessoas se entendam quanto ao uso do “aqui” em português basta que, num dado espaço, mais ou menos intuitivo ou construído, elas tenham em vista um conjunto homogéneo de vizinhanças (sendo cada vizinhança correspondente a um uso de “aqui”) e que essas pessoas estejam em condições de considerar todos esses *aqui* nas suas intersecções.” O mesmo autor (1971:137) havia já dito:” É óbvio que *aqui* (...) pode referir-se quer à extremidade de uma unha, quer a um compartimento, a um país, ao nosso sistema solar, ao espaço estelar, por exemplo.” Voltaremos a este assunto no próximo capítulo, onde procuraremos descrever de forma mais exaustiva o enquadramento topológico deste e de outros advérbios.

A “vizinhança” preconizada por Lopes é sugerida em termos de oposição proximidade/distância – como significação de base dos dísticos espaciais – por outros autores, designadamente por Lyons (1968 e 1975), Quirk (1972), Halliday & Hasan (1976), conforme referem Fraser & Joly (1979: 98). Porém, não poderemos reduzir a *deixis* à representação do espaço, na medida em que a enunciação implica um processo de localização espaço-temporal. Por outro lado, o contraste proximidade/não-proximidade não depende unicamente da distância objectiva relativamente ao ponto de referência, mas também, e muito, da esfera pessoal (organização mental) dos intervenientes no contexto enunciativo.

Apesar de toda a sua complexidade, a localização do objecto por meio de uma expressão referencial assume um papel de relevo na comunicação linguística. Diríamos com Lyons:”La organización espacial tiene una importancia máxima en el conocimiento humano.” (Lyons, 1977: 651)

Por seu turno, o *tempo* constitui uma outra dimensão inerente à função dística e à construção da significação, na medida em que situa o momento da enunciação, o “presente” do locutor ou do acto de fala. A representação do tempo, do *Agora*, estabelece a designada *deixis temporal*, da qual fazem parte os advérbios temporais, frases nominais e preposicionais com valor temporal, bem como, segundo alguns autores, as marcas de tempo fornecidas pela conjugação verbal. Se a presença do tempo e do espaço é gerada ou condicionada pela representação da pessoa, da qual é

inseparável, a própria dimensão temporal está, também ela, associada à dimensão espacial e é condicionada por ela. Disso nos dá conta Guillaume (1964), referido por Fraser & Joly (1979: 113): “(...) c’est à l’espace que le temps emprunte ses moins de représentation.” Com base nesta ideia, Fraser & Joly (op. cit.: 114) reconhecem que o tempo pode ser representado em termos de espaço quer através da expressão morfológica do tempo (o paradigma das formas verbais determina-se em relação ao lugar (agora) que o *eu* ocupa no tempo), quer “por meio de dísticos temporais que funcionam exactamente como os dísticos espaciais.” (formas lexicais) e que permitem distinguir presente/não – presente: *Aqui*, que exprime o lugar que o locutor ocupa presentemente no espaço; *Agora*, que exprime o lugar que o locutor ocupa presentemente no tempo.

Relativamente às expressões dísticas espaciais e temporais, alguns autores diferenciam ainda a “deixis primária” (associada ao contexto dístico físico) da “deixis secundária” ou “deixis emocional”, que implica uma reinterpretação do contexto dístico primário ao nível das coordenadas espaço-temporais, especialmente com base nas atitudes do locutor e na relação emocional que este estabelece, no contexto da enunciação, com o interlocutor.²³

5.3 Dísticos transparentes e opacos

Uma outra distinção que costuma fazer-se no âmbito de uma classificação das expressões dísticas diz respeito à maior ou menor amplitude em que a informação contextual adicional (p. ex. o gesto) interfere na identificação do referente. E assim distinguem-se os “dísticos transparentes ou incompletos” e os “dísticos opacos ou incompletos”. Enquanto que os primeiros não necessitam do auxílio de qualquer informação contextual ou gestual complementar para que se possa identificar o referente em causa numa determinada situação de enunciação concreta (casos de *eu*, *tu*, *agora*, *aqui*, *ontem*, *hoje*, *amanhã*, ...), os segundos, por si mesmos, não asseguram com precisão a identificação do referendo (como acontece com *este*, *ele*, *então*, *assim*, ...), precisam da ajuda de uma qualquer informação gestual ou contextual.²⁴ Esta interpretação acaba por coincidir com a descrição de Oliveira (1988: 24), quando esclarece que “(...) os símbolos indexicais transparentes (*aqui*, *agora*, *eu*, *tu*) remetem

²³ Cf. Lyons (1977:611) e Eguren (1999: 935)

²⁴ Cf. Eguren (1999: 934-935)

para um elo factual directo, enquanto os opacos nem sempre o fazem, embora seja possível dizer “este texto” para referir o texto que se está a escrever.”

6. Tipos de usos das expressões déicticas

Como acabámos de observar, as expressões déicticas são expressões referenciais que funcionam num determinado contexto de enunciação e que prevêm necessariamente uma situação espaço-temporal. Em todo o caso, e na sequência do exposto por Eguren (1999: 936), “Esto no quiere decir, sin embargo, que las expresiones déicticas se usen solo déicticamente; también pueden emplearse de manera no déictica.” Quanto ao primeiro aspecto, e seguindo a linha de pensamento de Fonseca (1996: 440) deveremos “ (...) tomar em conta, por um lado, qual o tipo de contexto compartilhado que viabiliza a mostração e, por outro, qual a componente do contexto que é activada semanticamente pela utilização dos déicticos.” Nesta ordem de ideias, e considerando o tipo de contexto, seguimos a proposta de Bühler ao reconhecer a *deixis indicial* ou “ad oculos”, sempre que o objecto designado, apontado ou referenciado se revele na presença do locutor, no contexto da situação de enunciação. Estamos perante um tipo de *deixis* que alguns autores designam por *deixis exofórica*²⁵, justamente por se tratar de uma referência situacional que remete para a realidade extra-discursiva²⁶, mas também para um campo perceptivo imediato, compartilhado pelos interlocutores, já que com a ajuda do contexto e da memória, a par de uma presença explícita pode haver uma presença implícita complementar que contribui necessariamente para a construção da significação.

Um outro tipo de uso da expressão déictica é a chamada *deixis textual* ou *discursiva*, também designada por *endofórica* por se tratar de uma referenciação contextual, isto é, que remete para um objecto da realidade intra-discursiva (o texto).²⁷ A este propósito, Fonseca adianta (1996: 441): “Os déicticos podem desempenhar também uma função de referenciação *endofórica* ao apontar para os segmentos

²⁵ Segundo T. Fraser & A. Joly (1979: 107), os termos *exofórico* e *endofórico* são utilizados por Halliday e Hasan (1976: 33) e “ (...) designam de maneira muito económica a operação pela qual se reenvia (-phore) um signo para um referente extra-discursivo (exo-) ou intra-discursivo (endo-). (tradução nossa)

²⁶ Fonseca (1996) não considera esta designação totalmente correcta, “já que o contexto situacional, sendo constituído a partir de um acto verbal, não é exterior à linguagem.” (cf. Fonseca, 1996: 440-441)

²⁷ Cf. T. Fraser & A. Joly (1979: 106)

discursivos que precedem ou seguem o signo deíctico no todo textual em que está integrado.” Estamos, neste caso, em presença de expressões díticas que têm “(...) un uso deíctico “textual o discursivo” esto es, se usan dentro de un enunciado para referirse a una expresión lingüística o a alguna porción del discurso en el que se inserta dicho enunciado.” (Eguren, 1999: 937). Tomamos, assim, em consideração o nível da dimensão espacial do texto, na sua linearidade e temporalidade, onde a função mostrativa das expressões díticas se concretiza enquanto *anáfora* (quando remete para um elemento informativo textual anteriormente enunciado) ou *catáfora* (se remete, por antecipação, para uma informação textual que ainda vai ser referida). A esta relação de anterioridade e de posterioridade chamam alguns autores, respectivamente, *referência anafórica regressiva* e *referência anafórica progressiva* ou *antecipadora*,²⁸ sendo esta última menos usual que a primeira.

Fraser & Joly (1979) consideram que estas noções de anterioridade e de posterioridade se associam à referência exofórica, sendo que o que se situa antes faz parte do âmbito da memória, em virtude de funcionar “in absentia”, ao fazer referência a um objecto extra-discursivo não presente, ou seja, presente apenas na memória imediata dos interlocutores (que faz parte do passado), o que pressupõe uma vivência comum. E neste sentido, estabelecem um paralelismo entre a referência exofórica memorial e a referência endofórica anafórica: na primeira, o objecto referencial situa-se no passado do espírito e, na segunda, o objecto presente no discurso situa-se no passado do texto.²⁹ Daí, entenderem estes autores que “Não é legítimo, de um ponto de vista teórico, reduzir a deixis à única referência exofórica a-memorial, a que supões a presença efectiva (física) do objecto designado e mostrável, tal como não é legítimo opor um demonstrativo anafórico, revelando referência endofórica, a um demonstrativo deíctico, revelando referência exofórica. Há uma identidade dos mecanismos em causa (...), sendo as diferenças apenas de ordem topológica (intra-discursivo vs extra-discursivo, intra-memorial vs extra-memorial)³⁰ (cf. Fraser e Joly (1979: 109)). Ora, partindo destes

²⁸ Cf., p. ex., Lyons (1977: 592)

²⁹ Marie-José Béguelin aborda este assunto nos seguintes termos: “Dans la perspective de l’allocutaire, les emplois dits déictiques situationnels et anaphoriques sont sans doute a priori les plus « normaux » car les plus faciles à traiter, dans la mesure où le référent à identifier se trouve déjà validé dans l’image de la mémoire discursive.»

Entende-se aqui por memória discursiva o conjunto dos conhecimentos oficialmente partilhados pelos interlocutores.

³⁰ Tradução nossa

pressupostos, poder-se-á concluir que *deixis exofórica* e *deixis endofórica* são da mesma natureza, partilham a mesma “mecânica fundamental”, embora se distingam por apresentarem uma diferente topologia.

As expressões díticas podem ainda ser usadas com a finalidade de referir indicadores do domínio do ausente ou da fantasia. Trata-se de uma terceira modalidade de *deixis*, que Bühler designa por “*Deixis am Phantasma*” e que Fonseca denomina “*deixis transposta*” (ou “*projectada*”). Este modo de referência assenta em dados presentes numa memória comum, em que o locutor (narrador) imagina uma determinada situação ou recorda determinados indicadores e transmite-os ao seu interlocutor (leitor ou ouvinte), possibilitando-lhe uma “transposição” para essa situação criada, com base numa memória compartilhada. Ou seja, o narrador convida o leitor a partilhar o seu universo. Estamos, neste caso, em presença de um campo mostrativo imaginado ou construído mentalmente pelo locutor³¹ e que é compartilhado pelo interlocutor, na medida em que este reconstrói também mentalmente o espaço, reorganizando-o na sua memória. Kleiber (1998: 86) lembra, a este propósito, que « narrateur et lecteur sont en quelque sorte les contemporains des personnages de l’univers fictif, de même ils peuvent partager leur localisation spatiale. » Com efeito, este tipo de mostraçãõ fictiva tem lugar « (...) cuando un narrador lleva al oyente al reino de lo ausente recordable o al reino de la fantasia constructiva (...) para que vea y oiga lo que hay allí que ver y oír (...). No con los ojos, oídos, etc, exteriores, sino con (...) ojos y oídos “interiores” o espirituales.” (Bühler (1965) 1985: 143).

7. A referência *anáforica*

A designação de “anáfora” e do termo correspondente “catáfora” é utilizada por Bühler como formas de especificar, respectivamente, o carácter retrospectivo e prospectivo da mostraçãõ textual. Todavia, como recorda Fonseca (1992: 89), “Anáfora é um termo grego, já usado como noção metalinguística por Apolónio Díscolo para dar conta da função textual dos deícticos, função essa que consiste em remeterem para algo presente no contexto verbal. Reportando-nos mais uma vez a “*Sprachtheorie*” de Bühler, verificamos que a noção de *anáfora* que este autor apresenta resulta da transposição ou derivação da mostraçãõ linguística presente na *deixis* “ad oculos” para o

³¹ Kleiber (1998: 83) fala de um campo memorial: « (...) l’identification du référent se fait entièrement dans son univers mental ou, si l’on veut, dans son champ mémoriel. »

contexto discursivo. Na realidade, segundo a sua concepção, “hay también una mostración de lugares en la estructura del discurso, y las lenguas indoeuropeas utilizan para esta mostración en buena parte las mismas palabras que para la *demonstratio ad oculos*. Sencilla (...) es así al menos la descripción de la situación: un orden allí en el espacio y sitios en él; un orden aquí en la fluencia del discurso y lugares en él, o partes del discurso (...)” (Bühler (1965) 1985: 139). Sublinha-se aqui a existência de uma ordem espacial (uma concepção topológica) comum à mostraçãõ “ad oculos” e à mostraçãõ inerente ao plano discursivo, onde, neste último caso, a *anáfora* se identifica com uma ordem na fluência do discurso, isto é, uma ordem espacial que se manifesta na linearidade e na progressão textual. Passa-se, assim, de uma mostraçãõ que envolve uma presença física e sensorial para uma mostraçãõ criada no espaço textual, cuja presença se concretiza ao nível da memória imediata do locutor e do interlocutor, por conseguinte apenas acessível mentalmente; nesta medida, o contexto discursivo funciona como um campo perceptivo comum.

Vimos já que a referência anafórica surge como um processo linguístico que se realiza no universo do discurso e que pressupõe a correlação de uma expressão anafórica (pronominal ou outra) com uma expressão antecedente (ou subsequente, tratando-se de catáfora). Ora, isto poderá significar, seguindo uma noção tradicional de *anáfora*, que essa expressão anafórica se *refere*³² à expressão antecedente. No entanto, segundo Lyons (1977: 595), esta definição, baseada no verbo “referir”, não se afigura inteiramente precisa, na medida em que a *anáfora* tem o mesmo referente que a expressão que aparece antes (ou depois, no caso da catáfora), estabelecendo-se, por isso, uma relação de co-referência no contexto do discurso: “De ahora, en adelante, pues, no diremos ya que un pronombre se refiere a su antecedente, sino que se refiere al referente de la expresión antecedente con la que se encuentra en correlación.” Por seu turno, Pottier (op. cit.: 89) esclarece que “L’anaphore est la procédure qui permet à un terme (anaphorisé) d’être repris dans le discours par un autre terme (anaphorisant). Il serait dangereux de considérer la **cataphore** comme la relation inverse: elle n’est pour nous que la manifestation linéaire anticipée de l’anaphorisant (...), ou bien elle recouvre un autre type d’anaphore, l’anaphore conceptuelle.”

³² J. Lyons (1977: 595) explica a origem deste termo: “Aqui, o termo “refere-se” pode remontar ao latim “referre”, que por sua vez traduz o grego “anapherein” e que neste contexto significa algo como “devolver”, “recordar” ou “repetir”. (Tradução nossa)

A relação anafórica co-referencial³³ constitui um mecanismo essencial que contribui para a continuidade e para a progressão temática do texto. A retórica clássica defendia, conforme recorda Marcuschi, que a anáfora indica a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase (cf. Marcuschi, 2005: 55). Esta concepção está ainda presente em alguns dicionários quando se procura esclarecer o significado do termo *anáfora*. Contudo, torna-se necessário salientar que esta ideia de repetição acaba por ser hoje ultrapassada quando, por exemplo, Marcuschi (op.cit.) usa a denominação *anáfora* “(...) para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo, assim, para a continuidade tópica e referencial”, ou quando Figueiredo (2003: 232-233) argumenta: “A retoma, que não é para se tomar no sentido restrito de repetição, tem por significado pôr em relação um elemento do texto com o seu antecedente referencial de modo a estabelecer linhas de continuidade que assegurem a coesão textual. O procedimento anafórico em cada um dos pontos da cadeia textual depende, pois, do grau dessa mesma retoma. Esta poderá ir do reconhecimento total (identidade referencial) até à disjunção parcial ou total (anáfora por associação)”. Conclui-se, pois, que o termo *anáfora* implica, além da noção de *antecedente*, as noções de *co-referência*, *retoma*, *continuidade*, *progressão*, etc. Esta é, aliás, a posição adoptada por Silva (2005: 102) ao reconhecer que “A redefinição dos limites e propriedades atribuíveis à anáfora resultou, em grande medida, do redimensionamento da relação entre o conceito de anáfora e as noções de co-referência, antecedência e continuidade referencial.”

No que diz respeito ao antecedente, há quem defenda que uma expressão anafórica nem sempre se refere ao seu antecedente.³⁴ Porém, pressupõe-se que existe uma relação entre a expressão anafórica e o seu antecedente, ao nível intra-textual, o que permite distinguir os valores semânticos e referenciais das construções linguísticas. E, nestes moldes, surgem as anáforas com retoma (total ou parcial) do antecedente, ou ainda a retoma através de sinónimos ou “quase – sinónimos” (co-referência sem recategorização do antecedente), hiperónimos, nomes genéricos e descrições nominais

³³ “La anáfora consiste, por tanto, en una relación de “correferencia.” (Eguren, 1995: 936)

³⁴ Figueiredo (2003: 221) refere que a noção de antecedente oferece alguns problemas. Daí o facto de alguns autores preferirem as designações de “desencadeador do antecedente”, “gatilho”, “fonte”, “âncora”, etc. (cf. Koch, 2005: 264)

(co-referência com recategorização do antecedente).³⁵ Interessa também aqui clarificar com Silva (op. cit.: 104) que anáfora e co-referência são duas realidades linguísticas distintas: enquanto que a co-referência “(...) é basicamente uma relação linguística e entre expressões linguísticas e referentes extra – linguísticos, a anáfora evoca domínios do conhecimento que ultrapassam essa relação.” Daí que a *anáfora* não seja necessariamente co-referencial com o seu antecedente, quer porque “nem todas as expressões co-referenciais de uma expressão anterior são necessariamente anafóricas”, quer porque “a ausência de co-referência não impede a relação anafórica”, uma vez que a segunda expressão é “referencialmente saturada em relação à primeira.” Por outro lado, Kleiber (1988: 79) alerta para o facto de o antecedente poder ser encontrado fora do texto, o que é válido para todas as expressões anafóricas: “Quelle que soit la place exacte de l’antécédent, il n’est normalement pas nécessaire de remonter réellement dans le texte pour le retrouver. Il doit être accessible dans le modèle discursif (ou mémoriel) valide au moment d’énonciation de l’occurrence de l’expression anaphorique.» Por sua vez, a co-referência está relacionada com a continuidade, que implica processos de substituição, nominalização ou associação lexical, geradores de novos significados, e que permitem que o texto avance na sua linearidade, mediante uma articulação sequencial. Além disso, este processo de continuidade pressupõe uma progressão, na medida em que a expressão anafórica ajuda a complementar ou a acrescentar informações novas sobre o referente.

Resta-nos ainda acrescentar que, nas relações anafóricas, devemos tomar em consideração duas formas de estabelecer essas relações: a *anáfora co-referencial*, ou seja, a que funciona com base na repetição ou substituição do antecedente, e a *anáfora não co-referencial*, que “(...) resulta de processos inferenciais, de saberes enciclopédicos(...)” (Figueiredo, op. cit.: 229), e que é normalmente designada por *anáfora associativa*.

7.1. Anáfora vs deixis – alguns aspectos distintivos

Após uma descrição elementar do funcionamento da *deixis* e da *anáfora*, vamos procurar evidenciar, ainda que de forma breve, os principais aspectos que diferenciam estes dois processos de construção de significação linguística.

³⁵ Béguelin (1998: 100) considera três tipos de anáforas: “l’anaphore fidèle (*un loup...ce loup ; deux hommes...ces deux hommes*) ; l’anaphore par hyperonyme (*un meunier...cet homme*) ; l’anaphore avec abandon de déterminations (*un pin vieux et sauvage...ce pin*)

Como vimos já, *deixis* e *anáfora*, apesar de terem uma natureza comum³⁶, distinguem-se ao nível topológico, como nos explica Kleiber (1998: 78, nota): “(...) l’opposition *deictique/anaphorique* étant conçue en termes de localisation du référent, soit dans la situation d’énonciation pour les déictiques, soit dans le contexte linguistique pour les anaphoriques.”

Por outro lado, poderíamos basear esta oposição entre *deixis* e *anáfora* numa realização lexical distinta. No entanto, há formas que são comuns aos dois processos (caso dos demonstrativos), facto que leva Gary – Prieur e Léonard (1998: 15), referindo-se ao emprego do demonstrativo, a esclarecer: “Si cette distinction s’appuie sur l’existence de deux classes lexicales (d’un côté les *anaphoriques*, comme *il* ou *son*, de l’autre les *déictiques*, comme *je* ou *ici*), il faut faire l’hypothèse de deux démonstratifs homonymes, l’un déictique (...), l’autre anaphorique (...). Il est facile de montrer qu’une telle hypothèse ne peut pas être satisfaisante, et que l’objectif d’une description sémantique est de faire apparaître ce qui, dans les propriétés du démonstratif, permet d’expliquer ces deux sortes d’emploi. » Já Bühler ((1965) 1985:139) defendia a *anáfora* como uma derivação do modo de funcionamento da *deixis* « ad oculos », dizendo que as línguas indo-europeias usam para a mostração no discurso “*en buena parte*”³⁷ las mismas palabras que para la demonstratio “ad oculos”. Mas também aqui se reconhece que não há uma completa uniformidade no que respeita à utilização das formas lexicais nas duas situações. Daí que, por exemplo, os demonstrativos funcionem não só para indicar a referência exofórica (*deixis* situacional, fundamentalmente concreta), mas também a referência endofórica (*deixis* contextual mais abstracta, designando um objecto de discurso) (cf. Fraser & Joly, 1979: 108).

Um outro aspecto que pode possibilitar a distinção entre *anáfora* e *deixis* prende-se com o domínio referencial. Nesta perspectiva, e na concepção de Oliveira (1988: 44, nota) “Anáfora é, assim, entendida como uma referência a objectos que figuram previamente no discurso ou são geralmente conhecidos, enquanto *deixis* consiste numa referência a objectos que ainda não são conhecidos ou não foram introduzidos no discurso.” Esta distinção parece aproximar-se da que Lyons (1977: 595 e ss.) assume, ao caracterizar a expressão anafórica como co-referencial com uma

³⁶ Esta orientação parece estar implícita nas palavras de Gilles Philippe (1998: 54): « On sait bien sûr ce que l’opposition entre déictique et anaphorique peut avoir d’arbitraire, puisque la deuxième valeur n’est guère qu’un cas particulier de la première. »

³⁷ Sublinhado nosso.

determinada expressão referencial anterior (terão ambas o mesmo referente), o que não acontece com a interpretação dítica, na qual a identificação do referente da situação de enunciação é complementada por meios paralinguísticos (gestos, etc.) e prosódicos (entoação, etc.) na interação face a face.³⁸ Esclarece ainda que a *anáfora* pressupõe já a existência do referente no universo discursivo, ao passo que a *deixis*, ao permitir a introdução de entidades no discurso, prevê uma referência posterior.

8. Conclusão

As propostas teóricas que aqui apresentámos, embora não se submetam a um tratamento aprofundado ou detalhado, parecem-nos, contudo, merecer, na sua generalidade, uma significativa importância, na medida em que permitem entender de forma mais eficaz o modo de funcionamento das expressões díticas quer se enquadrem numa situação de enunciação, isto é, num contexto situacional onde a evidência dítica é compartilhada pelo Eu e pelo Tu, quer se inscrevam num contexto discursivo, contribuindo para a construção do espaço textual. Consideramos, por isso, que a teorização aqui abordada, que envolve a compreensão ou a interpretação do fenómeno dítico, funcionará inevitavelmente como suporte da descrição e da análise semântica e funcional da língua que pretendemos fazer nos capítulos seguintes. Na realidade, os aspectos até agora referenciados ajudarão, estamos certos, a clarificar e, de certa forma, a sistematizar os diferentes empregos dos díticos que pretendemos destacar como tema inerente a este trabalho, e consequentemente a discutir o seu valor significativo na comunicação verbal.

³⁸ A este respeito, Lyons (1977: 574) mostra-nos que a *deixis* pressupõe o envolvimento de “(...) todos os participantes ou interlocutores presentes na situação real, capazes de ver-se uns aos outros e de perceber os traços paralinguísticos não vocais associados às respectivas enunciações e com a transferência alternativa da função de emissor e receptor.” (Tradução nossa.)

O mesmo autor acrescenta: “Gran parte de la estructura de las lenguas sólo puede explicarse con el supuesto de que se ha desarrollado para la comunicación en la interacción cara a cara. Esto está bien claro por lo que atañe a la deixis.”

Capítulo II

VALORES SEMÂNTICOS DE *AQUI*, *AÍ*, *ALI* (*ACOLÁ*), *CÁ* E *LÁ*

«Julgar possível a descrição semântica linguística de uma língua é julgar razoável atribuir a cada enunciado um sentido, ou vários se for ambíguo (sem negar, evidentemente, que esse sentido possa ser em seguida desviado ou determinado pela situação de emprego). É julgar possível, ademais, calcular o sentido total de um enunciado, conhecendo o sentido das unidades significativas (palavras ou morfemas) que aparecem nele, e as relações sintáticas que as unem...»

Ducrot, Oswald (1972): "Combinatória Semântica".
In Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem.

1. Introdução

A descrição que nos propomos fazer neste capítulo envolve o(s) valor(es) semântico(s) dos termos *aqui*, *aí*, *ali*, *cá*, *lá* e *acolá* inseridos em determinadas configurações concretas. Para o efeito, tomaremos como base teórica as noções e as reflexões tratadas no capítulo anterior, e como suporte prático recorreremos a certas ocorrências contextualizadas, servindo-nos quer de um “corpus” específico de análise, quer de casos retirados da linguagem oral quotidiana, nas diferentes situações comunicativas, quer ainda de textos escritos e da nossa experiência como falantes da língua portuguesa. Procuraremos desenvolver algumas observações de modo a identificar os comportamentos destas palavras, especialmente o papel semântico que eles determinam. Assim, convirá naturalmente identificar e discutir os seus empregos díticos e os seus empregos anafóricos e catafóricos, salientando os traços mais relevantes que permitem diferenciá-los.

Em muitas gramáticas, não há lugar para uma abordagem destas formas numa perspectiva dítica e anafórica, ficando a sua análise basicamente reservada ou limitada à “circunstância ou a outra ideia acessória que expressam”.³⁹ Daí que elas apareçam compartimentadas sob a denominação de “advérbios de lugar”. Além disso, em certos

³⁹ Cf. Cunha e Cintra (1991: 538)

casos, aparecem inseridas num outro grupo de palavras que “denotam realce”, ou ainda de palavras que acompanham e reforçam os demonstrativos.⁴⁰

Ora, não é propriamente esta a orientação que queremos dar ao nosso trabalho, em virtude de entendermos que o uso destas palavras merece uma atenção mais detalhada e aprofundada, tendo em vista a pluralidade de situações e de contextos em que se inscrevem e de que resultam distintas interpretações semânticas. Pretende-se, deste modo, defender uma análise que explique ou descreva de forma mais satisfatória e apropriada os múltiplos aspectos que, no âmbito de uma abordagem semântica, se equacionam na prática linguística, e que acaba por se afastar substancialmente da visão clássica consignada por diversos autores relativamente à configuração do valor semântico registado para estas estruturas linguísticas.

Começaremos a nossa análise pelo enquadramento gramatical destes termos como *advérbios de lugar* - na sua função de localização espacial -, designação clássica consignada na generalidade das gramáticas escolares e em Cunha e Cintra (1991), e tentaremos verificar posteriormente até que ponto esta classificação poderá ser redutora, e por vezes desajustada, tendo em vista um estudo mais abrangente, isto é, uma explicação mais satisfatória e consentânea com o conteúdo significativo que estas unidades linguísticas evidenciam na comunicação verbal e que poderá englobar a noção de tempo. Além disso, admitindo-os quer como processos de expressão do lugar, quer como formas de representação temporal, não deixaremos de abordar a sua complexidade quanto ao modo como configuram o espaço ou o tempo, esclarecendo os diversos matizes do valor semântico, consoante as situações em que ocorrem. Estaremos, desta forma, a fazer uma análise descritiva e referencial, estabelecendo uma relação associativa entre a palavra e a realidade para a qual ela remete.

Tudo isto equivale a dizer que é nossa preocupação estruturar esta exposição com base em três vectores: analisar estes advérbios como formas de expressão do espaço e (ou) do tempo, observar simultaneamente os comportamentos semânticos que os distinguem entre si, e constatar as diversas funções significativas que cada um deles pode, por vezes, desempenhar, consoante a situação em que ocorre – aspectos que, de uma maneira geral, não aparecem convenientemente explicitados quer nas gramáticas, quer nos dicionários.

⁴⁰ Cf. Cunha e Cintra (op. cit.: 335 e 548)

2. A expressão do lugar

A noção de lugar aparece frequentemente expressa nas gramáticas pelos denominados *advérbios de lugar*, não sendo, todavia, de excluir outros meios linguísticos que exercem idêntica função. Incluídos nos *advérbios de lugar* aparecem as formas *aqui*, *aí*, *ali*, *acolá*, *cá* e *lá* que, associadas ou não aos pronomes demonstrativos, definem o “espaço topológico”, sendo talvez por isso designadas por Lopes (1971, 1977) como “advérbios demonstrativos”. Daí o admitirmos que tais estruturas apresentam uma função dítica e referencial, capaz de determinar a localização no espaço relativamente ao momento e ao lugar da enunciação.

2.1. A função dítica dos advérbios demonstrativos de lugar em português europeu

Encarados como díticos espaciais e enquadrados na chamada “deixis referencial”, estes advérbios permitem perceber o grau de maior ou menor proximidade que se estabelece no plano topológico, tomando como ponto de referência o lugar em que o locutor se encontra. E aqui, como lembra Lopes, a dificuldade “(...) reside em identificar os elementos, ou pontos, relativamente aos quais se define um conjunto, ou filtro, de vizinhanças...” (Lopes, 1971: 135). São, como afirma, “vizinhanças” não exclusivamente e genericamente do falante, mas muito variáveis em termos de espaço ou mesmo de tempo: o “meu” *aqui*, como falante, neste momento, poderá não ser o “meu” *aqui* noutra circunstância qualquer, apenas se mantendo constante o “eu” como ponto de referência. Recordem-se, a propósito, os seguintes exemplos:

(1) Aqui, no quarto, está mais frio do que na sala.

(2) Aqui, em casa, está mais frio do que na escola.

(3) Aqui, no Porto, está mais frio do que em Lisboa.

(4) Aqui, em Portugal, está mais frio do que na Grécia.

Tratando-se do mesmo sujeito enunciator, cada emprego do *aqui* denota uma diferente e crescente amplitude do espaço topológico, perceptível através da expressão locativa. São, assim, equacionadas várias “vizinhanças” designáveis do *aqui*, da mais circunscrita à mais genérica, facto que leva Lopes. (op. cit.) a reconhecer a relatividade de expressões como “proximidade” ou “perto”. E neste sentido, as “vizinhanças” são

interpretadas em conformidade com o ponto de referência e não com o factor distância, pois o objectivo fundamental ao dizer *aqui* é referenciar a pessoa do falante (figura central do processo dístico) e simultaneamente estabelecer a localização relativamente à posição que ocupa. Ora isto mostra-nos que a deixis espacial implica a deixis pessoal como forma básica da mostração, sendo a primeira determinada pela segunda.⁴¹

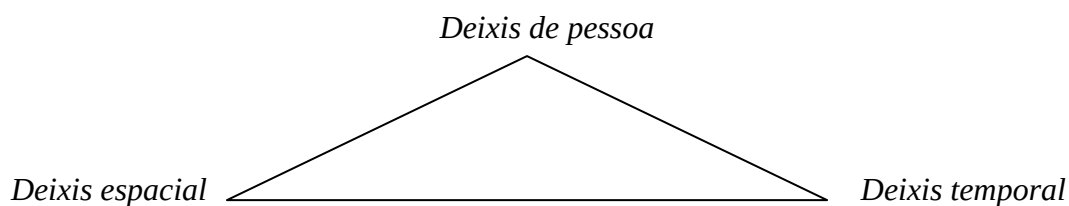
Repare-se agora nos exemplos:

(5) Aqui está frio.

(6) Aqui vai estar frio amanhã.

(7) Aqui esteve frio ontem.

Parece-nos oportuno esclarecer que em (5) o *aqui* parece ter como ideia subjacente a informação temporal, uma vez que aquilo que o falante diz é não só relativo ao lugar em que fala mas também ao momento em que fala, ideia que parece ser reforçada pelo tempo verbal. Relativamente a (6) e (7), verifica-se o mesmo procedimento: apesar de o tempo verbal e o tipo de predicado remeterem, respectivamente, para um momento futuro e um momento passado, os advérbios *amanhã* e *ontem* são calculados a partir da referência ao momento ou ao tempo em que se diz *amanhã* e *ontem* (momento de enunciação). Assim sendo, poderemos naturalmente admitir que o acto de enunciação é o resultado da conjugação de três factores:



Por isso, não será aceitável considerarmos cada um destes componentes isoladamente. Cada factor implica os outros dois e todos eles são determinados pelo acto de enunciação. Por outras palavras: quando dizemos *aqui* (em contextos semelhantes aos acima apresentados) estamos explicitamente a indicar um marcador espacial e

⁴¹ Cf. Fonseca (1996: 442-443)

implicitamente a integrar as dimensões pessoa e tempo. Só a articulação destes três elementos permite ao interlocutor interpretar o acto de enunciação.⁴²

2.1.1. Empregos díticos de *aqui, aí, ali (acolá), cá e lá*

Ao abordarmos o emprego dítico dos advérbios de lugar, pretendemos fazê-lo com base num “corpus” de realizações linguísticas contextualizadas de uso comum e quotidiano, procurando fundamentalmente confrontá-las, de modo a podermos clarificar os distintos valores semânticos que os referidos advérbios apresentam.

Tendo o acto de enunciação o “eu” como ponto de referência, convém realçar a importância das pessoas gramaticais no processo linguístico e o valor que assumem quanto ao comportamento de todos os elementos que com elas se relacionam. Nesta ordem de ideias, o contexto e a situação de enunciação parecem determinar a “vizinhança espacial”, apresentando, como diz Lopes (1977: 129), “um grau de maior ou menor aproximação” ou de distância métrica relativamente ao enunciador, e configurando-se não num espaço total, mas sim em “subespaços”.⁴³ Teremos então o *aqui*, compreendendo o subespaço associado à primeira pessoa (ao “eu”), o *aí*, referenciando as configurações espaciais relacionadas com a segunda pessoa (o “tu” ou o “vós”), e o *ali*, apontando para a proximidade da terceira pessoa (“ele” ou “eles”), subespaço naturalmente afastado da primeira e da segunda pessoas⁴⁴:

(8) Eu tenho aqui um livro.

(9) Tu tens aí um livro.

(10) Ele tem ali um livro.

Contudo, esta descrição topológica nem sempre se verifica, já que, como observa Lopes (1977: 129-130), o uso da palavra *aqui* pode, por vezes, apresentar ambiguidade, servindo “duas séries de vizinhanças: a série de vizinhanças da 1ª pessoa contrastadas com as vizinhanças designadas por *isso* e *aí*, e a séries de vizinhanças da 1ª pessoa

⁴² Fonseca (1996: 442), referindo-se às três formas de deixis, adianta que “ (...) todas implicam uma referência relativa aos participantes num acto de enunciação.”

⁴³ Nesta linha de pensamento, Eguren (1999: 959) conclui que “ (...) los advérbios demostrativos espaciales no expresan distancias objetivas con respecto a la localización del hablante. (...) el espacio deíctico mismo es también relativo; constituye una “región de proximidad” y no un lugar rigidamente acotado de antemano.”

⁴⁴ Kovacci (1999: 734) entende que os advérbios de lugar *aqui, aí, ali, cá e lá* são advérbios pronominais díticos subjectivos, uma vez que, segundo Lenz (1935: § 143), eles “se refieren más o menos claramente a las três personas gramaticales”.

inclusiva do plural, que, além de *mim* abrange também a *ti*, ou eventualmente, a *vós*.” Proporemos, assim, com Lopes (op. cit.: 131) a existência de vários subespaços: o *aqui* (de mim) em contraste com o *aí* (de ti ou de vós) e com o *ali*, e a oposição entre o *aqui* (de nós) com o *aí* (de ti ou de vós) e com o *ali*. Diríamos, pois, com Teixeira (2005) tratar-se não propriamente de espaços, mas de lugares ou sítios circunscritos e delimitados, passíveis de serem apontados e visíveis e que, por isso, tendem a coincidir com um ponto. Vejamos os respectivos exemplos:

(11) Tenho aqui o meu telemóvel. Vê se tens aí o teu. / vede se tendes aí o vosso.

(12) Não passes por aqui; passa por ali.

(13) Eu e o João temos aqui uma prenda para te levar aí no dia dos teus
anos. / para vos levar aí no dia dos vossos anos.

(14) Nós vivemos aqui numa casa maior do que eles ali ao lado.

Considerando que em (14) o “nós” engloba o locutor e o alocutário (o “eu” e o “tu” ou o “vós”), o *aqui* refere-se naturalmente a um espaço conjunto ou comum a ambos⁴⁵, tratando-se assim de uma espacialidade um pouco mais alargada, embora demarcável e próxima dos dois intervenientes, que inclui quer o espaço ocupado por um, quer o espaço ocupado por outro, isto é, sem contrastar com a “vizinhança” do “tu” ou do “vós”. Tal aceção já não se afigura possível na situação seguinte:

(15) Temos aqui um livro interessante.

Em (15), para além de se estabelecer a proximidade do objecto relativamente ao locutor e ao alocutário, o espaço torna-se mais restrito, e o *aqui* remete basicamente para as dimensões do objecto em causa, senão para o objecto em si mesmo. O mesmo acontece se se tratar de um indivíduo:

(16) Aqui (o João) gosta mais de vinho tinto.

(17) Aqui o João é bom rapaz.

(18) Aqui, o meu amigo, não aprecia rock.

⁴⁵ Como se verifica mais adiante, é possível outra leitura de *nós*, no entanto essa não é aqui relevante.

Estes exemplos evidenciam que os advérbios demonstrativos locativos (não só o *aqui*, mas também o *aí*, o *ali* e o *acolá*) podem empregar-se, sobretudo na linguagem coloquial, em vez de expressões que identificam pessoas, ou precedendo a identificação da própria pessoa, para fazer referência a alguém que se encontra perto ou dentro do espaço do locutor. Segundo Eguren (1999: 966), estes advérbios são, por vezes, acompanhados, com pausa ou sem pausa, por um nome próprio ou por uma frase nominal definida, que ajudam a precisar a sua referência, tal como as frases acima transcritas confirmam.

Uma outra manifestação da deixis representada pelo advérbio *aqui* é aquela em que um determinado espaço dítico evoca, por analogia, outro espaço dítico:

(19) O Paulo magoou-se aqui no joelho.

Neste contexto, o locutor aponta para o seu próprio joelho ao referir o joelho do Paulo. Trata-se da chamada “deixis analógica”, defendida por Klein (1982) e Vanelli y Renzi (1995), referidos por Eguren (1999: 959, nota), em que o corpo do locutor substitui como espaço dítico o corpo de outra pessoa.

Poderíamos ainda considerar nesta descrição a forma *aqui* como expressão lexicalizada, em que o advérbio demonstrativo funciona como substantivo e envolve uma noção generalizada de espaço, associada ao momento da enunciação, e que configura a centralidade do locutor:

(20) O aqui e o agora.

Ora, toda esta diversidade de referências ou de representações espaciais leva a recordar uma vez mais Lopes (1985: 89): “ (...) *aqui* tanto pode significar o umbigo do loquente como a galáxia em que se sinta instalado”; ou a observação de Eguren (op. cit.: 959): “Hay que distinguir, pues, el “espacio de la percepción visual” del “espacio geográfico” para poder dar cuenta de hecho de que una misma forma locativa se utilice para referirse a lugares de muy variadas dimensiones (en la oración *Me encuentro a gusto aqui*, el adverbio locativo puede equivaler, dependiendo del contexto, a esta casa, esta ciudad, este pays, este continente, etc)”.

Note-se que em (14) e (15) pode haver ainda outra interpretação, no caso de o “nós” não incluir o alocutário⁴⁶, e aí passamos a ter espaços distintos: o *aqui* de “nós” por oposição ao implícito *aí* do “tu” ou do “vós”.

O emprego do dítico *aqui* como expressão de um espaço comum ao locutor e ao(s) alocutário(s) (o chamado “nós” inclusivo) pode encontrar-se ainda noutros contextos, conforme os exemplos ilustram:

(21) Aqui para nós que ninguém nos ouve...

(22) Diz-me aqui de homem para homem.

(23) Estou aqui contigo há duas horas.

Acontece, porém, que, conforme deixa entender Lucero (1999), mais do que designar o espaço pertencente ao locutor, *aqui* pode apontar para configurações espaciais de proximidade, variável em termos de distância:

(24) O João está aqui perto.

(25) O João está aqui atrás.

(26) O João está aqui dentro / fora.

Nestas construções, o advérbio dítico é o constituinte que aparece obrigatoriamente em primeiro lugar e que realiza a identificação de proximidade, que é especificada e intensificada pela entidade locativa constituída pelo segundo advérbio,⁴⁷ modificador do primeiro. Parece ser esta também a interpretação de H. Carvalho (1984: 67), quando afirma: “In this syntagmatic combination, the second adverb or adverbial phrase not only delimits the speaker’s area, but it can determine his position for a hearer to whom he is invisible but who is within reach of the speaker’s voice...” Torna-se, assim, mais precisa a identificação de uma entidade locativa previamente indicada.

De qualquer modo, pela análise que vimos fazendo, poder-se-á considerar a existência de um sistema ternário opositivo que parece configurar-se em função das relações que se estabelecem entre as primeira, segunda e terceira pessoas gramaticais e

⁴⁶ Trata-se do “nós” exclusivo (que inclui o “eu” e o “eles”), por oposição ao “nós” inclusivo (que inclui o “eu” e o “tu” ou o “vós”), como é considerado por O. Lopes (1977).

⁴⁷ Kovacci (1999: 707) faz a distinção entre advérbios de natureza lexical (*perto, atrás, dentro, fora*, etc.) e advérbios pronominais (onde se incluem os díticos espaciais).

os marcadores díticos *aqui*, *aí* e *ali*, que muitas vezes aparecem associados aos demonstrativos *isto/este*, *isso/esse* e *aquilo/aquele*, mantendo-se sempre o “eu” do locutor como ponto de referência discursiva relativamente à localização do objecto.⁴⁸ Recapitulando as diferentes funções semânticas exercidas por estes indicadores topológicos conclui-se, pois, que o espaço do “eu” enunciador (*aqui*) se apresenta em oposição com o do “tu” ou “vós” alocutário(s) (*aí*), podendo, por sua vez, um e outro contrastar com o espaço do *ali* ou do *acolá*,⁴⁹ que se afastam quer da “vizinhança” do locutor, quer da “vizinhança” do alocutário. Por outro lado, o espaço do “nós” inclusivo, ao abranger o “tu” ou o “vós”, não apresenta qualquer contraste de “vizinhança” com estes, ao passo que o espaço relativo ao “nós” exclusivo pode contrastar com o espaço afecto ao “tu” e ao “vós” (o *aí*). Por outro lado ainda, o espaço designado por *aqui* (do “eu” ou do “nós” inclusivo) contrasta com o *ali* ou o *acolá*.⁵⁰ Recorde-se, todavia, que *ali* e *acolá*, acompanhados habitualmente do gesto de apontar o objecto, constituem uma referência espacial que não é comum nem ao locutor, nem ao alocutário, e parecem distinguir-se pelo facto de *ali* remeter para um espaço de maior proximidade relativamente ao “eu”, e ao “tu”, enquanto que *acolá* parece definir um espaço mais afastado quer de um, quer de outro.

Dizíamos que o uso de *ali* e *acolá* é normalmente acompanhado pelo gesto de apontar, o que implica que o objecto referenciado esteja situado num espaço visível pelo loquente e pelo coloquente. No entanto, se tivermos em conta situações discursivas como os exemplos que se seguem evidenciam, compreenderemos que os espaços que *ali* e *acolá* configuram nem sempre estão ao alcance dos olhos dos intervenientes do acto comunicativo (“espaço de percepção visual”); pelo contrário, podem ser até espaços bem afastados (“espaço geográfico”):

(27) A livraria Bertrand fica ali na rua 31 de Janeiro.

(28) A biblioteca fica acolá junto ao Padrão.

⁴⁸ Como sublinha O. Lopes (1977), o uso dos demonstrativos associados aos díticos *aqui*, *aí*, *ali* e *acolá* ajudam a reduzir certas ambiguidades, por vezes criadas por estas estruturas topológicas ao nível discursivo.

⁴⁹ Note-se que, apesar das semelhanças fónicas com *lá*, *acolá* aproxima-se semanticamente muito mais de *ali*, em virtude de referenciar um espaço visível e de relativa proximidade face ao locutor e ao alocutário, como à frente mais detalhadamente analisaremos. Daí, o facto de colocarmos nos títulos este dítico espacial entre parêntesis junto de *ali* e não junto de *lá*.

⁵⁰ No que respeita à língua francesa, à língua inglesa e à língua italiana (toscano), este sistema dítico ternário não se verifica; a oposição relativa à localização do objecto limita-se a um sistema binário constituído, respectivamente, por *ici/là*, *here/there*, *qui/lì*. A este propósito, cf. H. Carvalho (1984: 62-70)

Relativamente a (27), duas interpretações parecem possíveis: estando o locutor e o alocutário algures no Porto, presume-se que a rua 31 de Janeiro fica próximo do lugar onde se situam, se bem que não seja visível por ambos; por outro lado, estando os dois, por exemplo, em Braga, pressupõe-se que o alocutário conhece o Porto, procurando o locutor levá-lo a seleccionar e a reactivar ou a recordar um espaço geográfico conhecido, armazenado na sua memória⁵¹. Esta segunda interpretação parece ainda mais visível no exemplo (29):

(29) A livraria Bertrand fica ali na rua 31 de Janeiro, não sei se estás a ver.

Entende-se aqui o ver não com os olhos propriamente ditos, mas com os “olhos da memória”. No que respeita à primeira interpretação, o sentido de proximidade que o locutor pretende transmitir pode ainda ser mais notório se o *ali* for substituído por *aqui*, e ainda mais se for reforçado ou modificado por *já* ou *mesmo* “intensivos”, como em (30):

(30) A livraria Bertrand fica já/mesmo aqui na rua 31 de Janeiro.

Evidentemente que o *aqui*, neste contexto, não representa o espaço situacional do locutor, mas um espaço contíguo àquele em que se encontra no momento da enunciação, ou então de manifesta proximidade. Esta interpretação é igualmente notória em construções formadas por um advérbio precedido de um advérbio dítico:

(31) Ele vive aqui perto/próximo.

Neste caso, os advérbios “perto” ou “próximo” reforçam esse sentido de proximidade. Quanto a (28), embora se possa tratar de um espaço que não se encontra ao alcance dos olhos dos intervenientes no acto discursivo, não se encontra muito afastado do local onde ambos se situam. Por outro lado, quando se usa *acolá*, loquente e coloquente têm obrigatoriamente de estar em presença, ao passo que ao usar *ali* podem estar à distância (comunicação por telefone ou carta, por exemplo).

Reportando-nos ainda ao emprego de *ali*, parece-nos dever ser aqui considerado o seu valor distintivo relativamente a *lá*. Apropriando-nos das palavras de Matos e

⁵¹H. Carvalho (1984: 68) refere a este respeito: “*Ali*, as well as *there*, if used alone (with no further local specification), must then indicate a place sufficiently near the two subjects or, at any rate, situated such as to be visible (or imagined to be) to both the sender and the addressee of the message.”

Muidine (1997), diríamos que “apesar de ambos denotarem distância, o *ali* denota algo que está a uma distância passível de observação, que é, normalmente, acompanhada de um gesto indicativo do objecto. Pelo contrário, a *lá* damos um uso diferente, simplesmente porque se relaciona com o objecto que não está ao alcance da visão.” (Matos e Muidine, 1997: 215). Vejamos os exemplos seguintes:

(32) O meu carro é aquele que vês ali.

(33) Deixei o livro lá na escola.

(33') Deixei o livro ali na escola.

Em (32) e (33) salienta-se a distinção entre o emprego de *ali* e *lá*, fundamentalmente baseada nas vertentes “distância” e “visibilidade”, tornando-se essa distinção ainda mais evidente em (33'), embora aqui o objecto possa não ser visível. Por isso, devemos ter presente que, em determinados contextos comunicativos, o *ali* pode não denotar um espaço observável, embora se reconheça que é acessível em termos de proximidade e mais circunscrito, como em (34):

(34) O Pedro está ali dentro.

Consideremos agora o exemplo paralelo:

(35) O Pedro está lá dentro.

Verifica-se neste caso que a forma *lá* representa uma maior distância ou afastamento e maior abrangência.

O valor distintivo de *ali* em relação a *lá* não se limita ao nível dos traços mais elementares a que fizemos referência, mas relaciona-se também com a acepção que acabámos de realçar para o *ali* no contraste que se estabelece com *acolá*. Observe-se, para o efeito, os seguintes exemplos:

(36) Ali para os lados de Aveiro ainda se recolhe o moliço.

(37) Lá para os lados de Aveiro ainda se recolhe o moliço.

Em (36), o dístico *ali*, além de denotar uma relativa proximidade face ao espaço em que o enunciador se encontra, parece conferir uma certa familiaridade em relação ao espaço indicado e apresenta-o como mais definido, mais concreto e mais circunscrito.

Em contrapartida, em (37), o *lá* manifesta um sentido designativo de lugar mais afastado, mais indeterminado ou vago, mais genérico e mais abstracto.⁵²

Esta indeterminação é extensiva ao *cá*, o que leva Teixeira (op. cit.: 454) a afirmar: “(...) *cá / lá* pressupõem um espaço englobante, um espaço que contém um determinado sujeito que ocupa a centralidade.” Ainda segundo o mesmo autor, o *cá* referencia um espaço sem fronteiras definidas onde o sujeito de enunciação se insere. Ora, é esta a leitura que devemos fazer dos exemplos seguintes:

(38) Para cá do Marão mandam os que cá estão.

(39) Eles vão ficar por cá dois meses.

Tomou-se nesta descrição o dístico *aí* como designativo do espaço delimitado pela pessoa a quem se fala, ou seja, a segunda pessoa verbal – porventura a interpretação mais recorrente e elementar no processo discursivo. Porém, convirá lembrar que *aí*, enquanto marcador espacial, não se confina a esta função semântica, conforme o exemplo que se segue acaba por evidenciar:

(40) Os fiscais andam aí/ por aí/para aí.

Neste contexto, o *aí* deixa de apontar para o espaço visível e pontual que delimita a zona pertencente ao alocutário, para indicar um espaço mais abrangente e indeterminado, apesar de continuar a expressar proximidade relativamente ao lugar ocupado pelo locutor.

Já em (41) o *aí* não significa que o João ocupa o espaço pertencente ao alocutário⁵³, mas antes a aproximação do(s) espaço(s) ocupado(s) pelo locutor e pelo alocutário:

(41) Aí está o João. (= o João acaba de chegar)

⁵² Esta interpretação parece coincidir com os argumentos avançados por Eguren (1999: 958-959): “(...) hay quienes piensan que la diferencia fundamental entre los temas en *—í* y los temas en *—á* reside en que los primeros identifican lugares concretos, mientras que la manera de localizar de los segundos es más vaga. Otros autores hacen especial hincapié en el hecho de que los temas en *—á* suelen identificar lugares de mayor amplitud que los temas en *—í* (...). Los adverbios demostrativos locativos de la serie de *acá*, por tanto, no conceptualizan un lugar como un punto o una región delimitada, sino como una extensión imprecisa o un continuo (una “trayectoria”: cf. Jackendoff 1990).”

⁵³ Nesse caso teríamos: *o João está aí*.

Estas duas realizações linguísticas permitirão distinguir o estado resultante do evento (*aí está o João*) e o estado básico (*o João está aí*).

Ou seja, o João ocupa um espaço visível, próximo do espaço situacional do locutor e do alocutário. Caso semelhante é o que ocorre nas frases:

(42) Vem aí o João. / O João vem aí.

(43) Aí vem o João.

Também aqui nos apercebemos do sentido de aproximação do lugar ocupado pelo locutor, e isso é identificável através dos órgãos perceptivos. Haverá, todavia, que estabelecer uma distinção, ainda que subtil, entre estas duas ocorrências: em (42), há a comprovação, proporcionada através dos órgãos perceptivos, de que o João se aproxima⁵⁴, enquanto que em (43), para além de se expressar essa aproximação, o João é alguém que o locutor esperava.

Deste modo, as diversas acepções e os diferentes comportamentos semânticos dos dísticos até aqui mencionados permitem concluir que além da importância que as pessoas gramaticais assumem relativamente ao seu uso, estes marcadores espaciais estruturam-se essencialmente em função da situação ou do espaço ocupado quer pelo locutor, quer pelo alocutário⁵⁵. Assim sendo, usam-se as formas dísticas *aqui* e *cá* se o espaço pertence ao locutor; o marcador *aí*, se o espaço pertence ao alocutário; e os marcadores *ali*, *lá*, *acolá*, se o espaço não pertence nem ao locutor, nem ao alocutário. Por outras palavras: usamos os dísticos espaciais *aqui* e *cá* quando pretendemos referenciar a situação de objectos mais próximos e mais acessíveis, relativamente à posição ocupada pela primeira pessoa; utilizamos *aí* como forma de situar objectos mais próximos, mais acessíveis ou demarcáveis a partir da posição ocupada pela segunda pessoa, ficando os restantes reservados a situações não acessíveis, nem à primeira nem à segunda pessoa. Esta proposta vem, de certa forma, questionar a ideia comum de que, por exemplo, o *lá* corresponde a uma maior distância e o *ali* a uma menor distância, o que à partida leva a concluir que o *lá* traduz um local menos acessível e o *ali* um local mais acessível. Ora, o que por vezes acontece é que em função da acessibilidade essa tendência pode inverter-se, ou seja, a uma menor distância pode não corresponder uma maior acessibilidade:

⁵⁴ Esta ocorrência pode ter uma outra leitura: a vinda do João está para breve. Trata-se de uma interpretação já não de natureza dística, mas de ordem pragmática, análise que reservamos para o capítulo seguinte.

⁵⁵ O. Lopes coloca esta questão em termos semelhantes, ao considerar a relação entre o “filtro de vizinhanças” das pessoas gramaticais e os dísticos como critérios abstractos que “são sobrepujados pela configuração material das condições de elocução”. (cf. O. Lopes, 1977: 129-130).

(44) Toma conta do bebé que fica lá no quarto, enquanto vou ali abaixo à padaria.

Tendo o locutor proferido este enunciado à saída de casa, facilmente nos damos conta de que o *lá*, que usualmente implica maior distância, é, neste contexto, indicador de maior acessibilidade em relação ao *ali*, que habitualmente corresponde a uma menor distância. É por isso que, como observa Teixeira (2005: 452), “(...) a oposição *aí/lá* não pode figurar num único quadro, nem muito menos se estrutura em função de uma menor ou maior distância”. E apresenta como exemplo uma conversa telefónica:

(45) Pela janela vejo a neve lá fora, mas sei que aí no Rio de Janeiro está muito calor.

Por aqui se constata que o *lá*, que deveria configurar maior distância, denota um local próximo da pessoa que fala, e, por conseguinte, com um maior grau de acessibilidade, enquanto que o *aí*, que deveria representar um espaço visível e próximo de quem fala, identifica um local longínquo. Logo, devermos concluir que não poderemos analisar estes dísticos espaciais apenas em termos de distância ou de proximidade propriamente ditas, mas sobretudo com base na distância em função da acessibilidade.

2.1.2. Aspectos semânticos distintivos entre *cá* e *lá*

Um grupo dístico que é habitualmente referido pelos linguistas envolve os marcadores espaciais *cá* e *lá*, constituindo um sistema binário opositivo que não funciona numa relação de dependência das pessoas gramaticais. Contudo, o dístico *cá* pode referir-se ao espaço relativo ao locutor (primeira pessoa) ou ao espaço comum ao locutor e ao alocutário:

(46) Cá, onde me encontro, não conheço ninguém.

(47) Estás cá há muito tempo ou és de cá?

Na realidade, os exemplos anteriores parecem ajudar a clarificar o espaço determinado pelo *cá*, que se pressupõe abrangente ou alargado, compreendendo um grau de distância que excede a zona de centralidade que o locutor ocupa, e que pode ser muito variável quanto à distância global que abarca, não podendo ser apontado, nem submetido ao controlo dos órgãos perceptivos, nomeadamente a visão, como os exemplos que se seguem ilustram:

(48) Cá em casa ninguém consome álcool.

(49) Estás cá no Porto há quanto tempo?

(50) Estás cá em Portugal há quanto tempo?

(51) Cá se fazem, cá se pagam.

Assim, teremos o *cá* como referência, respectivamente, ao espaço da casa, da cidade, do país, do mundo terreno (por oposição a um mundo sobrenatural sugerido por *lá*), concluindo-se que, tal como o *aqui*, pode configurar espaços de variadas dimensões. Verifica-se ainda que em (47) o dístico *cá* denota, na primeira ocorrência, o espaço relativo à terra ou região, e aponta o espaço que identifica a naturalidade, no segundo registo. Por outro lado, o dístico *cá* pode ocorrer de forma a indicar a proximidade do locutor:

(52) Chega-te mais para cá.

(53) Anda cá que eu quero dar-te uma novidade.

Em ambos os exemplos, o *cá* transmite uma ideia de direccionalidade e aproximação no sentido da pessoa do locutor. Esta noção afigura-se ainda mais evidente sempre que a forma dística *cá* é acompanhada de outra expressão locativa, conforme os exemplos que se seguem documentam:

(54) O inspector vem cá à escola qualquer dia.

(55) O Primeiro Ministro deslocou-se cá ao Porto para uma inauguração.

(56) Os ciclistas chegaram cá acima com alguma dificuldade.

Relativamente ao espaço determinado pelo dístico *lá*, torna-se necessário salientar que este espaço não pertence nem ao locutor, nem ao alocutário, isto é, está afastado da zona que envolve cada um deles ou que os circunda a ambos, tratando-se também aqui de um espaço abrangente, englobante, e muito variável em termos de distância, conforme os exemplos seguintes mostram:

(57) Tu, aí, vê se está alguém lá fora.

(58) Cá, estavas bem melhor do que lá na África.

Tanto o *cá* como o *lá* correspondem a espaços, de certa forma, ilimitados, indeterminados, sem fronteiras definidas. Repare-se que a oposição que se estabelece em (58) entre o *cá* e o *lá* só é possível se o *cá* corresponder ao espaço comum ao locutor e ao alocutário. Estando o alocutário na África, a oposição passa a verificar-se entre o *cá* e o *aí*:

(59) *Cá*, estavas bem melhor do que *aí* na África.

(60) # *Cá*, estavas bem melhor do que *lá* na África.

É ainda o que sucede com os exemplos abaixo mencionados, onde o *cá*, como espaço que situa o locutor, não pode opor-se ao *lá*, como espaço situacional do alocutário:

(61) Eu janto *cá*, e tu jantas *aí*?

(62) # Eu janto *cá*, e tu jantas *lá*?

Assim, a ocorrência correspondente a (62) só será aceitável se o espaço do diálogo for o mesmo. E sendo o mesmo, o *lá* é o dístico seleccionado:

(63) *Lá* na África, onde trabalhas, o clima é muito diferente.

(64) # *Aí* na África, onde trabalhas, o clima é muito diferente.

Por isso, (64) só será aceitável se o alocutário estiver efectivamente na África, obviamente num espaço distinto do do locutor e que delimita o do alocutário.

Por outro lado, Teixeira (2005) sublinha que, apesar de o *lá* não indicar o espaço situacional do alocutário, pode representar o seu espaço habitual:

(65) Tu estás *lá* na África há quanto tempo?

(66) # Tu estás *aí* na África há quanto tempo?

Na realidade, a localização e a duração parecem ser dadas aqui essencialmente por *estar* - verbo de estado, aspectualmente - , pelo que podemos contrapor, asseverando que *lá* revela, neste contexto, afastamento ou distância e não habitualidade.

Contrariamente ao que sucede com *cá*, o dístico *lá* remete para um espaço mais ou menos afastado do locutor:

(67) Chega-te mais para lá.

(68) Vai lá ver o que é que ele quer.

Com efeito, poderemos considerar aqui também uma ideia de direccionalidade, como acontece com o *cá*, mas agora em sentido oposto: afastamento relativamente ao ponto em que se encontra a pessoa do locutor.

Em resumo: ao confrontarmos estes dois localizadores espaciais, verificamos que há aspectos comuns que os caracterizam. Assim, ambos configuram genericamente espaços alargados, ilimitados ou indefinidos que, por essa razão, não se podem apontar com precisão, nem se encontram normalmente subordinados ao campo perceptivo dos intervenientes na situação de enunciação; daí o seu reduzido grau de acessibilidade. A par destes traços semânticos partilhados pelos marcadores *cá* e *lá*, há comportamentos que os distinguem. Deste modo, enquanto o primeiro define um espaço em que o locutor ou o locutor e o alocutário se situam, o segundo identifica um espaço que não integra o locutor nem o alocutário na relação que entre eles se estabelece. Além disso, o *cá* implica a vertente proximidade, enquanto que o *lá* pressupõe a noção de afastamento relativamente ao loquente e ao coloquente.

2.1.3. O comportamento semântico de *cá* e *aqui*: marcas distintivas

Partindo do princípio de que, de uma maneira geral, dicionários, gramáticas e manuais não estabelecem qualquer distinção entre estes dois advérbios de lugar, elegemos esta questão como o primeiro problema na abordagem que aqui fazemos sobre algumas estruturas topológicas do português.

Ao usarmos os dísticos espaciais *cá* e *aqui*, é comum verificar-se que os falantes do português evidenciam frequentemente alguma dificuldade em seleccionar para cada contexto a forma mais apropriada desses advérbios. Daí que sejam muitas vezes usados indistintamente, ignorando-se, por conseguinte, determinados traços semânticos prototípicos que fazem destes dísticos duas formas distintas de configuração espacial. Tomemos como exemplo duas frases que habitualmente produzimos:

(69) Vem cá!

(70) Vem aqui!

Em (69), o *cá* evoca a ideia de direccionalidade no sentido do locutor, embora possa também sugerir a área indeterminada que o circunda. Em (70), sendo o espaço do *aqui* aquele que tipicamente representa a posição do locutor, parece tratar-se, pois, de um espaço mais delimitado ou circunscrito, mais específico e pontual, uma vez que se restringe a um ponto: aquele em que se encontra o(s) locutor(es). Talvez por isso se torne mais objectivo e concreto ou mais visível, até mesmo na medida em que pode ser acompanhado de um gesto de apontar por parte de quem fala. Repare-se ainda que o *aqui* tem implícito um sentido de proximidade relativamente ao locutor, isto é, ao dizer “*vem aqui*”, o locutor chama alguém à sua beira, ao ponto onde se encontra.

Ao usarmos *cá*, esta relação de proximidade também se verifica, embora, neste caso, tenha um sentido mais abrangente, na medida em que pode englobar não apenas a posição situacional de quem fala, mas também todo o espaço envolvente de dimensões muito variáveis, um espaço alargado e genérico, e, por conseguinte, não pontual, como os exemplos que se seguem ilustram:

(71) O John está cá em Portugal há dois meses.

(72) O John está cá no Porto há dois meses.

(73) O John está cá em casa há dois meses.

(74)? O John está aqui em Portugal há dois meses.

(75)? O John está aqui no Porto há dois meses.

(76)? O John está aqui em casa há dois meses.⁵⁶

Ainda relativamente à variabilidade do espaço abarcado pelo uso do *cá*, note-se que, estando o locutor e o alocutário a curta distância, na expressão imperativa “*vem cá!*” sugere-se uma ordem de aproximação imediata da zona do locutor, isto é, institui-se como referência o espaço que envolve o sítio onde este se situa, que não é muito abrangente e que é, de certa forma, delimitado, ainda que não seja pontual nem visível

⁵⁶ As frases (74), (75) e (76) só seriam completamente aceitáveis com base numa interpretação da parte pelo todo: o locutor toma o *aqui* (espaço que o circunda) como Portugal, Porto e casa, respectivamente. Nesta ordem de ideias, o *aqui* não remete para um ponto fixo e visível, correspondente ao lugar ocupado pelo locutor no momento da enunciação, mas para um espaço de dimensões mais amplas - conforme observam O. Lopes e Eguren, já aqui citados -, que engloba a zona do locutor e a do John, aproximando-se o seu uso do de *cá*. É o que acontece em ocorrências do género: *Ela mora aqui no 3º andar; Eles aparecem aqui de vez em quando; A polícia tem investigado o que se passa por aqui; Por aqui não se passa o mesmo que em Espanha; etc.*

na totalidade como acontece com o emprego do *aqui*, podendo, no entanto, o seu uso, neste caso, ser acompanhado do gesto de apontar ou de qualquer movimento da cabeça por parte de quem fala. Por todas estas razões, parece tratar-se de um dos empregos do *cá* semanticamente mais próximos do do *aqui*. Já em (77), a ordem não tem efeito imediato e o *cá* parece atingir uma outra dimensão, abarcando um espaço muito mais alargado em relação à centralidade ocupada pelo locutor:

(77) Vem cá em Agosto!

Além da pluralidade de espaços que o *cá* pode implicar, repare-se que, em qualquer destes casos, este dítico refere-se apenas à situação da primeira pessoa. A este respeito, Teixeira (2005: 451) sublinha que “o espaço do *cá* é uma zona mais abrangente e não obrigatoriamente a do locutor. É, neste caso, essencialmente a zona em que decorre o diálogo, ou seja, o espaço em que se situam locutor e alocutário”.⁵⁷ Conclui-se, portanto, que o *cá* delimita um espaço maior e mais geral, e por isso menos objectivo e menos visível. Contudo, convém lembrar que o espaço em que decorre o diálogo nem sempre é designado pelo *cá*. Disso nos dão conta os seguintes exemplos:

(78) A Ministra da Educação vem cá à escola.

(79) Vai ser recebida aqui nesta sala onde nos encontramos.

(80) * Vai ser recebida cá nesta sala onde nos encontramos.

Em (78), trata-se de um espaço geral e alargado, que inclui todas as instalações pertencentes à escola. Em (79), apesar de se verificar uma situação de diálogo, o espaço está circunscrito à zona onde o locutor e o alocutário se situam; por outro lado, é uma parte específica de um espaço geral que é a escola.

Convirá referir ainda, a propósito do valor semântico de *cá*, e na sequência do que anteriormente indicámos (não só para este dítico, como para o *aqui*), que são várias as acepções que este localizador espacial apresenta, como os exemplos seguintes ilustram:

(81) A miséria é muita e isto dói cá por dentro/cá bem no íntimo.

(82) Traz-me cá o livro.

⁵⁷ Recorde-se, no entanto, que, numa conversa telefónica ou numa carta, o *cá* pode referir-se a uma zona abrangente onde se situa apenas o locutor.

(83) Fica cá connosco até amanhã.

(84) O treinador colocou dois homens cá atrás e mais dois no meio campo para explorar os flancos.

(85) Quando vim para cá, a vila teria umas mil pessoas.

(86) Vai haver um cortejo histórico cá em Viseu.

(87) Por cá, os toiros não se matam como em Espanha.

(88) Faça férias cá dentro.

(89) Na China, a agricultura continua a ser basicamente manual e cá na Europa já está mecanizada há muitos anos.

Segundo os exemplos apresentados, o espaço referenciado pelo dístico *cá* alarga-se gradualmente à medida em que vamos de (81) para (89). Assim, de um espaço interior ou emotivo, inerente ao locutor, em (81), passamos sucessivamente para um espaço exterior circunscrito, em (82), para um espaço correspondente à casa, em (83), para o espaço que representa o sector da defesa da equipa, em (84), para o espaço correspondente à vila, em (85), para o espaço abarcado pela cidade, em (86), para o espaço confinado ao país, em (87) e (88) e, finalmente, para o espaço que identifica o continente, em (89).

Apesar de toda a complexidade que a abordagem destas questões implica, as observações aqui explanadas a propósito das diferentes formas de configuração do espaço por parte das estruturas dísticas *aqui* e *cá* permitem obter algumas conclusões evidentes:

- o *aqui* representa habitualmente o espaço pertencente ao locutor, mas pode também delimitar o espaço pertencente ao locutor e ao alocutário;

- o *cá* pode referir-se ao espaço em que se situa o locutor, mas também ao espaço em que se situam o locutor e o alocutário;

- em ambos os casos o “eu” funciona como ponto de referência inevitável;

- o *aqui* designa um espaço próximo do locutor, demarcável, restrito, que pode coincidir com um ponto e que se pode apontar, sendo por isso visível e acessível;

- o *cá* determina um espaço abrangente e alargado, por conseguinte, de maior amplitude que o referido por *aqui*, não sendo, por isso, propriamente limitado e inteiramente visível, e, consequentemente, com um grau de acessibilidade inferior ao *aqui* e genericamente não apontável.

2.2 Empregos anafórico e catafórico de alguns advérbios demonstrativos de lugar em português europeu

Procurámos esclarecer no primeiro capítulo que os díticos assumem uma função ou uma referenciação exofórica sempre que se enquadram num contexto situacional compartilhado, que corresponde à situação de enunciação e que possibilita a mostração, isto é, a chamada “evidência dítica”. É nessa perspectiva que temos vindo a abordar alguns dos advérbios demonstrativos de lugar, tal como o têm feito diversos autores já aqui referenciados. Mas isso não quer dizer que as expressões díticas se usem só com esta função. Com efeito, parece-nos evidente que estas formas díticas merecem ainda um outro tipo de análise, que se prende com a sua função de referenciação endofórica, nos termos em que a tratámos no capítulo I. Assim, como salienta Fonseca (1996: 441), esta função cumpre-se “(...) ao apontar para os segmentos discursivos que precedem ou seguem o signo dítico no todo textual em que está integrado.” Quer isto dizer que a função mostrativa dos marcadores díticos passa a realizar-se, respectivamente, como anáfora ou catáfora no espaço textual ou discursivo, na sua linearidade e progressão, consoante se correlaciona com uma informação anterior ou com uma informação posterior. Ou seja, trata-se de termos que remetem para o mesmo referente que a expressão que, no discurso, aparece antes ou surge depois. Passamos, pois, da deixis como mostração física e presencial do acto comunicativo para a mostração que se manifesta no plano discursivo numa relação de co-referência e que se fundamenta na memória imediata do locutor e do alocutário. É desta forma que vamos analisar o uso de alguns díticos locativos, cujo comportamento contribui para a construção do texto (escrito ou oral), particularmente para a sua coesão.

Vejamos, então, o funcionamento anafórico de alguns advérbios de lugar, remetendo para o mesmo referente espacial:

(90) Estamos no Porto.; É aqui, que se realiza o FITEI.

(91) * Estamos no Porto. É aí que se realiza o FITEI.

(92) * Estamos no Porto. É ali que se realiza o FITEI.

(93)? Estamos no Porto. É cá que se realiza o FITEI.

(94) * Estamos no Porto. É lá que se realiza o FITEI.

Em (90), o uso anafórico do advérbio *aqui* verifica-se na medida em que ele aponta para uma pré-informação “o Porto”(nome próprio), tendo, por isso, a mesma referência espacial de Porto, ou seja, a cidade. Apesar de estarmos perante uma situação anafórica (de deixis textual), trata-se de um espaço físico que contém o locutor e o interlocutor no momento da construção discursiva, ou que remete para o sítio real - o local em que ambos se encontram e que serve de antecedente ao advérbio⁵⁸-, não sendo, por esse facto, aceitáveis os exemplos (91) a (94). Note-se, no entanto, que o advérbio *aqui* pode ainda ser usado noutras circunstâncias:

(95) O Pedro, depois de ter passado por Lisboa, chegou ao Porto_i em 1980 e por aqui_i ficou 5 anos.

(96) A Quimonda_i fechou as portas, o que constitui um grande problema para as pessoas que aqui_i trabalhavam.

Neste caso, o dístico não representa o lugar físico do locutor e/ou do interlocutor, mas remete anaforicamente para o segmento discursivo que indica um local real que já tinha sido mencionado no texto, funcionando como referente de proximidade (citação mais próxima ou contígua) ou com fins discursivos vizinhos, como anuncia Corblin (1998:39) e Kleiber (1998: 88). Situação semelhante é a que se verifica no paralelismo existente entre os advérbios *aqui* e *ali*:

(97) O João esteve na China_i e na Índia_i. Tanto aqui_i como ali_j encontrou muita pobreza.

O advérbio *aqui* identifica o lugar a que se refere a expressão locativa que se encontra mais próxima do momento de enunciação na linearidade temporal do discurso, enquanto que o advérbio *ali* é co-referente com a expressão locativa enunciada em primeiro lugar⁵⁹.

⁵⁸ Ou, pelo menos, o locutor, no caso de se tratar de uma conversa telefónica com o interlocutor.

⁵⁹ Cf. Eguren (1999: 965-966)

Ora, esta análise acaba por comprovar a afirmação de Fonseca (1996: 441): “Na deixis textual é utilizada significativamente a dimensão espacial do texto, dimensão inerente ao carácter temporalmente extenso e linear da linguagem verbal...”.

Esta dimensão espacial do texto, ou ordem espacial discursiva, é ainda verificável em exemplos como estes:

- (98) Os acessos ao interior do país são maus_i, e aqui_i é que as coisas se tornam difíceis.
- (99) O F.C. Porto volta a ter vantagem sobre todos os outros_i, e Timofte é também aqui_i o principal responsável.
- (100) Se as pessoas forem penalizadas_i, poderá estar aqui_i a solução do problema.
- (101) O líder do PS passou apenas uma vez pelo Porto_i durante a campanha, no entanto foi aqui_i que se registaram os maiores índices de apoio ao partido.
- (102) O Deco é um jogador de finta curta_i. É aqui_i que reside o valor do futebolista.

Em todos estes exemplos, o dístico *aqui* desempenha uma função de referenciação endofórica, na medida em que remete para segmentos discursivos mencionados anteriormente no espaço textual. Acontece agora que o antecedente do advérbio já não se identifica com um nome, como anteriormente, mas com uma situação. É a esta função anafórica da expressão dística que Eguren se refere ao concluir: “(...) algunas expresiones deícticas tienen un uso deíctico “textual o discursivo” esto es, se usan dentro de un enunciado para referirse a una expresión lingüística o a alguna porción del discurso en el que se inserta dicho enunciado.”

Em (98), (99), (100) e (102), o *aqui* denota a proximidade da expressão antecedente, imediatamente anterior no espaço textual, isto é, na ordem temporal do discurso, o advérbio *aqui* identifica a expressão que se encontra mais próxima do momento da enunciação, retoma aquilo que acabou de ser dito, e o espaço referenciado é apenas o espaço discursivo e não o espaço físico⁶⁰. Assim sendo, verifica-se que o

⁶⁰ Estamos no plano da deixis textual e, por analogia, tomamos aqui o texto como um espaço mental idêntico ao campo mostrativo situacional.

advérbio *aqui* possui um valor semântico equivalente a *nisto* ou *neste caso*, ou seja, identifica-se com o conteúdo do segmento discursivo anterior, que corresponde a uma **situação**. Em (101), o *aqui*, para além de retomar o antecedente no espaço textual, projecta-se no espaço físico exterior ao texto, ao referenciar o **local**, e, neste caso, equivale ao sentido de *neste lugar*, identificando-se com o conteúdo do segmento discursivo precedente ao nível intra-textual, mas também com a noção de espaço exterior ao texto e presente na memória dos interlocutores. Parece poder aplicar-se aqui, em certa medida, a distinção entre anáfora e co-referência que é sublinhada por Kleiber (1998) e por Silva (2005), e que apresentámos no ponto 7. do capítulo I: em (103), para além da relação linguística que existe entre o advérbio e a expressão anterior, o *aqui* evoca domínios de conhecimento partilhados pelos interlocutores, ao passo que nas outras ocorrências apenas funciona a anáfora, isto é, a relação que se estabelece entre expressões linguísticas, através de um processo de substituição (o advérbio substitui a expressão anterior), e que permite que o texto avance na sua linearidade.

Sistematizando: a anáfora usa elementos diversos do texto:

1.

- local (como antecedente) → comportamento anafórico relativo a sintagmas tipicamente nominais.
- situação (como antecedente) → comportamento anafórico relativo a sintagmas que identificam situações.

2.

- retoma dos elementos do texto com posições diferentes na linha temporal do discurso:

aqui... (retoma o elemento locativo mais próximo do momento da enunciação)

ali... (retoma o elemento locativo mais afastado do momento da enunciação)

Ao usarmos anaforicamente o dítico *aí*, o espaço por ele referenciado é o mesmo do seu antecedente, e pode eventualmente incluir a zona ocupada pelo alocutário, como em (107):

(103) O Rui nasceu no Porto_i há trinta anos e aí_i viveu até acabar o curso.

(104) Visite Serralves_i e veja a diversidade de obras aí_i expostas.

(105) Abre essa gaveta_i e procura aí_i o meu relatório.

Tomando por base estes exemplos, o advérbio *aí* adquire o sentido de *nesse lugar*. Nestas três ocorrências, este advérbio inscreve-se no espaço discursivo e simultaneamente aponta para o espaço físico. Mas, tal como acontece com *aqui*, pode remeter unicamente para o espaço textual ou discursivo, havendo a possibilidade de ser substituído pela expressão *nisso* sem que haja alteração de sentido da frase:

(106) Os bons alunos nunca esquecem as suas responsabilidades_i e é aí_i que revelam o seu valor.

(107) Ao defender um “total empenhamento na construção europeia”_i, Durão Barroso deu a entender que é sobretudo aí_i que se jogam os interesses nacionais mais imediatos.

Sucede o mesmo com o dítico *ali*:

(108) O João frequentou a Cooperativa Árvore_i. Foi ali_i que descobriu a sua vocação para a pintura.

(109) O João sentou-se à beira da estrada_i e ia saudando os transeuntes que por ali_i passavam.

(110) Se pegarmos no caso de África_i, logo vemos a quantidade de gente que ali_i morre de fome.

(111) O comportamento do João_i é muito mau. Vê-se que falta ali_i autoridade.

Em (108), (109) e (110), o espaço físico definido por *ali*, ao realizar-se como anáfora, é, obviamente, o espaço referenciado pelo seu antecedente, tal como acontece com o *aqui* e o *aí*. Aponta para um espaço físico que faz parte do conhecimento dos interlocutores, enquanto que em (111) a sua função não envolve propriamente a referência de um

lugar exterior ao texto, mas a anáfora entre expressões linguísticas, e, por isso, a sua função é essencialmente a de retomar e identificar um fragmento anterior que faz parte do espaço discursivo, podendo corresponder semanticamente à expressão *naquilo*.

Ao usarmos anaforicamente os advérbios *aqui*, *aí* e *ali*, tal como se verifica nos exemplos acima mencionados, parece fazer-se notar uma perspectiva de afastamento gradual relativamente ao modo como o enunciador do discurso se posiciona face ao referente. Se com o emprego de *aqui* se exprime no plano discursivo uma maior proximidade do referente, essa proximidade diminui quando se usa *aí*, e ainda mais quando se usa *ali*.

Vejamos agora alguns exemplos que contemplam o uso anafórico do dístico *cá*:

(112) Esta vila_i teria umas mil pessoas quando vim para cá_i há dez anos.

(113) Na nossa loja_i vende-se um pouco de tudo. Temos clientes que já vieram cá_i comprar alfinetes.

(114) Não vim a Guimarães_i pelo encontro em si. Estou cá_i pelos jogadores do F.C. Porto.

Em qualquer destes casos, o *cá* estabelece uma relação anafórica co-referencial com o seu antecedente, que representa um espaço físico onde se situa o locutor, e eventualmente o alocutário.

No que respeita ao uso anafórico do dístico *lá*, e à semelhança do que acontece com *cá*, surge a existência prévia do referente no universo discursivo, apontando, neste caso, para um espaço físico que não pertence nem ao locutor, nem ao alocutário:

(115) Gostava de ir à África_i, pois já não vou lá_i desde 1974.

(116) A ideia era jogar sem ninguém na área_i e tentar ter lá_i alguém na hora “h”.

(117) O João e o Pedro estão na praia da Torreira_i e vão ficar lá_i até ao fim do mês.

(118) Não vou a S. Tomé_i há muitos anos, mas estou sempre atento ao que por lá_i se passa⁶¹.

⁶¹ Teixeira (op. cit.: 455) lembra que “em muitos usos, um marcador de um grupo pode ser substituído por um do outro quando o valor que está em causa não é o que os divide, mas um valor partilhado.” Deste

Paralelamente ao que se passa em relação à função anafórica que desempenham, as estruturas díticas até aqui analisadas podem também estabelecer uma correlação com uma expressão subsequente, continuando, pois, a haver uma relação de co-referência no plano do discurso. Como realça Gary-Prieur (1998), neste contexto discursivo, o dítico deixa pressupor que se segue um esclarecimento, um prosseguimento do discurso, de modo que seria estranho que o discurso terminasse ali. Com efeito, é introduzido um referente que é identificado pelo locutor mas não pelo alocutário, impondo-se que o primeiro forneça uma justificação ao segundo, de forma a sugerir-lhe a possibilidade de um acesso imediato a esse mesmo referente. E aí, o tipo de comportamento que observámos no caso da anáfora também funciona com a catáfora, ou seja, através da catáfora é possível fixar a correlação da forma dítica com a localização dada através de expressões nominais ou com sintagmas que identificam situações. Vejamos alguns exemplos:

(119) A cimeira tinha que ser feita aqui_i: na leal, nobre e invicta cidade do Porto_i.

(120) O problema dos deficientes parece estar aqui_i: a forma como são acompanhados_i.

(121) Os resultados estão aí_i: o F.C.Porto ganhou todos os jogos e o Benfica perdeu três_i.

(122) A prova do sucesso estava ali_i: muito trabalho e dedicação_i.

Assim, em (119), o dítico estabelece uma correlação com um local e nas restantes ocorrências com uma situação.

3. A expressão do tempo

Tradicionalmente, as gramáticas do português remetem os díticos *aqui*, *aí*, *ali*, *cá* e *lá* para a expressão do espaço, recebendo por isso a denominação de advérbios de lugar, como já salientámos. Pretende-se, pois, reunir estes termos numa única classe de palavras, limitando-os quer do ponto de vista semântico, quer do ponto de vista

modo, os contrastes vulgarmente verificados entre *lá* e *ali* ou *lá* e *aí* podem, por vezes, neutralizar-se de forma a obtermos enunciados do tipo: *Foi para Paris e lá viveu durante três anos.* / *Foi para Paris e ali viveu durante três anos.* / *Foi para Paris e aí viveu durante três anos.*

funcional. Se, por um lado, uma grande parte das ocorrências com estas palavras nos transmite noções relacionadas com a descrição espacial, a verdade é que, por outro lado, há contextos em que elas assumem outro valor semântico, apresentando uma distribuição e uma função diversas desta. E aqui surge um segundo problema: o tratamento homogéneo que, através de uma nomenclatura gramatical tradicional, se tem pretendido dar, de uma forma geral, a estas palavras parece ignorar as circunstâncias específicas em que elas ocorrem e, conseqüentemente, as distintas ideias que expressam. Parece ter-se generalizado a opinião de que se deveriam arrumar numa única “gaveta” (advérbios de lugar) todos estes termos, talvez pelo facto de a sua utilização mais recorrente apontar para a localização espacial, quando na realidade eles constituem uma categoria heterogénea, isto é, para além de possibilitarem a referência ao espaço, podem também ser usados como meio de referência temporal. Ou, como diria Eguren (1999:960), “ (...) los advérbios demostrativos locativos pueden adoptar un valor temporal”⁶². Vamos, pois, analisar algumas ocorrências em que isso se verifica e que permitem reconsiderar efectivamente o facto de continuarmos a atribuir apenas a designação de advérbios de lugar a estes termos, e a restringi-los a uma significação locativa, quando afinal também podem adoptar um valor temporal. Ou seja, os advérbios de localização espacial servem a localização temporal.

3.1. Empregos dísticos com significação temporal

À semelhança do que se passa com os advérbios *aqui*, *aí*, *ali*, *cá* e *lá*, enquanto estruturas que configuram o lugar, verificamos que os mesmos advérbios podem envolver uma referência exofórica (função dística), enquanto formas linguísticas que veiculam uma significação temporal. Na realidade, estes advérbios funcionam também como expressões referenciais que identificam momentos ou intervalos de tempo calculados em função do momento de enunciação, como os exemplos que se seguem evidenciam:

(123) Até aqui ia a pé para a escola, agora vou de carro.

(124) O senhor António cessou as funções que até aqui desempenhava na GALP.

⁶² Reconhecendo esse facto, Costa (2008: 44) conclui: “Incluir os dois tipos de advérbios numa mesma classe de localizadores permite dar conta do uso que estes advérbios podem ter quer como localizadores espaciais, quer como localizadores temporais”.

(125) Tenho passado os fins-de-semana em casa, mas daqui em diante será diferente.

(126) Daqui para a frente toda a gente tem que chegar a horas.

(127) A partir daqui não recebo mais ninguém no meu escritório.

(128) Daqui a pouco vou-me embora.

Todos os exemplos registados ilustram ocorrências com distribuição temporal, havendo que distinguir as diferentes acepções realizadas pelo advérbio *aqui*. Assim, as frases (123) e (124) denotam o intervalo de tempo situado no passado e que se prolonga até ao momento presente. Por sua vez, as frases (125), (126) e (127) denotam um intervalo de tempo que tem início no presente e que se prolonga no futuro. Em (128), compreende-se um intervalo de tempo que parte do presente mas que tem uma curta duração no futuro.

Reparemos agora em alguns usos díticos de *aí*:

(129) Vêm aí tempos difíceis.

(130) Vem aí dinheiro da UE para apoio à agricultura.

(131) Os tempos difíceis estão aí, não tardam nada.

(132) O Natal está aí à porta.

(133) O médio brasileiro que aí vem só pode jogar no próximo mês.

Nas frases (129) a (133), o dítico *aí* denota um intervalo de tempo no futuro, que se aproxima do momento da enunciação. Essa proximidade temporal parece mais iminente em (131) e (132) comparativamente às restantes, sobretudo devido à presença de um verbo estativo no presente e à utilização da frase apositiva *não tardam nada* e do complemento *à porta*, respectivamente, que especificam a noção de tempo. Em (129), (130) e (133), tratando-se de eventos com duração, a ideia de proximidade temporal, relativamente ao momento de enunciação, não se afigura tão imediata.

Reparemos agora no comportamento de *ali*:

(134) O F. C. Porto marcou o golo mesmo ali no momento oportuno.

Com base neste exemplo, poderemos admitir que o dítico *ali* sugere um intervalo de tempo no passado, assumindo, em combinação com a forma verbal, um efeito temporal e aspectual. Com efeito, parece tratar-se de um intervalo de tempo pontual, isto é, sem duração, característica que se identifica com os tipos aspectuais denominados *culminações e pontos*.⁶³

Também o dítico *cá* pode ocorrer com uma distribuição temporal:

(135) A vida tem-se complicado de há algum tempo para cá.

(136) De há dez anos para cá houve grandes progressos na investigação.

(137) O Sr. Manuel aposentou-se em 1990. Daí para cá/de então para cá/de lá para cá/dessa data para cá tem-se dedicado ao voluntariado.

(138) Não pratico desporto desde 1980/de 1980 para cá.

(139) Tenho verificado que de há uns tempos para cá/do ano passado para cá há menos automóveis nas estradas.

As ocorrências de (135) a (139) denotam um intervalo de tempo no passado que se pode estender até ao presente.

Finalmente, o advérbio *lá* pode apresentar também uma função dítica com valor temporal:

(140) A partir de Janeiro, este restaurante estará aberto para lá da uma da manhã.

Neste caso, o dítico *lá* denota um intervalo de tempo no futuro, tendo como início *uma da manhã*.

3.2. Empregos anafóricos com valor temporal

A chamada deixis endofórica ou deixis textual, quando apresenta um valor temporal, envolve díticos textuais que identificam intervalos de tempo calculados em função de um ponto de referência, interno ao texto, alternativo ao momento de enunciação e, por vezes, expresso através de uma data. Vejamos alguns exemplos:

⁶³ Cf. Oliveira (2003: cap. 6)

- (141) Este treinador esteve no F.C.Porto até 2007_i, uma vez que terminou aqui_i o seu contrato com o clube.
- (142) O João terminou o curso em Julho de 1980_i e foi precisamente aqui_i que iniciou a sua carreira profissional.
- (143) Acabei de tomar o medicamento no fim do mês passado_i e desde ai_i nunca mais senti nada.
- (144) O Zé ficou desempregado em 2007_i. De ai_i para cá/de ai_i em diante/ já teve várias ofertas de emprego.
- (145) O Zé ficou desempregado em 2007_i. Até ai_i nunca lhe tinha faltado trabalho.
- (146) O Zé ficou desempregado em 2007_i. Foi ai_i que pela primeira vez pensou emigrar.
- (147) O rapaz apercebeu-se de alguém_i. Aí_i ele parou.
- (148) O Zé ficou desempregado em 2007_i. Começou ai_i o seu calvário.
- (149) O campo foi invadido aos trinta minutos da segunda parte_i e o jogo acabou logo ali_i.
- (150) O F.C.Porto sofreu o primeiro golo aos dez minutos da primeira parte_i e dali_i em diante/a partir dali_i/teve boas oportunidades de marcar.
- (151) O F.C.Porto sofreu o segundo golo aos quarenta minutos da segunda parte_i, embora tenha tido até ali_i boas oportunidades de marcar.
- (152) O João vai casar-se em Agosto_i. Daqui até lá_i vai fazer os preparativos.
- (153) O Zé casou-se em Janeiro_i. De lá_i para cá nunca mais o vi.

Nas frases (141) e (142), o dístico textual *aqui* referencia um intervalo de tempo no passado que se sobrepõe ao tempo que serve de antecedente e que é identificado através das datas 2007 e Julho de 1980, respectivamente.

Em (143) e (144), o dístico textual *aí* referencia um intervalo de tempo no passado, cujo início coincide com o tempo que serve de antecedente e que é expresso pelas datas *no fim do mês* e *2007*, e que se pode prolongar até ao presente.

Em (145), o dístico textual *aí* referencia um intervalo de tempo no passado e que termina no passado, sendo a sua fronteira final coincidente com o tempo que serve de antecedente e que é expresso pela data *2007*.

Em (146) e (147), o dístico textual *aí* referencia um intervalo de tempo no passado que se sobrepõe ao tempo que serve de antecedente e que é determinado pela data *2007* e pelo momento designado pela situação "apercebeu-se de alguém", respectivamente.

Em (148), o dístico textual *aí* referencia um intervalo de tempo no passado, cujo início coincide com o tempo definido pelo antecedente e expresso na data *2007*, podendo estender-se ao presente ou ao futuro. Saliente-se ainda que os verbos aspectuais como "começar"denotam o início do intervalo de tempo.

Em (149), o dístico textual *ali* referencia um intervalo de tempo no passado que se sobrepõe ao tempo que serve de antecedente e que é identificado pelo período de jogo decorrido: *30 minutos da segunda parte*.

Em (150), o dístico textual *ali* (contraído aqui com a preposição *de*) referencia um intervalo de tempo no passado, cuja fronteira inicial coincide com o tempo que serve de antecedente e que é expresso pelo período de jogo decorrido: *dez minutos da primeira parte*.

Em (151), o dístico textual *ali* referencia um intervalo de tempo no passado, cuja fronteira final se situa no passado e se sobrepõe ao tempo que serve de antecedente, aqui expresso pela hora de jogo decorrido: *quarenta minutos da segunda parte*.

Em (152), o dístico textual *lá* referencia um intervalo de tempo no futuro que se inicia no presente e cujo termo se sobrepõe ao tempo que serve de antecedente e que é expresso pela data *Agosto*.

Em (153), o dístico textual *lá* referencia um intervalo de tempo no passado que se pode estender até ao presente, cuja fronteira inicial coincide com o tempo que serve de antecedente e que aqui é expresso pela data *Janeiro*.

As ocorrências que acabámos de analisar envolvem advérbios demonstrativos que assumem, como vimos, uma significação temporal. Através das abordagens exofórica e endofórica realizadas, somos levados a concluir que estes marcadores denotam, em contextos enunciativos específicos, intervalos de tempo, sejam eles pontuais ou com duração, que se situam quer no passado, quer no futuro.

4. Conclusão

Considerados à luz de um quadro de referência topológica, que se baseia nas coordenadas do *ego*, *hic et nunc* e que subjaz ao acto de enunciação, estes advérbios apresentam um comportamento que se rege pela presença/ausência de determinados traços semânticos que os distinguem entre si e que ajudam a perceber o modo como são utilizados pelos falantes. Através do quadro que se segue, procuraremos resumir algumas das considerações que fizemos ao longo deste capítulo, esquematizando a distribuição dos principais traços distintivos, essencialmente em termos de relações de acessibilidade, visibilidade, abrangência e delimitação, tendo como ponto de referência o “eu” enunciador:

Localizadores espaciais	Tipo de Comportamento					
	Acessível	Visível	Apontável	Abrangente	Definido	Coincide com um ponto
Aqui	+	+	+	-	+	+
Aí	+	+	+	-	+	+
Ali	+	+	+	-	+	+
Acolá	+	+	+	-	+	+
Cá	-	-	-	+	-	-
Lá	-	-	-	+	-	-

A leitura deste quadro permite-nos obter um conhecimento geral dos comportamentos típicos destes localizadores espaciais. Assim, poderá concluir-se com Costa (2008: 48) que “a localização espacial pode ser definida ou indefinida, consoante o advérbio utilizado”, o mesmo acontecendo com todos os outros traços semânticos que

concorrem para a precisão ou imprecisão espacial. Nesse sentido, verificamos que *aqui*, *aí*, *ali* e *acolá* denotam uma localização mais definida ou precisa, ao passo que *cá* e *lá* indicam uma localização indefinida ou não precisa. Porém, as propriedades aqui registadas não correspondem a valores fixos, uma vez que estes advérbios exibem por vezes comportamentos atípicos que podem modificá-los. Recordemos alguns desses comportamentos, observados ao longo da nossa descrição:

Aqui: pode referir-se a espaços de variadas dimensões, o que implica, como vimos, alterações no tipo de comportamento deste dístico.

Aí: é sobretudo acessível relativamente à segunda pessoa. Além disso, em determinados contextos, pode indicar um espaço acessível mas abrangente.

Ali: há contextos onde alguns dos traços acima mencionados se alteram, como por exemplo o da visibilidade.

Acolá: sendo o localizador que apresenta valores mais próximos de *ali*, tem, por isso, o mesmo tipo de comportamento, embora possa apresentar um menor grau de acessibilidade.

Cá: tal como *aqui*, pode referir espaços de variadas dimensões, estando os valores que definem o seu comportamento dependentes deste factor. O espaço determinado por este localizador pode, em certas circunstâncias, ser apontável, visível e até definido, tornando-se próximo do *aqui*, o que justifica que ambos sejam acessíveis relativamente à primeira pessoa.

Lá: comparativamente a *ali*, o localizador espacial *lá* implica maior distância e maior abrangência. No entanto, em determinados contextos, pode apresentar um maior grau de acessibilidade.

Além destes aspectos, analisámos o emprego anafórico – em que os dísticos retomam um segmento discursivo anterior (o antecedente) no espaço textual – e catafórico – em que há uma correlação do dístico com uma expressão que surge depois na linearidade discursiva. A relação anafórica pode estabelecer-se relativamente a um sintagma nominal designativo de um local (um espaço físico) ou então a um sintagma que assinala uma situação, o mesmo se passando com o emprego catafórico.

Finalmente, analisámos algumas ocorrências em que os advérbios localizadores espaciais apresentam valores temporais, tanto na sua função dítica como na relação anafórica que estabelecem na frase. São processos que delimitam intervalos de tempo no passado ou no futuro, com ou sem duração.

Com a descrição semântica que aqui realizamos do valor espacial e do valor temporal que os denominados advérbios demonstrativos de lugar revelam, procurámos abarcar uma parte significativa das ocorrências que com maior frequência encontramos no uso que fazemos da língua portuguesa quer no plano da oralidade, quer no domínio da escrita. Fica-nos, contudo, a convicção de que outros casos ficam por abordar, dada a complexidade que envolve a análise destas questões linguísticas.

Capítulo III

OUTROS VALORES ASSUMIDOS POR *AQUI*, *AÍ*, *ALI*, *CÁ* e *LÁ*

“Resultante do uso, da orientação para a satisfação das necessidades comunicativas de vária ordem, a estrutura formal das línguas está fundamente marcada por uma vocação accional, isto é, a *dimensão pragmática da língua está presente na sua gramática.*”

Fonseca, F. Irene (1994): *Gramática e Pragmática – Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto Editora, Porto, p. 134.

1. Introdução

Na sequência da descrição que temos vindo a fazer relativamente aos díticos *aqui*, *aí*, *ali*, *cá* e *lá*, julgamos ser necessário ir um pouco mais além relativamente à análise destas estruturas linguísticas, em virtude de entendermos que a abordagem que até aqui fizemos não esgota o papel que estas palavras podem assumir na organização da língua. Depois de as analisarmos como advérbios de lugar – classificação morfológica clássica que lhes é atribuída – no âmbito de um valor semântico espacial, verificámos que as mesmas podem adoptar um valor semântico temporal. No entanto, o nosso trabalho ficaria incompleto se nos ficássemos por aqui, já que a língua, como sabemos, não utiliza estes termos apenas com estes valores.

Centrámo-nos, até aqui, essencialmente na descrição dos valores semânticos que estes advérbios representam, considerando a sua forma lógica e o seu carácter informativo. Vamos, a partir daqui, contemplar determinados valores, genericamente distintos destes, que decorrem das relações que se estabelecem entres estes signos e as circunstâncias da sua utilização. São valores que não derivam propriamente da descrição léxico-semântica, mas de uma análise funcional destas estruturas linguísticas. Há razões empíricas que nos levam a concluir que, essencialmente no domínio da oralidade, estes morfemas apresentam um vasto conjunto de valores de significação que vão para além dos estritamente espaciais e que exigem uma abordagem no âmbito da análise pragmática. Com efeito, a dimensão pragmática de alguns destes advérbios está presente na força ilocucionária que advém do seu uso e que pretendemos explorar. Assim sendo, verificamos que estas palavras não subsumem, em determinadas ocorrências, valores

atinentes à localização espacial, funcionando, como recorda Matos (1999: 5), como “marcadores discursivos (Levinson 1983), conectores discursivos (Blakemore 1987) ou conectores pragmáticos (Ducrot *et al.* 1980; Moeschler 1985 e 1989), ou ainda partículas focalizadoras e modais (Altmann 1976, Franco 1986, König 1991)”. Não queremos com isto dizer que os valores espaciais estejam absolutamente ausentes, mas que há um esvaziamento do sentido espacial registado ao nível léxico-semântico, ou este sentido é secundarizado na sua significação, para dar lugar a outros valores que emergem do plano funcional da língua (Matos, 1999: 447). Estamos, por isso, a falar de dimensões diferentes, embora complementares: o valor descritivo-referencial do espaço, que de forma exofórica ou endofórica, surge associado ao domínio semântico, e o valor não espacial, referencialmente vazio, ligado ao domínio do uso ou da pragmática, em que o sentido está intimamente dependente da situação discursiva. Quer dizer, associam-se as palavras não à realidade para a qual remetem, mas àquilo que se faz com elas: “ L’aspect illocutionnaire, c’est non pas le contenu de l’énoncé, mais ce qu’il est comme acte, c’est *le fait de dire* ce qui est dit, dans la mesure où dire, c’est agir, c’est accomplir un acte illocutionnaire: promesse, ordre, question, affirmation, prédiction, avertissement, menace, etc.”(Récanati, 1979: 119). Por outras palavras: “à côté des implications logiques du dit, il y a les *implications pragmatiques* du dire.”(Récanati, op. cit.: 182), considerando este autor que há um suplemento semântico que a reflexão da enunciação traz ao enunciado. É nesta dimensão da enunciação que nos vamos situar, tendo em vista a busca desses tais valores não espaciais que a língua realiza constantemente e com notável amplitude em situação discursiva, procurando assim esclarecer mais um problema que se levanta na reflexão que sobre estes morfemas temos vindo a fazer. Nesse sentido, importa distinguir em contexto os casos em que estas palavras não se comportam como advérbios, assumindo outras designações adequadas à função discursiva que desempenham, como acima se indica. Na nossa exposição descritiva, basear-nos-emos em propostas teóricas de alguns linguistas que se têm ocupado dos temas relacionados com esta área, bem como no suporte empírico constituído pelo *corpus* a que tivemos acesso e pelo uso que fazemos da língua no nosso quotidiano.

2. Enquadramento teórico

Antes de abordarmos a descrição de outros valores relativos aos advérbios mencionados, parece-nos útil tecer algumas considerações teóricas que permitam ajudar

a esclarecer esses valores de forma mais consistente e fundamentada.

Vimos, no capítulo anterior, que os advérbios de lugar *aqui*, *aí*, *ali*, *cá* e *lá* funcionam como formas díticas ou anafóricas indicadoras do espaço, e é apenas com esta função de localização espacial (valor prototípico) que a generalidade das gramáticas e dos dicionários os consideram. Além deste comportamento semântico de base que estas estruturas linguísticas, sem dúvida, evidenciam, salientámos potenciais valores temporais que as mesmas expressões adoptam em determinados contextos. Porém, a descrição que acabou de ser feita, equacionando estes termos como polarizadores quer de referência espacial, quer de referência temporal, não significa que estes marcadores se circunscrevam a estas duas funções no âmbito de uma abordagem linguística. Na realidade, estas palavras parecem encerrar outros valores que devem (e têm de) ser descritos desligados de uma lógica de referência espacial e temporal, uma vez que se afastam, em maior ou menor grau, destas interpretações semânticas, sendo por isso “difícilmente arrumáveis na morfologia gramatical clássica”.⁶⁴ Com efeito, os gramáticos portugueses tradicionais deram-se conta de que em determinadas situações de comunicação estes elementos linguísticos têm um comportamento que fica à margem dos valores que configuram a localização espacial, sendo por esse motivo difícil e inadequada a sua inclusão na categoria dos advérbios de lugar. Daí que alguns deles – especialmente *cá* e *lá* – apareçam classificados sob as mais diversas designações: palavras denotativas de realce⁶⁵, partículas de realce ou partículas expletivas⁶⁶, ou ainda palavras com valor enfático ou afectivo.⁶⁷

Também Vilela (1999: 262) faz referência às partículas de realce, salientando, todavia, que estas palavras estão a passar por outras formas de abordagem: “Estamos efectivamente diante de um conjunto de fenómenos que estão a ser estudados mais seriamente, entre nós, a partir de estudos feitos para a língua alemã.”

De tudo isto extraímos duas conclusões inequívocas: estas estruturas apontam

⁶⁴ Cf. Teixeira, 2005: 456.

⁶⁵ Cf. Cunha e Cintra, 1991: 548. Em nota de rodapé, estes autores têm o cuidado de referir o seguinte: “À falta de uma designação mais precisa e mais generalizada, adoptamos provisoriamente esta, embora reconhecendo que ‘denotar’ é próprio das unidades lexicais em geral.”

⁶⁶ Cf. Figueiredo e Ferreira, 1965: 247. Estes autores apresentam a seguinte explicação inicial: “Há certas palavras e expressões que, embora desnecessárias ao sentido da proposição, se empregam para dar mais vida e realce à frase e, por isso, se chamam partículas de realce ou expletivas.”

⁶⁷ Cf. Azeredo et al., 1984: 66-67. Estas autoras, ao estudarem as formas de frase, consideram o *cá* como enfático: “Os elementos *é que* e *cá* procuram dar mais expressividade, mais ênfase...” Por isso, incluem o uso desta partícula na forma enfática, ou seja, “quando se pretende acentuar mais vivamente uma ideia.” Cf. Vilela, 1991: “(...)quando *lá* tem valor enfático é uma PARTÍCULA (modalizadora) COM VALOR AFECTIVO.”

para valores distintos e independentes dos que sugerem enquanto formas integradas na categoria advérbio; as mesmas estruturas têm sido relegadas para segundo plano, não se sabendo muito bem o que fazer delas, e por vezes ignorando-as. Ora, é precisamente aqui que reside o terceiro problema que nos propomos analisar, pretendendo dar resposta a algumas interrogações que nos têm surgido ao longo do tempo na relação que temos mantido com as questões linguísticas. Para tal, procuraremos fundamentar a nossa análise em estudos e esclarecimentos de linguistas que a esta matéria dedicaram particular atenção e que ajudam a entender melhor o funcionamento destes fenómenos linguísticos.

A descrição que aqui pretendemos desenvolver irá incidir justamente sobre os valores não espaciais destes morfemas, embora seja também nossa preocupação relacioná-los ou articulá-los com a referência espacial sempre que isso se revele pertinente. É no plano da linguagem oral ou coloquial que estes valores emergem com maior acuidade, o que leva certos autores, que nas últimas décadas se têm debruçado sobre a explicitação destes elementos linguísticos, a privilegiar o seu estudo em situações de enunciação concretas. Talvez devido a esta complexidade dos fenómenos linguísticos, Fonseca (1994: 95) distingue dois paradigmas na análise linguística, que apresenta do seguinte modo: “Na Linguística contemporânea reconhecem-se com nitidez dois grandes paradigmas dominantes: designá-los-ei de *Linguística do Sistema* e *Linguística do Uso/Funcionamento do Sistema*.” Inclui no primeiro (nível léxico – semântico) o estudo do significado como configuração informativa-representativa-descriptiva – onde é considerada “a relação dos signos com o mundo dos ‘objectos’ e dos estados de coisas que capturam”; integra no segundo o estudo do significado com base em modos diversos de significar e do sentido projectado no discurso, o que implica um complexo heterogéneo de dimensões significativas e preocupação com realidades exteriores às línguas, mas relacionadas com a sua estrutura e com o seu funcionamento. Estamos perante uma distinção que do ponto de vista terminológico se pode reduzir ao binómio *type* (par la *phrase énoncée*) / *token* (par l’*énonciation* de la phrase) (Récanati, op. cit.: 155), especificando o linguista que “la signification d’une phrase considérée comme type n’est pas en effet la même chose que la signification d’un token de cette phrase, résultant de son énonciation particulière dans un contexte de discours spatio-temporellement déterminé.”

Reportando-se à Linguística do Uso/Funcionamento do Sistema, naturalmente não sistémica, Fonseca (op. cit.: 97-98) liga-a inequivocamente aos fenómenos

comunicativos, isto é, às relações dos signos com os utilizadores e com as circunstâncias de utilização, privilegiando a “consideração da linguagem em contexto – dimensões linguísticas, cognitivas, psicológicas, sociais e culturais do uso da língua tomada na pluralidade em que se objectiva”. Trata-se de uma nova forma de abordagem dos problemas da língua e do seu uso, equacionada pela chamada pragmática linguística, e que tem como preocupação central a competência comunicativa ou o uso da língua em contexto. Como referimos no capítulo precedente, esta dimensão contextual é activada pelos díticos como elementos preponderantes no processo enunciativo (espaço privilegiado de subjectividade e inter-subjectividade na interacção “Eu/Tu”), e sendo assim, teremos que admitir que a significação acaba muitas vezes por comportar factores de natureza semântica e pragmática⁶⁸. Disso nos dá conta Fonseca (op. cit.: 99) ao sublinhar: “Devemos considerar a pragmática como integrada na semântica, salientando-se que as dimensões pragmáticas da significação se inscrevem de raiz tanto no funcionamento dos discursos como na própria estrutura interna da língua. Há, pois, que considerar que a semântica e a pragmática se interpenetram profundamente, se apresentam imbricadas uma na outra.” Desta forma, Fonseca faz questão de esclarecer que a componente pragmática não é mais um nível que se acrescenta ao já conhecido léxico – semântico, mas antes uma dimensão que interage com este e que se fundamenta nas condições de uso da língua, quer dizer, na enunciação que, embora externa à língua, ajuda a explicar a sua organização interna. (Fonseca, op. cit.: 53). Ora, é à luz deste quadro que teremos de fundamentar a descrição dos tais outros valores do *aqui*, *aí*, *ali cá* e *lá* e de os entender, no âmbito do acto comunicativo, como potenciadores de acções e intenções comunicativas-interactivas que se inscrevem no processo discursivo e vinculam a construção da referência. Baseando-se em E. Benveniste, Fonseca (op. cit.: 57) adianta que “emanam da enunciação (...) as modalidades formais da manifestação das atitudes proposicionais do Locutor, entre as quais figuram as que encontram expressão nos modos dos verbos, nos advérbios de enunciação e nos modalizadores em geral.” Por sua vez, Franco (1991: 180) reconhece, na análise destas palavras, “(...) a atitude do falante para com o enunciado, com

⁶⁸ Recorde-se que a dimensão pragmática inerente ao funcionamento das expressões díticas é já preocupação de Benveniste (1966). Esta dimensão pragmática tem origem nas relações que se estabelecem entre os signos, os seus utilizadores e as circunstâncias de utilização ou contexto de uso. Remetemos a referência a esta questão para o capítulo I.

suposições, expectativas, emoções e relações sociais entre falante e ouvinte.” São mecanismos dependentes do acto enunciativo e que envolvem significações de ordem explícita e de ordem implícita. Assim, para além da localização espacial ou temporal, está o processo comunicativo e as inerentes relações interpessoais – dimensões sequenciais e interactivas dos actos de fala⁶⁹ – que se desenvolvem na situação interlocutiva. É aí que os marcadores ou indicadores discursivos instalam a sua força ilocutória, ou melhor, chamemos-lhes ilocutivos, na medida em que eles desencadeiam actos de fala que produzem efeitos sobre os interlocutores com vista à realização de acções (“tentar que o alocutário faça algo”), tal como preconizava a teoria de J. L. Austin (1962)⁷⁰, continuada e desenvolvida por Searle (1969)⁷¹ e já antes defendida por Wittgenstein (1953), autor oportunamente referido no primeiro capítulo. Por essa razão, a situação pragmático-funcional implica, como atrás se deixa entender, uma dimensão linguística propriamente dita e uma componente não linguística e exterior ao discurso que se funda no quadro de valores (saberes, crenças, hábitos sociais, ...) dos interlocutores. Da conjugação do significado estritamente linguístico com o universo de referências e competências parece resultar a construção do sentido do discurso⁷². Segundo Franco (op. cit.: 175), “o indicador da força ilocutiva é o elemento que indica qual a função desempenhada pelo enunciado, que acto ilocutivo o falante está a executar

⁶⁹ Por acto de fala, Faria (2003: 73) entende o seguinte: “Um **acto de fala** é um comportamento verbal, governado por regras que asseguram que as intenções comunicativas venham a ser adequadamente interpretadas. Algumas dessas regras definem os próprios tipos de actos que podem ser realizados pela fala. Faz parte da **competência comunicativa** de qualquer falante distinguir uma ordem de um pedido, uma intenção de um compromisso, uma asserção de uma representação de um estado emocional. Existe, pois, um **significado pragmático** subjacente a cada acto de fala.”

⁷⁰ “Un acte illocutoire n’aura pas été effectué avec bonheur, ou avec succès, si un certain effet n’a pas été produit. (...) Un effet doit être produit sur l’auditoire pour qu’un acte illocutoire puisse être tenu pour achevé.” (Austin (1962) 1970: 124).

⁷¹ “De façon générale, le locuteur sous-entend, par l’accomplissement d’un acte illocutionnaire quelconque, que les conditions préliminaires de l’acte sont satisfaites. Ainsi, par exemple, (...) lorsque je promets quelque chose, je sous-entend que l’auditeur s’intéresse à la réalisation de ma promesse...” (Searle (1969) 1972: 110).

⁷² B. Pottier (1992: 16-17) sublinha que o enunciador escolhe os signos e a sua combinação sintáctica, apropriando-se das virtualidades que a língua lhe oferece, para enunciar o discurso. Por sua vez, o interpretante parte do texto produzido (‘oral ou escrito’) e, “grâce à son savoir multiple (de la langue, du monde, de son interlocuteur...)”, identifica os elementos discursivos, constrói uma hipótese interpretativa que o leva a compreender a mensagem, a conceptualizá-la, desligando-se dos signos linguísticos “qui lui ont servi de tremplin pour la compréhension”.

A. Carreira (2001: 14), na leitura que faz de *Sémantique générale*, refere que Pottier (op. cit.) considera que no momento de enunciação há um *Antes* que corresponde ao *saber* ‘memorizado pelo enunciador’ – o saber acerca da língua, o saber cultural e acerca do mundo – e um *Depois* em que a intencionalidade do enunciador se manifesta, o seu ‘Querer comunicar’. É também B. Pottier (1984), referido ainda por A. Carreira (op. cit.: 137) que reconhece o nível do texto produzido no momento da enunciação como o “résultat de diverses interférences de systèmes (linguistique, cognitif, contextuel, situationnel, intentionnel)”.

no momento da enunciação.” O mesmo linguista aponta como indicadores ilocutivos a ordem das palavras, o acento, o contorno entonacional, a pontuação (na escrita), o modo do verbo e os verbos performativos, reconhecendo que outros elementos linguísticos poderiam ainda fazer parte desta lista. Poderá, pois, concluir-se que também estes indicadores concorrem para a “Heterogeneidade na língua e no discurso” defendida por Fonseca (1994: 49 e ss.), na medida em que um mesmo enunciado pode, por influência destes factores, realizar funções comunicativas diversas. Observemos, a título de exemplo, o seguinte segmento discursivo: «Vê lá!». Este enunciado, ao ser actualizado pelo falante, assume uma função comunicativa ou ilocutiva que pode ser interpretada pelo ouvinte (ou leitor) como uma reprimenda, um pedido, um conselho, um encorajamento, etc, sendo, neste caso, o factor prosódico (a entoação) decisivo⁷³, uma vez que a entoação parece ser aqui o único elemento distintivo na interpretação da mensagem a nível fónico. Por conseguinte, é a estes e outros possíveis indicadores que teremos de recorrer para determinarmos os diferentes valores que os termos em análise veiculam no acto comunicativo contextualizado, sem poder esquecer a perspectiva sociocultural – compreendendo um conjunto de normas ou convenções sociais pertencentes a uma determinada colectividade –, necessária a uma correcta interpretação do enunciado, como refere A. Carreira (op. cit.: 138), baseando-se em Grice (1975/1979), em Ducrot (1979) e em Kerbrat-Orecchioni (1986).

Em resumo: no acto comunicativo está subjacente a noção de contexto como situação física – situação onde se desenvolve a interacção linguística, constituída por enunciados – e sociocultural – conjunto de pressupostos ou crenças e saberes imprescindíveis na interpretação dos enunciados. Além desta noção, operam no acto comunicativo ainda outras dimensões, como sendo factores de natureza sociolinguística – conjunto de saberes anteriores que implicam o conhecimento da prática da língua e do ambiente comportamental relativo aos interlocutores –, bem como um conjunto de sinais verbais e não-verbais a que Gumperz (1992), citado por Faria (2003: 82) e por Rodrigues (2007: 69), chama “pistas de contextualização”(contextualization cues), que

⁷³ A. Carreira (op. cit.: 136) esclarece que “o estudo da entoação, relativamente pouco abordado devido à sua grande complexidade, deve fazer parte integrante dos estudos linguísticos. É esta também a posição de Kerbrat-Orecchioni (1986), que, no seu recente estudo sobre o implícito, põe, no entanto, o problema da fronteira entre o plano linguístico e o plano não linguístico”.

Por seu turno, Récanati (op. cit.: 157) esclarece: “L’intonation, la mimique et la situation d’énonciation sont autant d’indices où se manifeste que la séquence sonore qui a été émise exprime de la part du locuteur une intention de communiquer: grâce à eux, l’énoncé signifie d’abord *qu’il signifie*, avant même de signifier *ce qu’il signifie*...”

estabelecem uma relação entre a verbalização dos enunciados e o conhecimento de experiências anteriores, e que envolvem mecanismos de ordem paralinguística e sociolinguística, também necessários à construção da significação⁷⁴. Ora, como se sabe, todos estes elementos concorrem para que o processo de interacção verbal tenha lugar e para que a língua seja entendida numa perspectiva do uso ou funcionamento. É nesse sentido que se deve entender a observação de Faria (2003: 82): “Deste ponto de vista, a contextualização é um procedimento de facilitação da interpretação necessário para que o sentido se faça”.

Julgamos ter deixado aqui explanados os princípios teóricos genéricos que subjazem à descrição que pretendemos desenvolver nas páginas seguintes, conscientes, desde já, das dificuldades que essa mesma descrição acarreta. Disso mesmo nos dá conta Franco (op. cit.: 16) quando se reporta ao estudo das *partículas modais*: “Os aspectos envolvidos na investigação das PMs são tão diversos e complexos que fazem delas um domínio difícil de penetrar.” Diríamos: bem mais complexas que as relações semânticas que se estabelecem entre os localizadores espaciais e temporais em análise no capítulo anterior. Também Lapa (1979: 240) partilha da mesma opinião, ao concluir, a propósito dos novos valores semânticos dos advérbios, “que o estudo e até a compreensão desses tons de significado apresentam muita dificuldade pela sua excessiva condensação.”

3. Valores funcionais de *cá* e *lá*

Como já fizemos referência no ponto 2., estas palavras têm sido sujeitas a um tratamento gramatical que as inclui, em primeira instância, no grupo dos advérbios de lugar e, digamos que, em segundo plano, há autores que as classificam como partículas de realce, expletivas ou enfáticas, por reconhecerem que o seu comportamento

⁷⁴ Todos estes aspectos são sem dúvida pertinentes no âmbito da interacção comunicativa. Deles nos dá conta, com especial acuidade, Rodrigues (2007) no seu trabalho “O CORPO E A FALA”, onde desenvolve uma observação detalhada dos mecanismos e das estratégias verbais e não-verbais que interferem na interacção comunicativa quotidiana, sublinhando a importância e o poder do “uso multimodal” (expressão de emoções e de atitudes face aos enunciados, ao interlocutor e às suas expectativas) e da componente social na comunicação humana. Assim sendo, associa de forma inequívoca a comunicação verbal (domínio linguístico-pragmático) à comunicação não verbal (actividade motora ou física das várias partes do corpo), encarando-as como duas vertentes comunicativas complementares que justificam a interacção face a face. Além disso, ligada à fala, concebe a prosódia como um conjunto de fenómenos capazes de fornecer “informações sobre a atitude, o estado emocional e as intenções comunicativas dos participantes da interacção”. (Rodrigues, 2007: 149 e ss.).

semântico se situa à margem do dos advérbios de lugar. Será este um primeiro sinal indicativo que aponta no sentido da emergência de outros valores?

3.1 Alguns pressupostos teóricos

Ao serem consideradas como partículas enfáticas, de realce ou expletivas, minimiza-se a sua importância na frase. Recorde-se que a palavra “expletiva” regista nos dicionários o sentido genérico de “palavra ou expressão empregada apenas para efeito decorativo do discurso”, como “enfeite” da frase, perfeitamente “dispensável” ao seu funcionamento. Na verdade, a sua exclusão pode não tornar a frase sintacticamente inaceitável, mas o mesmo já não acontece se a analisarmos numa óptica semântico-pragmática. É que, neste caso, estas palavras funcionam como marcadores ou indicadores de um determinado tipo de expressão da modalidade⁷⁵, no sentido em que “o falante se propõe atingir (...) um efeito comunicativo, dar ao ouvinte indicações sobre as suas próprias expectativas, intervir e exercer determinada influência sobre o seu interlocutor, exprimir os pressupostos de que parte quanto aos conhecimentos (ou ao saber, por parte do ouvinte) dos factos enunciados, fornecer indicações quanto ao jogo de relações sociais entre si e o alocutário, contemplar a componente a que chamaremos ‘alter’-direccionalidade.” (Franco, op. cit.: 185). Ora, é neste quadro que se inscrevem os termos *cá* e *lá*, já não como partículas de realce ou enfáticas, mas como partículas modais – designação criada por linguistas alemães e que chega à Linguística portuguesa adoptada por Franco⁷⁶ e posteriormente seguida por outros autores, nomeadamente Vilela, que as define nos seguintes termos: “Em princípio, a partícula modal compreende um elemento com que o falante afecta todo o enunciado, em que se acrescenta algo ao estado de coisas já instaurado e construído, o ponto de vista do enunciador relativamente ao conteúdo proposicional.” (Vilela, 1999: 264). Conclui-se, deste modo, que se trata de elementos que permitem ao ouvinte perceber a manifestação

⁷⁵ Ao abordar o conceito de modalidade, Oliveira (2003) define-o do seguinte modo: “Do ponto de vista linguístico, podemos considerar que a *modalidade* é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes.” Entende-se, por aqui, que há uma estreita relação entre as atitudes dos falantes e os enunciados. No entanto, a mesma linguista adverte: “Esta abordagem tão vaga evidencia que se trata de um fenómeno de grande amplitude, pois não só existem numa língua formas diversas de expressar um mesmo tipo de modalidade como também uma expressão pode apresentar diferentes modalidades.” (cf. Oliveira, 2003:245). Por seu turno, Pottier (op. cit.: 204-205) destaca o papel da primeira pessoa: “Le JE énonciateur est le maître des modalités.(...) D’une façon générale, l’interrogation, l’exclamation, le vocatif, l’impératif, l’optatif sont des modalités d’énonciation liées à la catégorie de la personne, marquées ou non dans l’expression linguistique, selon les langues.”

⁷⁶ Cf. Franco, op. cit.: 15-16.

do envolvimento e da atitude do falante relativamente ao que é enunciado, quais as suas expectativas e intenções⁷⁷.

Entretanto, será bom lembrar que a conceptualização definida por estes e outros autores relativamente à inclusão de *cá* e *lá* na categoria que designam de “partículas modais” parece estar já subjacente nas propostas de Lapa, ao abordar o tema “Aspectos gerais do advérbio”: “A Gramática ou o Dicionário fixam para cada advérbio um certo sentido; mas a linguagem oral e escrita está constantemente a refundir esse significado original, imprimindo-lhe variações mais ou menos profundas.” (Lapa, op. cit.: 239). Voltaremos a este autor na análise das ocorrências com *cá* e *lá* que, de seguida, iremos efectuar, em virtude de apresentar exemplos ilustrativos que merecem a nossa atenção. Porém, antes de o fazermos, parece tornar-se necessário salientar que, para acedermos à interpretação dos valores modais que estas palavras assumem, é preciso não esquecer a noção de “pressuposição”, uma vez que ela ajuda a compreender o seu funcionamento no contexto enunciativo. Devemos entender, neste caso, pressuposição, não propriamente numa perspectiva lógico-semântica - em que o sentido das palavras se define independentemente da situação de enunciação -, mas como um conceito que envolve os conhecimentos prévios do falante e o reconhecimento dos mesmos por parte do ouvinte na interacção linguística, de forma a que os saberes partilhados ou comuns a ambos permitem realizar com êxito o acto comunicativo. Ora, este saber partilhado pelos interlocutores - o que de comum existe entre ambos e que torna possível a comunicação - revela-se fundamental para a descrição das partículas modais e para a explicação dos seus valores.

3.2. Descrição de valores modais

Não queríamos entrar na descrição propriamente dita dos valores modais sem antes observarmos algumas hipóteses de análise que nos poderão levar a concluir sobre a sua origem e, sobretudo, a forma como evoluíram.

⁷⁷ Baseando-se em Lyons (1977), Martins (1998: 42 e ss.) apresenta uma perspectiva semelhante: “Na conversação, a prioridade do falante é a de fazer com que o seu interlocutor apreenda o sentido global da mensagem, o que inclui necessariamente que o receptor capte a intenção comunicativa do emissor para que este possa dar-lhe uma resposta adequada.” Daí que os elementos a que aludimos funcionem como marcadores discursivos “usados intencionalmente por desempenharem funções a nível discursivo.” Ainda segundo Martins (op. cit.: 61), entende-se por marcadores discursivos “as unidades linguísticas (...) que ligam enunciados à enunciação e, por isso, adquirem, com frequência, um valor modal. É nesta acepção que aqui os utilizamos.

Partindo do princípio que a língua é, como se sabe, um sistema vivo, dinâmico e, portanto, em constante mutação e evolução, onde intervêm factores de ordem diversa (Coseriu, 1978: 16 e ss. ; Carvalho, 1984: 385-399), julgamos poder aqui deixar a sugestão – embora com algumas reservas, devido à ausência de dados científicos suficientes que o confirmem – de que os valores modais destas palavras poderão ser o resultado da evolução de valores espaciais veiculados pelos advérbios de lugar, em contextos de uso específicos⁷⁸. Para fundamentarmos esta proposta, servimo-nos do contributo de alguns autores que, de forma implícita ou explícita, mostram que não abandonaram de todo esta ideia. Assim, recordemos o que nos diz Lapa (op. cit.: 240): “Não sabemos, nem é fácil seguir uma evolução ideológica dos advérbios, até darem este resultado: mas compreendemos que isso se deveu a embates sentimentais, e que as palavras ditas invariáveis não foram menos atingidas que as outras por esses choques afectivos.” Por seu turno, Matos (1999: 447) argumenta - referindo-se aos valores temporais⁷⁹ - que há uma “transição dos valores temporais para os não temporais como um processo escalar de perda ou esvaziamento do significado lexical em favor de um significado funcional.” E aponta mais adiante que “a dimensão temporal pode ser quer completamente esvaziada na presença de outros valores, quer subalternizada de forma a constituir um valor residual na significação do advérbio.” Também Teixeira (2005: 457) esclarece, a propósito da partícula modal *lá*, que este *lá* “é ‘originário’ do *lá* locativo espacial, mantendo com ele relações de implicação cognitiva.” E acrescenta: “Tais relações, certamente, não são hoje conscientes para as modalizações semânticas dos falantes, mas foram essas mesmas relações implicativas que originaram que este *lá* derivasse do *lá* espacial. Podemos dizer que a palavra é a mesma, tendo abstractizado nocionalmente a vertente locativa (que não desaparece totalmente) e acentuado a vertente da inacessibilidade ou impossibilidade do que se afirma.” Finalmente, Franco (op.cit.: 300), ao abordar a partícula modal *cá*, e recordando Bühler (1965), sugere o seguinte: “Numa perspectiva contrastiva, vale a pena salientar que a PM *cá* não perdeu

⁷⁸ Convém entretanto aqui lembrar com Costa (2008: 39) que “para se saber o significado de cada advérbio, pode ser necessário considerar não só o seu significado, mas também a posição ocupada pelo advérbio na frase.” E apresenta como exemplo «*Eu lá tenho vontade de ir ao cinema!*» que podemos contrapor com «*Eu tenho vontade de ir lá ao cinema*». Na realidade, o *lá* denota aqui valores distintos, dependentes da sua posição na frase: no primeiro caso, um valor modal; na segunda ocorrência, um sentido de localização espacial.

⁷⁹ Entenda-se aqui o funcionamento dos valores temporais por analogia com o dos valores espaciais. Matos refere, em nota de rodapé, que os marcadores de estrutura conversacional perdem a significação lexical por esta se tornar mais restrita.

totalmente também aquela ideia (suplementar) de direccionalidade no sentido da pessoa do falante, que possui dentro do sistema de coordenadas ‘ego-hic-nunc’.”

Estas observações traduzem perspectivas que parecem remeter para a mesma realidade: a relação que com maior ou menor rigor poderemos encontrar entre os valores semântico-cognitivos e os valores modais deles derivados. O que nos leva a questionar: não poderá ser esta uma forma de “fusão” ou de “imbricação” entre a semântica e a pragmática, sustentada por J. Fonseca?

Passemos de imediato à análise de alguns enunciados em que ocorrem *cá* e *lá*, reconhecendo, desde já, com Ramos (2000) que “cada partícula modal pode exprimir diferentes atitudes do locutor consoante o contexto em que o enunciado onde ocorre foi produzido, ou seja, não tem uma função pré-determinada e fixa.” (Ramos, 2000: 229). Daí que, para a descrição de cada partícula modal, seja necessário apresentar a situação de comunicação que possibilite o seu enquadramento e a consequente clarificação da intenção comunicativa. Além desta descrição, consideraremos ainda estas partículas integradas em expressões fixas.

3.2.1. Valores de *cá*

3.2.1.1. Ocorrências em frases do tipo imperativo

- Situação de comunicação: Na rua, um larápio encosta uma arma às costas de um transeunte e diz:

(1) Passa para *cá* a carteira!

Embora o *cá* não funcione aqui como advérbio de lugar, há porventura alguns traços de localização espacial que parecem, à primeira vista, manter-se, sobretudo a ideia de direccionalidade no sentido do falante - referência que aponta para uma evidência dítica e que se verifica nos enunciados seguintes. No entanto, não é essa a interpretação que o locutor e o alocutário lhe atribuem no acto comunicativo, mas sim a de uma ordem, ou melhor, uma ameaça em que o *cá* se modaliza e do sentido do lugar deriva para o sentido de posse (=Passa a carteira para a minha posse), facto que se confirma na situação seguinte. Por outro lado, a partícula modal *cá* explicita o reforço da ordem, já que ela pode existir sem *cá*, e, conseqüentemente, a autoridade (atitude autoritária) do larápio, revelando a intenção de intimidar e subjugar a vítima para que esta lhe ceda a carteira. Note-se que este reforço da ordem é comum às duas situações seguintes.

Associado à força ilocutória da forma verbal, ao factor prosódico (a entoação) e a recursos extralinguísticos, como sendo os gestos, o *cá* pode ainda ajudar a expressar a atitude de violência gerada no decorrer do acto discursivo.

- Situação de comunicação: Em plena aula, o professor, ao aperceber-se que um aluno manuseava um telemóvel, dirige-se a ele e diz:

(2) Passa para *cá* o telemóvel

Naturalmente que não é intenção do professor apossar-se do telemóvel nas mesmas circunstâncias em que o larápio se apoderou da carteira. Todavia, o professor exige que o telemóvel passe para a sua posse, mas possivelmente só até ao final da aula. Também não passa pela cabeça do aluno que o professor lhe quer surripiar o telemóvel. Na verdade, evidencia-se aqui a pressuposição pragmática que explicitávamos no ponto 3.1.: ambos sabem que o uso de telemóveis não é permitido na sala de aula, daí que o aluno não interprete a intenção do professor como um assalto, mas sim como uma admoestação, o mesmo estando nas intenções do professor. Refira-se que o uso de *cá*, para além de configurar a ideia de ordem e de posse, poderá simultaneamente traduzir a impaciência do professor, face a uma regra não cumprida.

- Situação de comunicação: Dois amigos estão sentados à mesa de um restaurante e A diz para B:

(3) Passa para *cá* o sal!

Tratando-se de uma frase imperativa como as anteriores, neste contexto o valor de *cá* não é coincidente com o que aí aparece. Com efeito, não se trata aqui de um acto violento nem de uma ameaça e, provavelmente, nem mesmo de uma ordem, mas sim de um pedido, com a finalidade implícita de utilização do produto. É óbvio que esta não é uma forma muito delicada de fazer um pedido, porém, tratando-se de dois amigos, este modo de exprimir o pedido acaba por ser bem tolerado já que envolve familiaridade e até intimidade⁸⁰; seria completamente diferente se se tratasse de pessoas estranhas. Mesmo assim, esta frase poderia eventualmente ser seguida da fórmula de delicadeza “se fazes o favor”, o que imprimiria ao acto comunicativo mais cortesia e suavidade.

⁸⁰ Como já aqui referimos, os valores modais aparecem com mais frequência na linguagem oral.

- Situação de comunicação: Dois estudantes (A e B) estão a trabalhar numa mesa da biblioteca, quando A descobre que há um livro interessante nas proximidades de B. Aí ele diz:

(4) Se não te importas, chega-me *cá* esse livro.

Apesar de se tratar de uma frase imperativa, tendencialmente vocacionada para a ordem, o *cá* parece atenuar essa ordem e levar o enunciado a ser interpretado por B, não como uma imposição da vontade de A mas como um pedido; aliás, a expressão “se não te importas” contribui para reforçar essa atenuação. Por outro lado, dada a proximidade entre os dois interlocutores (estão em presença), a tarefa a realizar por B pressupõe um esforço mínimo, sem grande perda de tempo, o que ajuda a compreender a sua aceitação, sendo o emprego de *cá* justificativo de tal atitude; este enunciado perderia o sentido se, por exemplo, se tratasse de uma conversa telefónica.

Depois de ter o livro nas mãos, A diz:

(5) Ora vamos *cá* ver se encontro o que quero.

Se omitíssemos o *cá*, a boa formação sintáctica do enunciado não seria prejudicada e o sentido da frase seria basicamente o mesmo, mas o efeito comunicativo era diferente. É que o *cá* parece marcar aqui a proposta de consecução imediata da observação que A pretende fazer daquilo que lhe interessa.

- Situação de comunicação: Dois amigos (A e B), que já não se viam há bastante tempo, encontram-se finalmente, dizendo A para B no momento do reencontro:

(6) Dá *cá* um abraço!

Nesta situação, o *cá* assume um valor gramatical idêntico ao do pronome pessoal oblíquo na primeira pessoa (=Dá-me um abraço!). No entanto, do ponto de vista comunicativo, a sua função é a de sublinhar a intensidade emotiva de A, ao procurar trazer junto de si o seu interlocutor através do pedido que lhe faz.

Na sequência do diálogo, A pergunta a B:

(7) Diz-me *cá* como está a tua família.

Mais uma vez poderíamos prescindir da partícula *cá* sem que houvesse alterações significativas na estrutura frásica, todavia, ao introduzir o elemento modal,

salienta-se o interesse e a ansiedade do locutor em chamar o alocutário ao diálogo para saber notícias da sua família e assim satisfazer a sua curiosidade. Paralelamente, o *cá*, associado à interrogativa indirecta, parece estabelecer aqui um valor fático.

- Situação de comunicação: Duas vizinhas (A e B) desentenderam-se e A grita para B:

(8) Ouça *cá*, não pense que tenho medo de si.

Para além de o *cá* ser a forma usada pelo falante para estabelecer ou manter o contacto com o seu interlocutor e tentar prender a sua atenção para aquilo que vai dizer, convidando à comunicação e ao diálogo, expressa simultaneamente a indignação do loquente e a advertência que pretende fazer.

3.2.1.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo

- Situação de comunicação: Dois indivíduos (A e B) estão na esquina da rua a conversar quando do outro lado passa o seu amigo Marçal acompanhado de uma bela rapariga loura. Nessa altura, diz A para B:

(9) O Marçal tem *cá* uma namorada!

Estamos perante mais um caso em que o *cá* não é imprescindível à estrutura frásica, não deixando de o ser numa perspectiva funcional ou pragmática. Repare-se que, neste contexto, a partícula modal sublinha a admiração do loquente relativamente àquilo que os seus olhos percebem (a companheira do Marçal), levando o co-loquente a inferir a razão de ser do seu espanto, uma vez que o campo perceptivo é comum e B só tem que olhar de modo a observar o objecto que motiva a admiração de A, sendo por isso desnecessário incluir qualquer especificação complementar no enunciado produzido.⁸¹ De salientar a importância do determinante indefinido junto do nome “namorada”, que contribui para que a admiração traduzida por *cá* seja reforçada. Veja-se o contraste com «*O Marçal tem cá a namorada*»: a utilização do determinante definido e a ausência da entoação exclamativa fazem de *cá* uma forma de localização espacial. Por outro lado, a confirmação de que *cá* é relevante na frase obtém-se através da comparação com «*O Marçal tem uma namorada!*». Neste caso, a frase precisa de uma prosódia muito marcada para obter o mesmo efeito. De salientar ainda que se o campo perceptivo não fosse comum, B recorreria a uma pergunta ou a um pedido de

⁸¹ Naturalmente que o objecto que origina a surpresa de A vai também causar surpresa a B, presidindo a esta comunhão de ideias e reacções factores de natureza sociocultural.

esclarecimento a fim de reconstituir a pressuposição e identificar as qualidades físicas da rapariga. Repare-se que *cá* é neste como noutros contextos um operador de emoções e sentimentos (associado ao factor prosódico), o que indica a ausência da dimensão espacial que o caracterizava enquanto advérbio.

- Situação de comunicação: A chega a casa de B e exclama:

(10) Estou *cá* com uma larica!

Apesar de se tratar de uma frase exclamativa, desta vez não se exprime a admiração ou o espanto ao usar a partícula *cá*, mas sugere-se a intensidade da fome que o locutor sente. Muitas vezes, a um enunciado deste tipo é adicionada uma expressão como “que não fazes ideia” ou “que nem imaginas” ou ainda “que nem calculas”, o que vem reforçar a expressão dessa sensação intensa de fome. De realçar que o determinante indefinido, posposto ao *cá* e anteposto a “larica”, se conjuga com a partícula de forma a fazer sentir ao alocutário que não se trata de uma fome que se pode especificar ou definir, de tal maneira ela é intensa. Por outro lado, ao fazer sentir a B que a sua vontade de comer é enorme, A pode ter a intenção de com este enunciado levar B a agir, procurando a comida que tanto deseja. Ou seja, em determinadas circunstâncias enunciativas, esta proposição pode ser interpretada como um pedido indirecto, embora de forma implícita.

3.2.1.3. Ocorrências em frases de tipo declarativo

- Situação de comunicação: Ao chegar a meia-noite, o empregado do café (A) pede ao cliente (B) para sair, uma vez que tem ordens do patrão para fechar o café àquela hora. No entanto, B, não querendo sair, barafusta com A, ao que este responde:

(11) Eu *cá* só cumpro ordens.

Ao empregar *cá*, o falante pretende reforçar o *eu*, de modo a deixar bem vincado que a decisão de fechar o café não é da sua pessoa, mas de outrem.

Se modificássemos a pontuação ou a ordem sintáctica das palavras, teríamos as seguintes realizações:

(11a) Eu, *cá*, só cumpro ordens.

(11 b) Eu só cumpro *cá* ordens,

(11 c) Eu só cumprio ordens *cá*.

(11 d) *Cá*, eu só cumprio ordens.

Note-se que enquanto em (11) o *cá* ocupa um lugar fixo, imediatamente posposto ao pronome pessoal, formando com ele um bloco, em (11 a) - (11 d) o *cá* separa-se do pronome quer com a utilização da vírgula, quer com a sua mobilidade na frase. Trata-se de um teste que marca a distinção entre o comportamento sintáctico de uma partícula com função modal (em (11)) e um advérbio de lugar com função de localizador espacial (em (11 a) - (11 d)), mantendo estas as suas propriedades semânticas independentemente da posição que ocupa na frase.

Há ainda outros testes que poderão marcar estes comportamentos e valores contrastivos: como partícula modal, o *cá* não constitui um sintagma de frase, enquanto que como advérbio forma o sintagma adverbial; o *cá*, sendo partícula modal, não pode ser interrogável, ao passo que como advérbio responde à pergunta “onde?”; como partícula modal, *cá*, quando ocorre conjuntamente com negação apenas surge antes dela, o que não acontece com o advérbio, que pode aparecer em posições diversas. Estes e outros testes permitem identificar não só o *cá*, mas todas as outras partículas modais e distingui-las dos advérbios (Franco, op. cit.: 95 e ss.).

Um outro aspecto que deve ser aqui referido é o facto de *cá* modal só se combinar com pronomes pessoais de primeira pessoa:

(12) Eu *cá* não gosto de futebol.

(13) Nós *cá* não gostamos de futebol.

(14) * Tu *cá* não gostas de futebol.

(15) * Vós *cá* não gostais de futebol.

(16) * Ele/ela *cá* não gosta de futebol.

(17) * Eles/elas *cá* não gostam de futebol.

As observações que aqui deixamos, embora sendo genericamente de natureza sintáctica – e não é nosso objectivo desenvolvê-las neste trabalho – ajudam a entender a distinção entre partículas modais e advérbios, e a evitar interpretações, por vezes, desajustadas e incongruentes.

Em lugar de surgir posposta ao pronome pessoal, a partícula modal *cá* pode preceder um nome próprio, que identifica o próprio enunciador, e, nesse ponto de vista, mantém-se o valor de reforço do *eu*:

(18) *Cá* o Manuel só cumpre ordens.

- Situação de comunicação: Ao escrever a B, que vive em Lisboa, A dá-lhe a seguinte notícia:

(19) O João *cá* veio visitar-me.

Ao usar *cá*, A anuncia a concretização de uma visita já esperada que tinha sido combinada ou prometida anteriormente. Daí que, se acrescentássemos a este enunciado a frase “como tinha prometido” ou se fizéssemos preceder o *cá* da partícula modal “sempre”, B concluiria ainda com maior clarividência que tinha havido uma conversa prévia entre os interlocutores deste acto comunicativo, no sentido de programar esta visita. Repare-se que se fizéssemos preceder a forma verbal de *cá*, estaríamos na presença de um advérbio de lugar:

(20) O João veio *cá* visitar-me.

pelas razões que apontámos na situação anterior.

- Situação de comunicação: A procura na sua biblioteca, e na presença de B, um livro que este lhe tinha pedido. Ao encontrá-lo, diz:

(21) Ora *cá* está o livro que me pediste.

Ao empregar *cá*, A apresenta ou anuncia algo que apareceu, depois de algum tempo e esforço de procura, exprimindo, assim, a sua satisfação.

Depois de B muito insistir para que A recitasse uma determinada passagem desse livro, este decide-se fazê-lo, dizendo:

(22) Então, *cá* vai.

Com a utilização de *cá*, o falante visa anunciar que a leitura vai começar, que vai iniciar-se a exposição do que pretende fazer.

- Situação de comunicação: Ao discutirem gostos alimentares, A diz para B:

(23) Gosto de carne, agora *cá* de peixe...

(24) Vocês fazem *cá* ideia da carga de trabalhos que é tirar as espinhas ao peixe.

Em (23), o emprego de *cá* reforça o valor opositivo da proposição (não gosto de peixe), sendo “agora” fundamental para expressar esse valor⁸²; sublinha-se o contraste que dita a preferência do locutor. Em (24), a ideia de negação estabelecida por *cá* só é possível se esta partícula surgir posposta ao verbo. Já o mesmo não acontece com o advérbio de negação “não” – sinónimo de *cá* neste contexto – que surge obrigatoriamente antes do verbo (*Vocês não fazem ideia...*).

3.2.1.4. Formas fixas

São várias as expressões fixas usadas, sobretudo na língua falada ou coloquial, e que mostram que o morfema *cá*, que tem por vezes correlação com *lá*, se esvaziou em maior ou menor grau do sentido de localização espacial que possui como advérbio de lugar. Vejamos alguns exemplos:

(25) O João anda sempre *cá e lá* / para *cá* e para *lá* por motivos de negócios.

Com esta expressão, pretende-se sublinhar a vida agitada do João, que vai constantemente de um lado para o outro, num frenesim permanente, o que evidencia que se mantêm alguns traços de localização espacial.

(26) O melhor negócio é o do toma *lá dá cá*.

Emprega-se esta expressão para dar a entender que se trata de uma troca por troca na hora do negócio, onde tudo fica concluído, não havendo lugar a eventuais arrendimentos futuros e prejuízos para qualquer das partes.

(27) A tem um relacionamento com B tu *cá* tu *lá*.

Trata-se aqui de uma expressão que ilustra o relacionamento de familiaridade e de intimidade entre A e B, sem formalidades ou deferências sugeridas pelo *tu*. O *cá* e o *lá* marcam a reciprocidade da forma de tratamento.

(28) A zanga-se por *dá cá* aquela palha.

Procura-se aqui sugerir que A se zanga por tudo e por nada, ou seja, com frequência e espontaneidade, sem motivos aparentes que o justifiquem. Nota-se que o

⁸² Se omitíssemos a partícula modal *cá* o valor opositivo mantinha-se, marcado por *agora*.

termo *cá* apresenta aqui um menor índice espacial, comparativamente com as ocorrências anteriores.

3.2.2. Valores de *lá*

3.2.2.1. Ocorrências em frases do tipo imperativo

- Situação de comunicação: À mesa, diz a mãe para o filho:

(29) Acaba *lá* de comer a sopa!

Ao empregar a partícula modal *lá*, o enunciador procura atenuar o acto directivo de ordem e simultaneamente sublinhar a sua impaciência, ao tentar fazer com que o seu interlocutor cumpra a tarefa designada pela perífrase verbal. Note-se que a entoação desempenha aqui um papel fundamental, em virtude de permitir criar matizes diversos que podem ir da ordem ao pedido ou ao conselho. Assim, se a mãe disser ao filho:

(30) Dá-me *lá* a colher que eu ajudo-te.

a partícula *lá* é agora usada como forma de exprimir um pedido e não uma ordem.

Já não se passa o mesmo, do ponto de vista funcional, quando a mãe diz:

(31) Ó filho, vê *lá* se comes a sopa para seres um homem.

Neste caso, trata-se de um conselho e para o exprimir o loquente terá usado a partícula *lá*, coadjuvada pelo emprego do vocativo, sendo a entoação também relevante. Já em (32), em conjugação com a entoação com que este enunciado é produzido e com o uso da interjeição de impaciência “hem”, a partícula modal *lá* salienta aqui uma ameaça subjacente:

(32) Vê *lá* se comes a sopa, hem!

- Situação de comunicação: Na aula, o professor, ao ver a lentidão do aluno na realização do trabalho, vai dizendo:

(33) Vá *lá*, continue!

Através da partícula *lá*, o locutor tenta incitar o alocutário com insistência para que a tarefa se realize o mais rápido possível. O *lá* pode, além disso, permitir aqui outra interpretação: uma forma de encorajamento para que continue a sua tarefa - o professor

deseja que continue ou que seja ainda melhor, apesar da hesitação que aquele denota. Também aqui a entoação se revela pertinente.

Depois de ver tanta e tão forte insistência por parte do professor, um outro aluno intervém:

(34) Deixe-o *lá*, sr. professor, que está cansado.

Nesta situação, o aluno que interferiu pretende convencer o professor a interromper a sua intervenção junto do colega, usando como argumento o seu cansaço. Trata-se de um apelo, vincado pela forma *lá* e pelo vocativo.

No entanto, o professor, que não gostou da intervenção do aluno, ordena:

(35) Cale-se *lá* e trabalhe.

Posposto ao acto de ordem expresso pelo verbo no imperativo, o *lá* parece vir atenuar o carácter súbito e desabrido ou excessivo da ordem, que por esse facto não deixa de ser ordem.

Por sua vez, o aluno, revelando obediência, responde:

(36) Desculpe *lá*!

Neste caso, a partícula modal *lá* cumpre a função de reforçar o pedido de desculpas e de atenuar os efeitos do comportamento do falante, conferindo ao mesmo tempo ao discurso um tom de polidez.

Finalmente, o professor, reparando que havia de facto cansaço nos seus alunos, diz:

(37) Esperem *lá*, o melhor é fazermos um intervalo.

Se omitíssemos o *lá*, a estrutura da frase não sofreria alterações significativas, todavia, ao nível comunicativo, esta palavra vem sublinhar e reforçar esse momento que é pedido pelo loquente aos seus interlocutores para que a exteriorização da sua ideia possa ser possível.

- Situação de comunicação: O professor, irritado com o mau comportamento do aluno, diz:

(38) Ouça *lá*! Estou farto de o avisar.

A partícula *lá* é desta vez usada com valor fático – tentativa de estabelecer ou manter o contacto com o interlocutor e o convidar a ouvir – mas tem ainda a função de

advertir o ouvinte e expressar a impaciência e a indignação do falante, dependendo estes valores do factor entoação.

Porém, o aluno continua com o mesmo comportamento e o professor volta a intervir, ordenando:

(39) Ponha-se lá fora!

Temos, neste caso, o *lá* não como atenuador da ordem, mas como intensificador dessa mesma ordem, na medida em que o seu funcionamento na frase, associado ao advérbio “fora” e à forma verbal, sugere o carácter brusco, violento e peremptório de alguém que age com indignação e determinação, e espera que a acção expressa pelo verbo se concretize de imediato. Embora o *lá* apresente um grande sentido de localização espacial, reforça o acto directivo, facto que se pode comprovar com o contraste «*Ponha-se ali fora*», em que o *ali* surge como localização espacial.

- Situação de comunicação: A, devendo favores a B, ofereceu-lhe um presente, tendo este, por sua vez, agradecido entusiasticamente a oferta. Aí, A responde:

(40) Ora vê *lá*!

Com este acto de fala, A pretende desvalorizar ou minimizar a oferta, assumindo a partícula modal *lá* esse valor. Ou seja, ao usar *lá*, o enunciador está a querer dizer ao seu interlocutor que a oferta não merece o agradecimento, tal é o seu reduzido valor. Este enunciado poderia ser seguido do segmento discursivo “Que grande coisa”, representando esta expressão um valor irónico, ao significar precisamente que é uma coisa de pouco valor ou sem importância, o que reforça a ideia de desvalorização.

3.2.2.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo

- Situação de comunicação: A, ao observar a nota obtida e registada na pauta dos resultados do exame que realizou, exclama para B:

(41) Vá *lá*, podia ter sido pior!

Neste enunciado, a partícula *lá* sublinha a aceitação do resultado, não tão bom como se desejaria, em que *lá* expressa a reacção do falante que, resignando-se, se vê obrigado a concordar com ele. Lapa (1979) entende este *lá* enquanto marca de “uma concessão como que arrancada a custo.”

B, por sua vez, ao inteirar-se dos maus resultados que se verificam na generalidade, exclama:

(42) Eh lá! Que catástrofe!

É fundamentalmente a expressão de uma reacção emocional de surpresa e de admiração face ao que observa que o falante acusa ao usar a partícula *lá*, não esquecendo o papel de reforço que a interjeição “eh “ desempenha. A segunda frase acaba por funcionar como uma explicação e uma confirmação da surpresa manifestada.

Entretanto A exclama com algum desespero:

(43) Eu tenho *lá* cabeça para estudar!

Se em alguns enunciados já analisados colocámos a hipótese de omitirmos a partícula modal sem que daí adviessem prejuízos de maior para a estrutura frásica, a mesma hipótese não pode ser aqui equacionada, já que se o fizéssemos alterar-se-ia completamente o sentido da proposição, isto é, teríamos um sentido oposto ao que efectivamente ela produz com a presença da partícula. Daí o facto de se entender comumente que neste contexto a partícula modal funciona como um advérbio de negação (=Eu não tenho cabeça para estudar!), sendo a sua posição na frase distinta da deste: a partícula modal *lá* aparece obrigatoriamente posposta ao verbo, enquanto que o advérbio de negação “não” surge anteposto. Assim sendo, deduz-se que o *lá* nega o conteúdo do verbo.⁸³ De qualquer forma, somos de opinião que não podemos, nem devemos reduzir a partícula *lá* à condição de morfema equivalente ao advérbio “não”. Embora identifiquem o mesmo sentido, a partícula modal tem, do ponto de vista funcional, outra expressividade que o próprio tipo de frase (exclamativa) ajuda a reconhecer e que o advérbio de negação não consegue atingir. Por outro lado, parece-nos pertinente salientar que, ao usarmos esta frase, o *lá* parece envolver, a par da ideia de negação, alguma dúvida implícita, uma vez que não há uma confirmação definitiva e o locutor espera que o alocutário confirme ou não a sua asserção. Além disso, pode ainda sugerir alguma falta de vontade, de interesse ou de preocupação pelo assunto por parte do locutor; diferentemente, ao utilizar o advérbio de negação, o locutor passa a ter todas as certezas, está plenamente consciente da sua impossibilidade (não consegue) e pode inclusivamente denotar alguma frustração. No primeiro caso, o falante nega a

⁸³ Teixeira (2005: 457) vê no *lá* modal, neste contexto, uma palavra ‘originária’ do *lá* locativo, em que a vertente locativa se torna abstracta e a vertente da inacessibilidade ou impossibilidade se acentua. Com base nesta perspectiva, teríamos no nosso exemplo um *ter cabeça* inacessível, longínquo e impossível, correspondendo, por esse facto, a um *não ter cabeça*.

impossibilidade, mas como hipótese, ao passo que no segundo caso há uma negação absoluta e confirmada.

Finalmente, A pergunta a B pelo resultado do colega João, tendo obtido como resposta:

(44) *Sei lá!*

Tal como no exemplo anterior, a partícula *lá* nega o conteúdo da forma verbal “sei”, sendo a frase vulgarmente considerada como equivalente de “Não sei!”. No entanto, pelas razões evocadas anteriormente, seria precipitada e simplista uma proposta que fizesse coincidir as duas proposições. Na verdade, considerada numa perspectiva pragmática, a partícula modal *lá* – forma de negação e exclamação – nega o conhecimento dos resultados do João, não por não ter tido acesso a ele, mas por isso não lhe suscitar interesse ou preocupação, embora noutros contextos possa funcionar como um misto de negação e dúvida gerado pela entoação; pelo contrário, o advérbio “não” nega o conhecimento do mesmo resultado por impossibilidade ou falta de acesso a esse conhecimento. Dito por outras palavras: usando a partícula modal *lá*, B não sabe porque não quer; usando o advérbio de negação “não”, B não sabe porque não pode.

3.2.2.3. Ocorrências em frases do tipo declarativo

- Situação de comunicação: A pergunta a B pelo João, ao que B responde:

(45) Tem estado muito doente, mas ontem *lá* se sentou à mesa.

A partícula modal *lá* serve aqui um acto de fala em que se pretende confirmar que o João revela algumas melhoras. Embora continue doente, o facto de se ter sentado à mesa evidencia alguma recuperação. Faz parte do saber dos falantes que quem está muito doente não pode ir para a mesa por falta de forças ou outras razões. Ora, partindo deste conhecimento, B só pode interpretar este enunciado da seguinte maneira: o João tem estado muito doente, mas ontem, a muito custo ou com muito esforço, conseguiu tomar a sua refeição à mesa, o que indicia que o seu estado de saúde já não é tão grave como antes.

- Situação de comunicação: Na aula, ao observar o mau comportamento do aluno A, diz o professor:

(46) *Lá* está ele a portar-se mal.

Aqui, o valor modal de *lá* está no facto de sugerir, não o lugar onde o aluno se encontra, mas a repetição do seu comportamento desajustado, quer dizer, o seu comportamento habitual. Trata-se, pois, de sugerir um valor iterativo, podendo, simultaneamente, e de acordo com a entoação, traduzir o agastamento do falante. Por outro lado, esta pode ser uma forma de indirectamente levar o alocutário a corrigir esse comportamento. Nesse sentido, tomaríamos o *lá* como a expressão do desacordo implícito, relativamente à acção manifestada pelo alocutário (Carreira, 2001: 126). É curioso que o *tu* da situação interlocutiva é apresentado sob a forma de terceira pessoa, estratégia usada pelo locutor para marcar uma distância relativamente ao alocutário (não pensam ambos da mesma maneira) e que é reforçada pela partícula *lá*. Esta distância parece ser criada justamente com o objectivo de intensificar o desacordo existente. Não se tratando de um *lá* espacial, embora pareça ser dele derivado, na medida em que poderíamos ver aqui uma evolução – o esvaziamento da noção de distância ou do afastamento físico entre o locutor e o alocutário, isto é, a dimensão locativa torna-se abstracta nocionalmente: encontram-se afastados, não propriamente no espaço físico, mas no “espaço mental”. É o percurso que medeia entre o operador semântico e o operador discursivo.

- Situação de comunicação: Tendo A perguntado a B qual a data prevista para a conclusão do seu trabalho, este responde:

(47) Só acabarei este trabalho *lá* para Setembro.

Apesar de o *lá* não estar completamente desvinculado de um sentido de localização temporal afastada, parece comportar-se aqui essencialmente como um modalizador; tem mais efeito modal do que temporal. Assim, mostra que B não tem a certeza da data precisa em que vai acabar o trabalho, ou seja, retira a precisão ao indicador temporal “Setembro”. De forma que, se excluirmos o *lá*, a frase “Só acabarei este trabalho para Setembro” passa a denotar que B tem a certeza da data de conclusão do trabalho, determinando o nome “Setembro” uma localização precisa.⁸⁴

⁸⁴ A partícula *lá* parece ser exigível com eventos, ao passo que a preposição *para* é aceitável com estados. Daí que a frase “? Só acabarei este trabalho para Setembro” não seja muito aceitável; seria preferível a construção “Só acabarei este trabalho em Setembro”, mas a frase “Este trabalho ficará para Setembro” já é completamente aceitável, em virtude de se tratar de um estado. (cf. Oliveira, 2003: cap. 6)

3.2.2.4. Ocorrências em frases do tipo interrogativo

- Situação de comunicação: A encontra B na rua e pergunta:

(48) Então, como vai *lá* isso?!⁸⁵

A partícula *lá* é aqui usada por A como uma maneira informal de cumprimentar B. Poderíamos excluir a partícula modal pelas mesmas razões que já adiantámos em exemplos anteriores, no entanto, do ponto de vista pragmático, o enunciado ficaria mais pobre. É que a partícula modal confere ao acto de fala determinadas expectativas por parte do locutor que não se verificam na sua ausência. Assim, o *lá* parece registar uma certa proximidade afectiva, intimidade e familiaridade, interesse pela pessoa. Não se trata de saber da vida íntima do interlocutor, nem tão-pouco de obter uma resposta à pergunta - pois trata-se de uma interrogativa com intenção exclamativa -, mas de usar simplesmente uma expressão que pode ou não ser acompanhada do gesto do aperto de mão e que visa essencialmente saudar o alocutário. No caso de omitirmos a partícula, uma eventual resposta à pergunta tornar-se-ia muito mais evidente, porquanto o locutor pode ter interesse ou preocupação em saber como está o seu interlocutor, dependendo muitas vezes esta interpretação de factores de ordem prosódica e / ou extralinguística.

- Situação de comunicação: A, ao ver que B produzia um ruído esquisito que o incomodava, diz:

(49) Podes *lá* parar com isso?!

Trata-se de um acto ilocutório directivo indirecto que é aqui realizado através de um pedido que visa satisfazer a vontade do locutor, sob a forma de um enunciado de tipo interrogativo com intenção exclamativa (Gouveia, 1996: cap. 8). O que acabámos de explicitar mantém-se se excluirmos a partícula modal *lá*; a sua inclusão no enunciado vem acrescentar a impaciência e a perturbação do locutor e, simultaneamente, ajudar a atenuar os efeitos da força ilocutória do acto directivo (Casanova, 1996: cap. 8)

- Situação de comunicação: A, ao ser confrontada com as críticas de B sobre a maneira como anda vestida, diz:

(50) E que tem *lá* isso?

⁸⁵ Esta ocorrência pode não ser reconhecida por todos os falantes, havendo, todavia, regiões onde se utiliza.

Verifica-se, nesta situação, que A responde às críticas de B com uma pergunta, recusando-se a atribuir importância ao facto. Logo, a partícula *lá* assume aqui a função de reforçar a negação da importância que B tenta atribuir ao acontecimento: isso não tem importância nenhuma. Note-se que A não espera uma resposta de B a esta pergunta; apenas pretende fazer-lhe sentir que não confere qualquer importância ao assunto. Quer dizer, desvaloriza ou secundariza o acontecimento, distancia-se dele, uma vez que não é assunto de que lhe interesse falar.

3.2.2.5. Formas fixas

O *lá* integra por vezes expressões que adquiriram um sentido próprio e que só funcionam com base no seu todo, na sua globalidade. Tal como vimos em relação a *cá*, há um esvaziamento da forma *lá* enquanto advérbio de lugar, conjugando-se muitas vezes com este morfema, conforme apresentámos já exemplos que não vamos aqui repetir. Observemos os exemplos seguintes:

(51) Já lá vai o tempo em a família se reunia ao serão.

Ao empregar esta expressão, o falante recorda com saudade um estilo de vida que se projecta num passado longínquo - tempo em que a família se reunia – em contraposição com um presente em que essa relação se desvaneceu.

(52) Seja lá quem for deve ser castigado pelo acto que cometeu.

(52 a) Seja lá como for deve ser castigado pelo acto que cometeu.

Fazendo uso destas expressões, o falante exprime valores de incerteza e dúvida.

(53) Sabe lá Deus se chegamos amanhã.

Também neste caso se sublinha o valor da incerteza que é aqui extensiva a Deus: nem Deus sabe.

(54) Não penses mais no que te aconteceu. O que lá vai lá vai.

O uso desta expressão por parte do falante tem por função levar o seu interlocutor a desvalorizar o passado, a esquecer-lo, em virtude de ele trazer más recordações.

(55) Dizes-me que não aprecias o futebol. Lá como cá.

Com esta expressão, o falante quer dizer que tem a mesma opinião do seu interlocutor, podendo ser equivalente a “eu também não”.

4. Valores funcionais de *aqui*, *aí* e *ali*

4.1. Valores de *aqui*

4.1.1. Ocorrência em frase do tipo imperativo

- Situação de comunicação: Na praia, A, vendo o seu filho a afastar-se, grita:

(56) João, (já) *aqui*!

É um enunciado de tipo exclamativo, mas que funciona efectivamente como uma frase imperativa. Trata-se, neste caso, de um acto ilocutório directivo em que o *aqui* sublinha essencialmente a vontade do locutor em levar o alocutário a aproximar-se imediatamente do local onde se encontra. Este valor de ordem mostra, neste contexto, sobrepor-se ao seu valor locativo, embora este não esteja ausente.

4.1.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo

- Situação de comunicação: A, depois de procurar demoradamente um determinado livro na biblioteca, ao encontrá-lo exclama para B:

(57) Ora, *aqui* está ele!

Com o emprego de *aqui*, o falante não pretende indicar propriamente o local onde se encontra o livro, mas que encontrou finalmente aquilo que tanto procurou, registando por isso um certo alívio que a exclamação ajuda a entender. Lembrando uma vez mais Costa (2008), a posição de *aqui*, em (57), cria uma certa modalidade, comparativamente com «*Ora, ele está aqui!*», em que denota um valor espacial de base.

- Situação de comunicação: A pediu a B para lhe emprestar um livro de linguística. Algum tempo depois, voltam a encontrar-se, exclamando B:

(58) *Aqui* tens o que me pediste!

Tal como na situação anterior, o falante, ao produzir este enunciado, não tem propriamente a intenção de apontar o lugar que ocupa o objecto que tem nas mãos – embora o sentido de localização espacial esteja presente –, mas de exhibir ou apresentar e entregar com toda a satisfação ao seu interlocutor aquilo que lhe tinha sido pedido. Para

realizar este acto de entrega, o falante poderia ter dito simplesmente “toma lá”, porém, a expressão usada parece envolver um maior grau de educação e de cortesia.

4.1.3. Ocorrências em frases do tipo declarativo

- Situação de comunicação: No hospital, o paciente A diz para B:

(59) Anda *aqui* a gente cheia de dores e ninguém nos liga nenhuma.

Poderíamos, também neste caso, omitir a forma *aqui* sem que o sentido básico do enunciado sofresse alterações. No entanto, este morfema representa, ao nível funcional a indignação e o clamor do falante face ao seu estado de saúde e à indiferença que sente por parte de quem dele deveria tratar. Naturalmente que o valor espacial não poderá ser absolutamente esquecido, todavia parece ser aqui subalternizado em favor de outros valores.

- Situação de comunicação: À entrada da porta, o marido, acompanhado de alguém, anuncia:

(60) Pronto, mulher, *aqui* está o nosso hóspede.

Com o emprego de *aqui*, o falante deseja chamar a atenção e apresentar o seu convidado que acaba de chegar, expressando a interjeição de confirmação “pronto” uma intensificação do anúncio da chegada já esperada. Comparando (60) com «*Pronto, mulher, o nosso hóspede está aqui.*», a posição ocupada por *aqui* permite concluir que há alguma modalidade no primeiro caso e apenas localização espacial no segundo.

- Situação de comunicação: A tem conhecimento de algo, mas não quer que isso seja divulgado.
Então diz para B:

(61) Vou contar-te uma coisa, mas fica *aqui* entre nós.

Embora não se possa excluir completamente a noção de espaço, o *aqui* envolve fundamentalmente a ideia de segredo, de confidência; conta-se algo que não deve sair do momento e do lugar em que é contado, isto é, não deve ser transmitido a ninguém.

4.1.4. Formas fixas

São várias as expressões feitas que usamos sobretudo na linguagem oral e às quais não é inteiramente alheio o valor locativo. Analisemos algumas:

(62) Fui à padaria, paguei o pão e agora vejo que o troco não está certo. Mau, aqui há gato!

Com esta expressão, o falante quer dizer que há naquele acto irregularidades que não quer aceitar ou desconfiança delas; pensa ter sido enganado pela astúcia de outrem.

(63) O míldio começou a atacar as plantas. Há já focos da doença aqui e ali.

Esta expressão permite sublinhar que a doença não está generalizada; há pontos dispersos onde ela se faz notar.

(64) Se ele gritasse “aqui d’el rei, quem me acode!” poderia ter-se visto livre dos assaltantes.

A expressão sublinhada indica que a pessoa que a enuncia está em perigo ou dificuldade e necessariamente pede socorro.

4.2. Valores de *aí*

4.2.1. Ocorrências em frases do tipo imperativo

- Situação de comunicação: A, vendo que B está a dizer coisas sem nexos, interrompe-o:

(65) Cala-te *aí*, homem, que só dizes asneiras!

O locutor realiza um acto ilocutório directivo, manifestando vontade que o alocutário realize uma tarefa: calar-se. Trata-se de uma ordem expressa pela forma verbal e reforçada pela forma *aí* e pelo vocativo, não deixando o locutor de justificar essa ordem através da proposição “que só dizes asneiras”. Note-se que o *aí* também reflecte o ímpeto e a autoridade do locutor. Se substituíssemos *aí* por *lá*, obteríamos um enunciado com um maior grau de modalidade, o mesmo acontecendo em (66).

- Situação de comunicação: O aluno está a bater com o lápis na mesa, o que provoca um ruído desagradável. O professor chama-o à atenção:

(66) Pára *aí* com isso!

Estamos perante mais um caso em que a exclusão da partícula pode resultar em perda no plano comunicativo. Na verdade, o *aí* vem trazer uma maior intensidade à

ordem e o reconhecimento da autoridade e da indignação do locutor por parte do alocutário.

- Situação de comunicação: Ao atrasar-se no exercício de ditado, o aluno diz para o professor:

(67) Espere *aí* um bocadinho, que me atrasei!

O que o aluno pretende é que o professor não avance, que pare no ponto em que o interpelou para conseguir ganhar algum tempo e recuperar a parte do ditado em atraso. Se fizéssemos uma interpretação semântica do *aí*, ele teria de ser considerado numa vertente temporal. Não sendo de excluir o sentido de localização, parece-nos que o *aí* tem também de ser entendido como atenuador do imperativo na sua função de pedido de tempo.

4.2.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo

- Situação de comunicação: A faz uma afirmação com a qual B não concorda. Então B exclama:

(68) Alto *aí*, que não é bem assim!

B procura, com este enunciado, contestar a opinião do seu interlocutor. Discordando dela, dá-lhe ordem para parar de falar com a intenção de poder tomar a palavra e argumentar em seu favor. Repare-se que o *aí*, embora não isento de uma interpretação temporal, visa atenuar a ordem que se estabelece no processo comunicativo. De salientar que *aí* parece dirigir-se mais à pessoa, enquanto que *lá*, nas mesmas circunstâncias, visa sobretudo o assunto.

- Situação de comunicação: A, ao ver B levantar um volume de 150 kg, exclama:

(69) *Aí*, homem!

É através deste enunciado que A exterioriza a sua admiração por B e o reconhecimento das suas capacidades físicas. Para isso contribui o morfema *aí*, bem como o vocativo, que parecem funcionar como forma de incitamento e de aplauso.

- Situação de comunicação: A está sentado diante do palco para assistir a um concerto. Quando o artista chega, A exclama para B:

(70) *Aí* está ele!

Esta exclamação pretende ser um misto de admiração e de satisfação ou entusiasmo manifestados por A ao anunciar ou apresentar a B a chegada do artista ao local onde se encontram, uma vez que foi por certo o primeiro a avistá-lo. Ou seja, A procura dar conta a B da presença do artista e convida-o a inteirar-se da situação com os seus próprios olhos.⁸⁶ Se substituíssemos *aí* por *cá* teríamos a ideia de ter encontrado alguém que procurávamos ou que esperávamos. Por outro lado, se *lá* ocupasse o lugar de *aí*, reconheceríamos um certo afastamento do ponto de vista de localização e a denotação de uma acção habitual, dependendo do contexto e da prosódia. Por isso, *cá* e *aí* parecem apresentar um maior sentido de localização do que propriamente *lá*.

- Situação de comunicação: A, ao comentar com B o entusiasmo gerado pelo festival aéreo, exclama:

(71) Andava *aí* gente!

Com o emprego de *aí* nestas circunstâncias, A tenta transmitir a B a sua admiração pelo elevado número de pessoas que presenciou no festival, mostrando quão concorrido ele foi.

4.2.3. Ocorrências em frases do tipo declarativo

- Situação de comunicação: A vai ao mercado e pede ao vendedor da fruta:

(72) Queria *aí* uns 3 kg de laranjas.

Ao empregar a partícula *aí*, o falante (o comprador) dá a entender ao ouvinte (o vendedor) que não pretende exactamente 3 kg de laranjas, mas aproximadamente esse peso (mais ou menos 3 kg), registando-se por isso uma indefinição e uma indeterminação que é complementada pelo determinante indefinido “uns”.

- Situação de comunicação: A pergunta a B se viu o livro de receitas de culinária, já que o não encontra. B responde:

(73) Foi por *aí* o João que o levou.

Ao produzir este enunciado, B exprime a sua dúvida: supõe que foi o João, mas não tem a certeza (= Foi talvez o João que o levou). Ao apontar o João como possível

⁸⁶ Noutros contextos, a mesma expressão pode ter outra interpretação: sublinhar um comportamento habitual ou repetitivo, como, por exemplo, em «*Aí está ele a gozar comigo!*», sendo o sentido de repetição mais claro se substituirmos *aí* por *lá*.

detentor do livro, há, por certo, alguns conhecimentos prévios que levam a essa desconfiança: o João já lhe tinha falado no livro, o João gosta de ler este tipo de livros, etc.⁸⁷

4.2.4. Ocorrências em frases do tipo interrogativo

- Situação de comunicação: A e B encontram-se no mesmo compartimento. A está sentado a folhear um livro e B está a uma certa distância a procurar uns papéis. Enquanto procura, B vai dizendo que foi A que os perdeu. Ao ouvi-lo falar, A pergunta:

(74) O que estás para *aí* a dizer?

Partindo do princípio que A ouviu e compreendeu o que B disse, esta pergunta só pode ser entendida da seguinte forma: o locutor já conhece o conteúdo das palavras do alocutário, logo, com esta pergunta, este só pode concluir que aquele procura censurá-lo e desvalorizar ou mesmo negar as suas afirmações. Repare-se que esta pergunta, neste contexto, não espera uma resposta, funcionando antes como a expressão da insatisfação ou do desacordo do locutor. É nesta aceção que devemos reconhecer o valor modal do *aí*, ou melhor, da expressão *para aí*, admitindo, todavia, que a sua função como localizador espacial não deve ser desprezada.

Poderíamos também partir do princípio de que o locutor não ouviu ou não compreendeu muito bem as palavras do alocutário. Neste caso, quer saber o conteúdo daquilo que está a ser dito pelo seu interlocutor, solicitando agora uma resposta à pergunta formulada. Entretanto, não devemos esquecer a importância decisiva que, em ambos os casos, a entoação assume, na contribuição que dá para a distinção das duas interpretações.

4.2.5. Formas fixas

Há algumas expressões feitas em que o morfema *aí* se integra e que lhe retiram, pelo menos em parte, o seu valor locativo:

(75) Não existe confiança por *aí* além na vitória.

⁸⁷ Esta ocorrência é frequente em algumas regiões de Portugal. Há contextos em que, apesar de se manter a ideia de dúvida, o *aí* sublinha a recusa do alocutário face às pretensões do locutor, conforme o exemplo ilustra: «*Estás a pedir-me dinheiro? Pensas por aí que eu ando a roubar carteiras ou quê?*»

Não há, na generalidade, uma convicção firme da derrota, mas a confiança na vitória é reduzida, isto é, os adeptos, de uma maneira geral, não acreditam muito na vitória; na opinião do falante, ela não deixa de ser possível, mas as hipóteses de derrota ou empate equacionam-se com mais probabilidade, naturalmente por razões que à partida eles conhecem.

(76) O orador falou dos problemas que afectam a juventude: droga, álcool, marginalidade, prostituição e por aí adiante.

Pretende-se, com esta expressão, enunciar outros itens da mesma natureza dos que acabam de ser indicados.⁸⁸

(77) Dizes que o F.C. Porto vai ser campeão. Aí está! É o que eu sempre disse.

Estamos perante uma expressão que permite ao falante mostrar o seu acordo com aquilo que acaba de ouvir, ou confirmar que a opinião do ouvinte coincide com a sua.⁸⁹

4.3. Valores de *ali*

4.3.1. Ocorrência em frase do tipo imperativo

- Situação de comunicação: A vizinha da Maria, querendo falar com ela, vai à janela e chama:

(78) Ó Maria, olha *ali*!

É frequente na linguagem coloquial, sobretudo em determinadas regiões, o uso de *ali* neste contexto. Ao produzir este enunciado, a vizinha pede à Maria para aparecer em local em que possa avistá-la, ou seja, no seu horizonte perceptivo. Por sua vez, a Maria reconhece que a sua vizinha, ao produzir este enunciado, não quer apenas vê-la, mas tem algo para lhe dizer e quer dizê-lo em presença.⁹⁰ Poderia ter utilizado, em vez desta, a frase “vem cá fora!”, porém, enquanto este acto de fala implica uma ordem com toda a sua rigidez, o anterior atenua o carácter impositivo da ordem, conferindo ao

⁸⁸ Por vezes, utiliza-se, em vez desta, a expressão “e por aí fora”.

⁸⁹ Esta expressão é sinónima de “é isso mesmo!” e pode ser substituída por “aí tens!”.

⁹⁰ Não se pode confundir o *ali* neste contexto com o advérbio de lugar *ali*. No contexto actual, *ali* aparece com um valor modal, ao passo que como advérbio adquire um valor espacial. Devemos, contudo, reconhecer que, mesmo nesta realização, a localização espacial, embora secundarizada, não está completamente ausente.

imperativo uma feição mais suave e delicada, própria do pedido. É neste sentido que o *ali*, associado à forma verbal, funciona na interacção comunicativa.

4.3.2. Ocorrências em frases do tipo exclamativo

- Situação de comunicação: Dois alunos (A e B) desentenderam-se no recreio. A, sentindo-se humilhado e distanciando-se, diz, referindo-se ao seu colega:

(79) Anda *ali* o cabeçudo!

Neste contexto, o *ali* não é usado pelo locutor propriamente para traduzir a localização espacial, mas para sublinhar o carácter da observação. Daí o adquirir valor modal, associado ao predicado ou atributo injurioso (cabeçudo) que introduz. É evidente que podia ter-lhe chamado simplesmente “cabeçudo”, todavia utiliza uma forma mais indirecta, mais modalizada, em jeito de comentário, para o injuriar, tendo aqui a entoação uma considerável importância.

O aluno B, ao ouvir esta provocação, diz:

(80) *Ali* está ele a mandar bocas!

B quer, com este enunciado, confirmar a atitude de A ou mesmo dar a conhecer o comportamento habitual do seu interlocutor: injuriar e desafiar os outros. Neste caso, trata-se de um *ali* modal que tem por função assinalar o aspecto repetitivo ou iterativo da situação.⁹¹ Devemos, no entanto, salientar que pode também tratar-se de um comportamento que ocorra pela primeira vez.

- Situação de comunicação: Referindo-se a uma família pouco preocupada com os filhos, A diz para B:

(81) Estão as crianças para *ali* fechadas!

Através da partícula *ali* e da preposição que a precede, o falante sublinha o abandono das crianças, fazendo-o em tom de comiseração face a elas e de censura e revolta relativamente aos responsáveis por esta situação.

⁹¹ Se alterássemos a ordem sintáctica da frase, *ali* passaria a funcionar como advérbio de lugar: «*Ele está ali a mandar bocas*». Donde se conclui que o morfema *ali* só adquire valor modal se ocupar a posição pré-verbal. Substituindo em (80) *ali* por *lá*, obtemos um enunciado que denota o carácter vincadamente habitual ou repetitivo da situação.

4.3.3. Ocorrências em frases do tipo declarativo

- Situação de comunicação: A diz a B qual foi a sua última passagem pelo Porto:

(82) A última vez que estive no Porto foi *ali* por alturas do S.João.

Ali funciona neste enunciado como um modalizador, na medida em que expressa, não uma data precisa em que o enunciador esteve no Porto, mas indica aproximadamente no tempo a última vez que por lá passou. Quer dizer, esteve no Porto mais ou menos na ocasião em que ali decorrem as festas de S.João, presumivelmente em Junho, mas não tem a certeza da data precisa.

- Situação de comunicação: A conta a B que o seu carro avariou e foi preciso arranjar quem o empurrasse até à garagem:

(83) O carro avariou, mas aquela gente toda *ali* a empurrar conseguiu levá-lo até à garagem.

Com o emprego de *ali*, o falante procura transmitir a B a força ou a intensidade com que todas aquelas pessoas empurravam o carro, ou a força e a intensidade gerada pelo elevado número de pessoas, e que permitiu levá-lo até à garagem. A noção de intensidade é ainda mais evidente se lhe acrescentarmos “com quanta força tinha”, expressão perfeitamente aceitável e esperada.

- Situação de comunicação: A dá conta da sua alegria e do seu entusiasmo a B por Deco ter marcado dois golos à Suécia:

(84) *Ali* está o que se chama um herói.

O emprego de *ali*, para além de sublinhar a forma entusiástica com que o locutor exprime a sua admiração por Deco, permite simultaneamente referir ou apresentar os seus dotes e a sua atitude como jogador, fazendo dele um exemplo.

4.3.4. Ocorrências em frases do tipo interrogativo

- Situação de comunicação: A, ao ver o João a revolver o armário, pergunta a B:

(85) O que é que ele anda para *ali* a fazer?

O efeito modal de *ali* neste contexto parece advir de alguma localização não precisa por oposição à localização precisa que o caracteriza como advérbio.

Este enunciado parece encerrar uma certa ambiguidade interpretativa, que só pode ser ultrapassada se o factor entoação for tomado em consideração. Assim, esta pergunta pode exigir uma resposta, no caso de o locutor querer saber o que de facto o João anda a fazer; a mesma pergunta não espera resposta, na medida em que o locutor já se apercebeu do que ele anda a fazer, o que não lhe está a agradar nada. Logo, esta interrogativa funciona como censura, desagrado e até preocupação face à acção que o João está a praticar.

- Situação de comunicação: A precisa do livro que se encontra na mesa do fundo da sala. Então diz para B:

(86) Vais-me buscar *ali* aquele livro?

Ao empregar *ali*, A refere o objecto livro que gostava de ter junto de si. Porém, o uso de *ali* não parece reduzir-se a esta função. Vejamos: ao fazer esta pergunta, o falante não espera obter uma resposta do seu interlocutor. Com efeito, ela funciona como uma ordem, sendo essa ordem atenuada com o emprego de *ali* e com a própria formulação elaborada sob a forma de interrogativa, o que aproxima este enunciado do pedido. Poderíamos formular a mesma pergunta sem o morfema *ali*, no entanto ele faz falta à interacção comunicativa, uma vez que diminui o carácter impositivo e de realização imediata da acção, confere-lhe um determinado grau de cortesia e, consequentemente, leva o ouvinte a prontificar-se e a realizar com agrado a tarefa que lhe foi pedida, não se sentindo pressionado a cumpri-la. Recorde-se que, neste contexto, *ali* não poderá ser substituído por *lá*.

4.3.5. Formas fixas

Vamos, finalmente, observar algumas expressões fixas que, conservando alguns traços de identificação espacial, assumem valores modais mais proeminentes.

(87) O rapaz anda por aqui e por ali a ver se se governa.

Esta expressão traduz o comportamento frenético ou agitado do rapaz que procura por todo o lado maneira de se governar.

(88) Dizem que os bancos estão em risco de falência. Se eu compreendo isto, eu vou ali e já volto.

Com o emprego desta expressão, o falante nega a acção expressa pelo verbo da frase subordinada (= não compreendo).

96) Dizes que gostas muito de caviar, pois eu não vou daqui *ali* por essa iguaria.

Ao produzir este enunciado, o falante está a querer dizer que não é capaz de fazer um esforço mínimo para ter acesso a essa iguaria, o que significa que, embora goste de caviar, não é um apreciador apaixonado deste manjar.

5. Modalidade vs. Localização

Reservámos para este ponto uma síntese descritiva que nos permita reavivar algumas noções basilares após uma observação aturada do comportamento dos termos em análise quer neste capítulo, quer no anterior. Com efeito, lembramos aqui de novo a exposição que no capítulo precedente realizámos, em virtude de entendermos que os aspectos essenciais nele tratados acabam por se reflectir no que neste capítulo abordamos.

Ao chegar a esta fase do nosso trabalho, ficamos com a plena convicção de que a construção da significação constitui um processo complexo. Na realidade, ela passa, como apurámos, por factores de natureza semântica, mas também de ordem pragmática. Inscrevem-se na dimensão semântica dos advérbios analisados valores básicos de significação que envolvem o carácter informativo que como localizadores (propriedade prototípica) genericamente apresentam. Sendo a sua função mais comum a localização espacial, vimos que podem, em certas circunstâncias, funcionar como localizadores temporais. Mas é essencialmente na sua vertente espacial de base que aqui os tomamos, no intuito de recordarmos o tipo de comportamento que os distingue. Assim, verificamos que, de um modo geral, estes localizadores formam dois grupos distintos: *aqui*, *aí* e *ali* apontam para um espaço definido, visível e acessível; *cá* e *lá* representam um espaço indeterminado e não acessível. Além disso, estabelecemos diferenças de sentido entre os dísticos que compõem cada grupo, e que não vamos aqui repetir, pautando-se essas diferenças pelo maior ou menor afastamento, ou pela maior ou menor acessibilidade, do objecto relativamente ao sujeito de enunciação num sistema de coordenadas “ego, hic et nunc”. Porém, a importância destas palavras na língua não se circunscreve, como vimos, ao seu carácter informativo. Elas têm um papel de relevo no plano funcional ou discursivo – em que o sentido se constrói nas relações interpessoais e interactivas consumadas pelos actos de fala e de que a pragmática se ocupa –

adquirindo aí um valor modal, ou seja, um valor que reflecte a atitude do falante face ao enunciado e que envolve as suas intenções, expectativas ou emoções.

Semântica e Pragmática não formam compartimentos estanques; são antes duas áreas que se completam na construção da significação, como já foi referido, e como é comprovado pela análise que fizemos dos dísticos aqui referenciados. Assim sendo, apesar de estas palavras sofrerem um “esvaziamento” do seu significado lexical no uso que delas fazemos com função ilocutiva, na maior parte das ocorrências que descrevemos verifica-se que o sentido de localização espacial não se perdeu totalmente. Tal como sucede no âmbito da sua função como localizadores, também neste caso distinguimos dois grupos: *aqui*, *aí* e *ali* estão muito próximos do sentido básico de localizadores e, por isso, apresentam um valor modal genericamente mais reduzido do que *cá* e *lá*, que nas mesmas circunstâncias se afastam mais dos valores espaciais. Além disso, com base nas ocorrências que indicámos, podemos admitir na semântica destas palavras uma escala de valores face ao maior ou menor grau de afastamento que elas indiciam relativamente à base espacial, com a seguinte ordem crescente: *aqui*, *aí*, *ali*, *cá* e *lá*. Curiosamente, é também esta a ordem em que se situam em termos de acessibilidade. Daí podermos concluir que, comparativamente, quanto mais inacessibilidade houver do ponto de vista espacial, mais se acentua a predisposição para a observância de valores modais.

6. Conclusão

Na descrição que aqui fica não vamos além de alguns exemplos colhidos entre as inúmeras ocorrências em que as palavras visadas podem aparecer. Foi nosso objectivo, como mencionámos à partida, mostrar em que medida estes morfemas podem adquirir determinados valores que os afastam da tradicional classificação como advérbios de lugar, não abandonando completamente a noção de espaço como a seu tempo fizemos questão de salientar. Não foi fácil encontrar, em certos contextos, uma explicitação plenamente adequada e convincente das estruturas em causa, pois tratando-se de valores que emergem da dimensão do uso da língua e do funcionamento do sistema linguístico exigem um conhecimento profundo dos distintos matizes que as palavras adquirem na diversidade contextual. Nesse sentido, tivemos por vezes alguma dificuldade em abordar, com a precisão ou o rigor que se impõe num trabalho deste tipo, determinadas ocorrências, em virtude da ambiguidade que frequentemente se instala; assim como também nem sempre foi fácil encontrar situações de uso que correspondessem ao

enquadramento que pretendíamos. De qualquer forma, julgamos ter realizado uma análise clara, ainda que genérica, que permite minimamente contemplar as potencialidades que estes termos evidenciam na economia da língua, designadamente na sua vertente funcional. Assim, verifica-se que em muitos casos estas partículas parecem atenuar a ordem, mas noutros casos reforçam-na. Dito de modo talvez mais preciso: quando se trata de uma ordem, reforçam-na; quando envolve um acto directivo atenuam-no e transformam-no em pedido. De uma maneira geral, o que é comum a todas estas palavras é a atenuação dos actos linguísticos, para além da intensidade emotiva que congregam. Note-se, no entanto, que nem todas elas funcionam da mesma maneira, na medida em que *aqui*, *aí* e *ali* surgem mais dificilmente em contexto de partícula modal, por contraste com *cá* e *lá*, estando isso relacionado, respectivamente, com uma maior e uma menor acessibilidade. Talvez por isso possamos salientar que são estes últimos termos (os que denotam menos acessibilidade) que manifestam um comportamento opositivo, no caso de *cá*, e valor próximo da negação, no caso de *lá*. Finalmente, recorde-se a relevância que a posição destes termos assume na frase, podendo por si só marcar a diferença entre uma partícula modal e um advérbio.

Capítulo IV

CONCLUSÃO

Partimos para este trabalho, numa primeira fase, com o objectivo de esclarecer as noções de deixis e de anáfora e os aspectos que fundamentam o seu funcionamento. Por isso, o facto de termos apresentado uma breve panorâmica histórica da origem e da evolução do tratamento da expressão dítica. Com efeito, constatámos que o termo deixis está radicado nos estudos linguísticos da antiguidade clássica e era já objecto de preocupação dos gramáticos gregos e romanos. Essa preocupação passou a fazer parte da tradição gramatical ocidental e é sobretudo a partir do início do século XX que os linguistas europeus começam a desenvolver estudos que colocam a importância da deixis num patamar até então nunca atingido, com destaque para o alemão Karl Bühler, cujas propostas irão servir a futuros desenvolvimentos na linguística moderna, nomeadamente na semântica e na pragmática. Trata-se da deixis como mostração verbal e referencial egocêntrica com significativa influência na evolução dos estudos linguísticos. Na linguística portuguesa, H. de Carvalho distingue-se como o precursor das propostas de Bühler, especialmente da modalidade dítica “ad óculos” que vai adoptar e desenvolver, seguindo-se-lhe outros linguistas, nomeadamente, O. Lopes, que vê no funcionamento da deixis, por um lado um sistema de “vizinhanças”, e por outro uma combinação entre o singular e o genérico.

A par desta modalidade de deixis e dela derivada referimos a anáfora – um processo de mostração linguística que se situa ao nível textual ou discursivo e que se traduz pela retoma de uma palavra ou expressão anterior (o antecedente) na ordem espacial da linearidade discursiva, tendo por base a memória imediata partilhada pelo falante e pelo ouvinte – e a catáfora – um processo que utiliza os mesmos mecanismos e em que a retoma se faz relativamente a uma palavra ou expressão subsequente.

No intuito de acedermos a uma noção elucidativa e rigorosa de deixis, considerámos o “ego, hic et nunc” como coordenadas imprescindíveis no funcionamento das estruturas díticas. Trata-se de um processo verbal interactivo onde o “eu” se assume como o ponto de referência egocêntrico face ao “tu” no momento e no lugar em que fala – o acto de enunciação – e onde as formas díticas se reconhecem na sua

função mostrativa quer se trate de deixis exofórica ou de deixis endofórica. A observação destes aspectos, que se encontra exposta ao longo do primeiro capítulo, proporcionou-nos um conhecimento mais aprofundado do funcionamento da deixis em português e da sua importância para o funcionamento da língua.

É com base no enquadramento teórico que acabamos de expor que abordámos o comportamento semântico e pragmático dos denominados advérbios de lugar *aqui*, *aí*, *ali* (*acolá*), *cá* e *lá*. Nesse sentido, tecemos algumas considerações sobre os valores semânticos que, através de uma análise contrastiva, permitem distingui-los e que mostram em que medida o seu emprego pelos falantes é ou não adequado à situação de enunciação.

Na descrição que, no segundo capítulo, fizemos destes díticos na sua função de localizadores espaciais, tivemos a preocupação, não só de esclarecer o seu valor semântico em conformidade com os contextos enunciativos em que se inserem, mas também de agrupar alguns deles de modo a podermos confrontar o seu funcionamento num quadro de valores opositivos e/ou contrastivos, como é o caso de *cá/lá* e *cá/aqui* (veja-se conclusões do segundo capítulo). Com esta abordagem, pensamos ter clarificado alguns aspectos a que as gramáticas, os dicionários e os manuais não dão, em nosso entender, a devida atenção. Tal é o caso da distinção que se deve estabelecer entre os localizadores espaciais *cá/aqui*, distinção essa que constituiu para nós um interessante problema a trabalhar, sobretudo pelo facto de sabermos à partida que esses localizadores são muitas vezes usados indistintamente pelos falantes, prática da qual discordamos. Por isso, servindo-nos da literatura consultada e de algumas ocorrências sugestivas, pensamos ter feito uma análise suficientemente clara que vai ao encontro da resolução do problema, ou seja, tanto *cá* como *aqui* apresentam características semânticas específicas que impedem que o seu uso os confunda.

Um outro problema que aqui equacionámos prende-se com o facto de não devermos reduzir a descrição dos advérbios aqui em análise a valores exclusivamente espaciais, uma vez que em certos contextos eles adoptam um valor temporal quer através do seu emprego como díticos, quer na relação anafórica que estabelecem no domínio textual. Ora, como sabemos, esta é uma abordagem que as gramáticas tradicionais ignoram, não concebendo estes termos senão como advérbios de lugar ou então com valor enfático ou de realce. Daí o facto de colocarmos esta questão como mais um problema a resolver. Para esse efeito, servimo-nos das reflexões de alguns dos autores consultados e de ocorrências em que a dimensão temporal destes advérbios se torna evidente e é expressa através de intervalos de tempo que, remetendo para o passado ou para o futuro, podem apresentar ou não duração.

No terceiro capítulo, entendemos que a descrição destas estruturas linguísticas, para além de uma atenção dedicada ao seu comportamento semântico, merecem ainda uma reflexão que envolva uma dimensão pragmática não contemplada nas gramáticas tradicionais. Por esse facto, identificámos aqui um terceiro problema que se resume no seguinte: a par de uma interpretação semântica, que envolve a referência a valores espaciais e temporais, estes termos podem aparecer na prática linguística, sobretudo na linguagem coloquial, já não como advérbios, nem como partículas de realce ou enfáticas, mas como formas discursivas que remetem para valores modais decorrentes do uso da língua, onde interagem, para além dos aspectos estritamente linguísticos, as vertentes cognitiva, psicológica, social e cultural. Baseámos a análise deste problema em alguma literatura que nos últimos anos tem desenvolvido o estudo da dimensão pragmático-funcional da língua, bem como nas ocorrências enquadradas em situação de comunicação, de forma a podermos clarificar a intenção comunicativa que cada uma destas palavras expressa.

A formulação destes três problemas permite concluir e lembrar que o estudo dos termos *aqui*, *aí*, *ali* (*acolá*), *cá* e *lá* exige uma descrição que passe necessariamente pela sua distinção enquanto localizadores espaciais, pela sua apreciação enquanto operadores que veiculam valores temporais e ainda pela vertente pragmática que o uso da língua impõe. São estas as grandes áreas em que estas palavras se movimentam e com as quais teremos de contar se quisermos fazer um estudo mais completo e aprofundado.

Gostaríamos entretanto de referir que o valor semântico destes termos parece ser definido não só pela significação que têm em si, mas também pela combinação que se estabelece entre eles e todos os outros elementos frásicos, de acordo com a sua distribuição no plano sintáctico. Como diria Ducrot (1972; 1998: 246), “Para que a análise sémica implique o carácter irreduzível da combinatória semântica, é preciso que se refira não só ao conteúdo de unidades lexicais, mas (...) ao conteúdo de segmentos de enunciados mais amplos...”, sendo o contexto frásico um factor elementar para a consubstanciação do sentido.

Finalmente, queríamos aqui sublinhar a ideia presente na nossa descrição de que ao explorarmos a dimensão pragmática que privilegia o uso destas palavras em situação de comunicação não podemos nem devemos afastar radicalmente o seu valor semântico espacial de raiz. Com efeito, este valor é em maior ou menor grau secundarizado em detrimento de um valor modal. Contudo, se há ocorrências em que o apagamento dos traços espaciais é mais notório, outras há em que eles se mantêm com alguma evidência

presentes. Na realidade não sabemos como evoluiu o processo de significação destes termos, de modo a podermos avaliar com algum rigor a forma e a amplitude do esvaziamento do sentido espacial. Não sendo este o objectivo que presidiu à nossa exposição, dar resposta a estas dúvidas não deixa de constituir uma interessante proposta de trabalho futuro.

Referências bibliográficas

1. Bibliografia linguística:

- Austin, J. L. (1962): *Quand dire, c'est faire*, traduction et introduction de Gilles Lane. Éditions du Seuil, Paris (1970).
- Azeredo, M. Olga / Pinto, M. Isabel / Azevedo, M. José (1979): *Da Comunicação à Expressão*. Edições Asa, Porto.
- Béguelin, M.-J. (1998): "L'usage des SN démonstratifs dans les Fables de La Fontaine". In *Langue Française, les démonstratifs : théories linguistiques et textes littéraires*, Larousse, Paris, pp. 95-109.
- Benveniste, E. (1966): *O Homem na Linguagem*. Tradução de Isabel Maria Lucas Pascoal (1976), Editora Arcádia, Lisboa.
- Bühler, K. (1965): *Teoría del lenguaje*, (2ª edição), versão espanhola de Julián Marías, Madrid, (1979-1985).
- Carreira, Maria Helena de Araújo (2001): *Semântica e Discurso*. Porto Editora, Porto.
- Casanova, Isabel (1996): "A Força Illocutória dos Actos Directivos". In Faria, Isabel Hub, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte, Carlos A. M. Gouveia (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Ed. Caminho, Lisboa, pp. 429-436.
- Carvalho, J. G. Herculano de (1979): *Teoria da Linguagem*. Vol. I. Atlântida Editora, Coimbra, pp. 209-210.
- Carvalho, J. G. Herculano de (1984): *Teoria da Linguagem*. Vol. II. Coimbra Editora, Limitada, Coimbra, pp. 661-669.
- Carvalho, J. G. Herculano de (1984): "Systems of Deictics in Portuguese". In *Estudos Linguísticos*. Vol. III. Coimbra Editora, Limitada, Coimbra, pp. 49-75.
- Coseriu, Eugenio (1978): *Sincronía, Diacronía e História. El problema del cambio lingüístico*. Editorial Gredos, Madrid, cap. I.
- Costa, João (2008): *O Advérbio em Português Europeu*. Edições Colibri, Lisboa.
- Cunha, Celso / Cintra, Luís F. Lindley (1991): *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (8ª edição), Sá da Costa, Lisboa.
- De Mulder, W. (1998): "Du sens des démonstratifs à la construction d'univers". In *Langue Française, les démonstratifs : théories linguistiques et textes littéraires*, Larousse, Paris.
- Ducrot, Oswald (1972) : *Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer)* . Tradução de Carlos Vogt et al.. Editora Cultrix, São Paulo, pp. 80/291-292.

- Ducrot, Oswald / Todorov, Tzvetan (1972): *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. Tradução de Alice Kyoko Miyashiro et al.(1998). Editorial Perspectiva, São Paulo.
- Eguren, Luís J. (1999): "Pronombres Y Adverbios Demostrativos. Las relaciones deícticas". In Bosque, Ignacio & Demonte, Violeta (orgs.): *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Espasa, Madrid, pp. 929-972.
- Faria, Isabel Hub (2003): "Tipologia dos actos ilocutórios / Contextos e contextualização". In Mateus, M. Helena M. et al.: *Gramática da Língua Portuguesa* (6ª edição), Editorial Caminho, Lisboa, Cap. 4.
- Figueiredo, J. M. Nunes de / Ferreira, A. Gomes (1965): *Compêndio de Gramática Portuguesa*. Ed. Sá da Costa, Lisboa.
- Figueiredo, Olívia Maria (2003): *A Anáfora Nominal em Textos de Alunos*. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 215-264.
- Fillmore, Charles (1975): "Deixis I". In *Santa Cruz Lectures on Deixis 1971*, University of Califórnia, Berkeley, pp.38-49.
- Fonseca, F. Irene (1992): *Deixis, Tempo e Narração*, Fundação Eng. António de Almeida, Porto.
- Fonseca, F. Irene (1994): *Gramática e Pragmática – Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto Editora, Porto.
- Fonseca, F. Irene (1995): "Deixis e Poesia". In *Revista da Faculdade de Letras "LÍNGUAS E LITERATURAS"*, Porto, XII, pp.75-89
- Fonseca, F. Irene (1996): "Deixis e pragmática linguística". In *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, org. de Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte, Carlos A. M. Gouveia, Editorial Caminho, Lisboa, pp. 437-445.
- Fonseca, Joaquim (1994): *Pragmática Linguística – Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Coleção Linguística (nº5), Porto Editora, Porto.
- Franco, António C. (1991): *Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão*, Coimbra Editora, Coimbra.
- Fraser, T. & A. Joly (1979): "Le système de la deixis. Esquisse d'une théorie anglais ". In *Modèles Linguistiques*, tome I, Fascicule 2, Presses Univ. de Lille, pp. 97-157.
- Gary-Prieur, M.-N. e M. Léonard (1998): " Le démonstratif dans les textes et dans la langue ". In *Langue Française, les démonstratifs : théories linguistiques et textes littéraires*, Larousse, Paris.
- Gouveia, Carlos A. M. (1996): " Pragmática". In Faria Isabel Hub, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte, Carlos A. M. Gouveia (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Editorial Caminho, Lisboa, cap. 8.
- Kleiber, G. (1998): "Les démonstratifs à l'épreuve du texte ou sur cette côte de la baie de l'Arguenon". In *Langue Française, les démonstratifs : théories linguistiques et textes littéraires*, Larousse, Paris.

- Koch, Ingedore G. Villaça (2005): "Léxico e Progressão Referencial". In *Estudos de Homenagem ao Prof. Dr. Mário Vilela*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 263-275.
- Kovacci, Ofelia (1999): "El adverbio". In Bosque, Ignacio & Demonte, Violeta (orgs.): *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, Madrid, pp.734-738.
- Lapa, M. Rodrigues (1979): *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra.
- Lopes, Óscar (1971): *Gramática Simbólica do Português (um esboço)* (2ª edição), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Lopes, Óscar (1977): "Topologias da "deixis" em Português". XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Rio de Janeiro, pp. 121-149.
- Lopes, Óscar (1985): "Para um conceito dístico de presente e de presença". In *Entre a Palavra e o Discurso*, coordenação de Fátima Oliveira e Ana Maria Brito, Campo das Letras Editores, Porto, 2005, pp. 87-103.
- Lucero, M^a Victoria Pavón (1999): "Clases de partículas: preposición, conjunción y adverbio". In Bosque, Ignacio & Demonte, Violeta (orgs.): *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, Madrid, pp.613-615.
- Lyons, John (1977): *Semántica*. Versión Castellana, Ramon Cerdà, Editorial Teide, Barcelona, 1980.
- Marcuschi, Luiz Antônio (2005): "O Barco Textual e suas Âncoras". In Koch, Ingedore Villaça; Morato, Edwiges Maria; Bentes, Anna Christina (orgs.) – *Referenciação e Discurso*. Editora Contexto, São Paulo, pp.53-101.
- Martins, Luís Carmo (1998): *Ora Bem Prontos Vá!: Marcadores Discursivos Num Texto Oral Do Português*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cap. 2.
- Matos, M^a Manuela / Muidine, Soraia Aboo (1997): "Acó e Aló". In *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Edição de Ivo Castro, Vol.II, Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, pp.211-217.
- Matos, Sérgio (1999): *Adverbiais de Tempo em Português Contemporâneo: Forma e Significação*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto.
- Oliveira, Fátima (2003): "Modalidade". In Mateus, M. Helena M. et al.: *Gramática da Língua Portuguesa* (6ª edição), Editorial Caminho, Lisboa, Cap. 9.
- Oliveira, Fátima (1988): *Relações Anafóricas: Algumas Questões*, estudo para discussão como prova complementar de doutoramento em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Philippe, G. (1998) : "Les démonstratifs et le statut énonciatif des textes de fiction : l'exemple des ouvertures de roman". In *Langue Française, les démonstratifs : théories linguistiques et textes littéraires*, Larousse, Paris, pp.51-65.
- Pottier, Bernard (1992) : *Sémantique générale*, Presses Universitaires de France, Paris.

- Ramos, Rui (2000): "As partículas modais como co-indicadores ilocutórios: o caso das perguntas retóricas". In *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. II. Braga, pp.225-242.
- Récanati, François (1979): *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique*, Éditions du Seuil, Paris.
- Rodrigues, Isabel Maria Galhano ((2007): *O Corpo e a Fala - Comunicação verbal e não-verbal na interacção face a face*. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Parte I.
- Searle, John R. (1969): *Les actes de langage: Essai de Philosophie du langage*, traduction française par Hélène Pauchard, col. savoir, Hermann, Paris (1972), cap. 3.
- Silva, Maria de Fátima Henriques (2005): *Contributos para a Descrição da Anáfora Associativa em Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 97-124.
- Teixeira, José (2005): "De cá para lá e de aqui para aí: rede de valores semânticos dos marcadores espaciais cá / lá (acolá) e aqui / aí / ali". In Rio-Torto, Graça Maria; Figueiredo, Olívia Maria; Silva, Fátima (coord.): *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, vol.I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp.449-460.
- Vilela, Mário (1999): *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Almedina, Coimbra.
- Weinrich, H. (1993): "Análise textual dos demonstrativos em português" (tradução de Fernanda Irene Fonseca). In *Semiótica e linguística portuguesa e românica: homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho*, ed. por Jürgen Schmidt-Radefeldt, Tübingen, pp. 15-23.

2. Dicionários de Língua Portuguesa:

- Dicionário da Língua Portuguesa* (s. d.), Dicionários Editora, 5ª ed., Porto Editora, Porto.
- Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). Academia de Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I e II, Editorial Verbo, Lisboa.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1980): *Dicionário da Língua Portuguesa*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- Figueiredo, Cândido de (1996): *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. I, 25ª ed., Bertrand Editora, Venda Nova.
- Morais Silva, António de (1949-1959): *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., revista, corrigida, aumentada e actualizada por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, Editorial Confluência, Lisboa.
- Vilela, Mário (1991): *Dicionário do português básico*, 3ª ed., Edições Asa, Porto.

Resumo

O trabalho que aqui apresentamos tem como objectivo principal estudar as estruturas díticas *aqui*, *aí*, *ali* (*acolá*), *cá* e *lá*. Como sabíamos à partida que estas palavras são classificadas pelas gramáticas tradicionais apenas como advérbios de lugar, quisemos descobrir nelas outros valores semânticos que lhes estão frequentemente associados quer no que respeita à linguagem oral, quer no domínio da linguagem escrita. Deste modo, organizámos a nossa dissertação em quatro capítulos (sendo o último de conclusões gerais), cujos assuntos mais relevantes vamos expor.

No primeiro capítulo, procurámos fazer uma abordagem teórica dos díticos, de maneira a termos uma ideia geral do seu funcionamento e a clarificar a semântica da *deixis* em português. Reflectimos sobre a noção de *deixis* e a sua evolução nos estudos linguísticos e sobre alguns processos que permitem distinguir os empregos díticos dos empregos anafóricos e catafóricos, apoiando-nos em autores portugueses e estrangeiros que desenvolveram esses temas.

De seguida, fizemos a descrição dos valores semânticos dos advérbios *aqui*, *aí*, *ali* (*acolá*), *cá* e *lá*, partindo de enunciados recolhidos num “corpus” específico de análise e na linguagem oral quotidiana em situação de comunicação. Começámos por analisar estes advérbios como expressão do lugar, descrevendo as suas funções dítica, anafórica e catafórica e mostrando os aspectos que permitem distingui-los em contexto de enunciação. Posteriormente, explorámos estes advérbios como meio de referência ou de significação temporal.

No terceiro capítulo, fizemos a análise de outros valores, decorrentes do uso destas palavras como partículas modais, servindo-nos de indicações e de sugestões teóricas divulgadas por linguistas do domínio da pragmática e de enunciados inscritos em situações de enunciação concretas. Verificámos que os termos que acabámos de analisar podem também conceber valores que dizem respeito à modalidade e que advêm do cumprimento de um acto ilocutório, não se apagando, todavia, inteiramente a noção de localização espacial.

Por fim, no quarto capítulo, apresentámos as conclusões gerais do trabalho desenvolvido.

Résumé

Le travail qu'on présente ici a comme objectif principal étudier les structures déictiques *aqui*, *aí*, *ali* (*acolá*), *cá* et *lá*. Comme on savait au départ que ces mots ne sont classifiés par les grammaires traditionnelles que comme adverbess de lieu, on a voulu y découvrir d'autres valeurs sémantiques qui leur sont fréquemment associées soit en ce qui concerne le langage oral, soit dans le domaine du langage écrit. De cette façon, on a organisé notre dissertation en quatre chapitres (étant le dernier chapitre composé de conclusions générales), dont les sujets les plus importants on va exposer.

Dans le premier chapitre, on a cherché à faire une approche théorique des déictiques, de façon à obtenir une idée générale de leur fonctionnement et à éclaircir la sémantique de la *deixis* en portugais. On a réfléchi sur la notion de *deixis* et son évolution dans les études linguistiques et sur quelques procédés qui permettent de distinguer les emplois déictiques des emplois anaphoriques et cataphoriques, en s'appuyant sur des auteurs portugais et étrangers qui ont développé ces thèmes-là.

Ensuite, on a fait la description des valeurs sémantiques des adverbess *aqui*, *aí*, *ali* (*acolá*), *cá* et *lá*, en partant d'énoncés pris dans un "corpus" d'analyse spécifique et dans le langage oral quotidien en situation de communication. On a commencé pour analyser ces adverbess considérés comme expression de lieu, en décrivant leurs fonctions déictique, anaphorique et cataphorique et en montrant les tournures qui permettent les distinguer en contexte d'énonciation. Après, on a exploité ces adverbess-là en tant que moyen de référence ou de signification temporelle.

Dans le troisième chapitre, on a fait l'analyse d'autres valeurs qui arrivent de l'usage de ces mots-là en tant que " particules modales", en se servant d'indications et de suggestions théoriques répandues par des linguistes du domaine de la pragmatique et d'énoncés inscrits dans des situations d'énonciation concrètes. On a vérifié que les termes qu'on vient d'analyser peuvent aussi concevoir des valeurs qui concernent la modalité et qui arrivent de l'accomplissement d'un acte illocutoire, ne s'effaçant pas, cependant, entièrement la notion de localisation spatiale. Finalement, dans le quatrième chapitre, on a présenté les conclusions générales du travail développé.